

**UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC  
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**RITA REGINA SOARES SAIBEL**

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:  
IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CANOINHAS (SC)**

**CANOINHAS  
2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**RITA REGINA SOARES SAIBEL**

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:  
IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CANOINHAS (SC)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional ao Colegiado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado – UnC/*Campus* Universitário de Canoinhas – SC , sob a orientação do Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner (UnC) e co-orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Maria da Salete Sachweh (UnC)

**CANOINHAS  
2008**

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:  
IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CANOINHAS (SC)**

**RITA REGINA SOARES SAIBEL**

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de:

**Mestre em Desenvolvimento Regional**

E aprovada na sua versão final em \_\_\_\_\_, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade do Contestado e Coordenação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

.....  
**Profª Dra Maria Luiza Milani**  
Coordenadora

**BANCA EXAMINADORA**

.....  
Prof. Dr Walter Marcos Knaesel Birkner - UnC  
Presidente

.....  
Profª Draª Maria da Salete Sachweh – UnC  
Co-orientadora

.....  
Profª Draª Maria Izabel - PUC

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu companheiro Dorva,  
pelo amor incondicional em todas as horas deste trabalho  
e de nossa caminhada juntos.

Aos meus filhos Francis e Eric pela paciência e amor.

Aos meus pais Odorico e Maria Lourdes (*In memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

À Prof<sup>a</sup> Maria da Salete Sachweh, co-orientadora e amiga que não mediu esforços para realização do presente trabalho. Muito obrigada pelo carinho.

Ao Prof. Walter Marcos Knaesel Birkner, pelo apoio, incentivo e confiança sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Universidade do Contestado - UnC - *Campus* Universitário de Canoinhas pelo apoio financeiro concedido.

À Secretária Municipal de Educação do município de Canoinhas, professora Maria de Lourdes Brehmer pela atenção e disponibilidade.

À Juceres Wiese Roeder pela dedicação fundamental para realização deste trabalho.

Às diretoras e coordenadoras pedagógicas por nos receberem com muito carinho e atenção.

Aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional pela contribuição ao aperfeiçoamento profissional e acadêmico.

E a todos que direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho fosse possível.

## RESUMO

Esta dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado – UnC – *Campus* Universitário de Canoinhas (SC) trata do resultado de pesquisa sobre o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, implantado pelo Governo Federal do Brasil em 2003 com a perspectiva de combater a fome e a pobreza no país. O pressuposto central do programa consiste na articulação entre a transferência de renda direta aos beneficiários em situação de pobreza com programas complementares. Este trabalho teve como objetivo principal uma análise do Programa de Transferência implantado pelo Governo Federal do Brasil em 2003 e o impacto socioeconômico na realidade das pessoas inseridas neste programa no município de Canoinhas – SC. Para atingir esse objetivo proposto delimitou-se indicadores: educação, trabalho infantil, saúde, inserção do beneficiário e família no campo profissional; articulação entre o programa bolsa família e contrapartidas em termos de participação efetivas das famílias em programas e projetos sociais; qualidade da alimentação, avaliação do programa bolsa família sob a ótica do usuário. Para o desenvolvimento desta pesquisa realizou-se um estudo detalhado em livros, leis, documentos que compõem a pesquisa bibliográfica. Utilizou-se o método quali-quantitativo, aplicando-se para a coleta de dados, um questionário estruturado à 236 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Canoinhas. Com os dados obtidos na pesquisa, constatou-se alterações nas condições de vida das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, principalmente nas situações de saúde, educação e alimentação. Apesar dos avanços obtidos por este programa, destaca-se os limites de sua efetividade principalmente no que se refere a mobilidade e emancipação social de famílias beneficiadas.

**Palavras-chave:** Transferência de Renda, Pobreza, Bolsa Família.

## **ABSTRACT**

This dissertation presented in the program of Master of Regional Development of the University of Joinville - UnC - Campus of Canoinhas - SC comes to the search result with the focus of the Program of Transfer Family Allowance Bolsa Família, established by the Federal Government of Brazil in 2003 with the prospect of fighting hunger and poverty in the country. The central assumption of the program is the relationship between the direct transfer of income to the beneficiaries in poverty with social politics specially in education, health and complementary programs. The purpose of this study aimed to conduct a major review of the Transfer Program implemented by the Federal Government of Brazil in 2003 and the socioeconomic impact of people reality included in this program in the city of Canoinhas (SC). To achieve the proposed objective the number of indicators were delimited: education, child labor, health, and inclusion of the beneficiary families in the professional field; joint scholarship program between the family and counterparts in terms of effective participation of families in social programs and projects; food quality, evaluation of family fellowship from the perspective of the user. For the development of this research a detailed study on books, laws, documents that make up the literature search was made. We used the qualitative and quantitative method, applying for data collection a structured questionnaire to 236 families benefited by the Bolsa Família program in Canoinhas. With the data obtained in the research, it is changes in living conditions of families benefited by the Program of Transfer Family Allowance Bolsa Família, particularly in situations of health, education and nutrition. Despite the advances achieved by this program, there are limits to its effectiveness especially in relation to mobility and social emancipation of families benefited.

**Keywords:** Transfer Income, Poverty, Family Allowance.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária do titular do Cartão Bolsa Família .....	60
Gráfico 2 - Sexo do titular do Cartão Bolsa Família .....	60
Gráfico 3 – Decisão sobre os gastos com o benefício .....	61
Gráfico 4 - Ocupação do titular do Cartão Bolsa Família .....	62
Gráfico 5 - Estado civil do titular do cartão Bolsa Família .....	63
Gráfico 6 - Renda familiar sem o benefício .....	64
Gráfico 7 - Valor do benefício recebido .....	64
Gráfico 8- Período recebimento benefício Programa Bolsa Família.....	65
Gráfico 9 - Número de crianças e adolescentes beneficiadas.....	66
Gráfico 10 - Número de pessoas residentes no domicílio .....	67
Gráfico 11 - Grau de escolaridade: membro familiar de 1 a 5 anos .....	67
Gráfico 12 - Grau de escolaridade: membro familiar de 6 a 11 anos .....	68
Gráfico 13 - Grau de escolaridade: membro familiar de 12 a 17 anos .....	68
Gráfico 14 - Grau de escolaridade: membro familiar de 18 a 25 anos .....	69
Gráfico 15 - Grau de escolaridade: membro familiar de 26 a 42 anos .....	69
Gráfico 16 - Grau de escolaridade: membro familiar de 43 anos ou mais.....	70
Gráfico 17 - Construção ou reparos da habitação.....	71
Gráfico 18 - Aquisição de bens (eletrodomésticos, móveis, televisão).....	72
Gráfico 19 - Vestuário .....	72
Gráfico 20 - Saúde .....	73
Gráfico 21 - Educação.....	73
Gráfico 22 - Bebidas alcoólicas, cigarro .....	74
Gráfico 23 - Alimentação.....	74
Gráfico 24 - Gastos com benefício: resumo .....	75
Gráfico 25 - Tipo de domicílio.....	76
Gráfico 26 - Número de cômodos no domicílio .....	77
Gráfico 27 - Principal fonte de abastecimento de água.....	77
Gráfico 28 - Principal tipo de água usada para beber .....	78
Gráfico 29 - Principal tipo de combustível usado para cozinhar.....	78
Gráfico 30 - Principal destino do lixo domiciliar .....	79
Gráfico 31 - Escoamento sanitário .....	80
Gráfico 32 - Meio de transporte para ir à creche-escola .....	81
Gráfico 33 - Abandono escolar.....	82
Gráfico 34 - Trabalho infantil .....	82
Gráfico 35 - Crianças e adolescentes que não foram à escola nos últimos 30 dias.....	84
Gráfico 36 - Motivo da ausência na escola .....	84
Gráfico 37 - Frequência escolar .....	85
Gráfico 38 - Rendimento escolar.....	85
Gráfico 39 - Acompanhamento escolar .....	86
Gráfico 40 - Participação nas reuniões da escola .....	87
Gráfico 41 - Crianças e adolescentes com deficiência na família .....	88
Gráfico 42 - Crianças e adolescentes com deficiência na família que frequentam a escola de ensino regular.....	88
Gráfico 43 - Principal motivo para a criança e adolescente com deficiência não frequentar a escola de ensino regular.....	89
Gráfico 44 - Curso de alfabetização de jovens e adultos .....	90

Gráfico 45 - Fator determinante para não continuar estudando.....	90
Gráfico 46 - Educação.....	91
Gráfico 47 - Saúde da família.....	92
Gráfico 48 - Visita de agentes de saúde .....	93
Gráfico 49 - Problemas de saúde na família .....	93
Gráfico 50 - Principal problema de saúde .....	94
Gráfico 51 - Atendimento médico .....	95
Gráfico 52 - Tipo de atendimento.....	95
Gráfico 53 - Qualidade do atendimento recebido.....	96
Gráfico 54 - Tempo para receber atendimento médico.....	97
Gráfico 55 - Tratamento permanente de saúde.....	97
Gráfico 56 - Local que adquire os medicamentos .....	98
Gráfico 57 - Controle de natalidade.....	98
Gráfico 58 - Gravidez na família.....	99
Gráfico 59 - Consulta pré-natal .....	99
Gráfico 60 - Participação da gestante em atividades e programas .....	100
Gráfico 61 - Programas e atividades para as gestantes.....	100
Gráfico 62 – Saúde da família .....	101
Gráfico 64 - Calendário de vacinação .....	102
Gráfico 65 - Carteira de trabalho .....	103
Gráfico 66 - Famílias inseridas no mercado de trabalho .....	103
Gráfico 67 - Fator determinante para desemprego .....	104
Gráfico 68 - Procurou ocupação profissional nos últimos 30 dias.....	104
Gráfico 69 - Após recebimento do benefício alguém deixou de trabalhar .....	105
Gráfico 70 - Cursos profissionalizantes.....	105
Gráfico 71 - Qualidade da alimentação após recebimento do benefício .....	107
Gráfico 72 - Média de refeições da família por dia .....	107
Gráfico 73 - Horta no domicílio.....	108
Gráfico 74 - Motivo por não ter horta no domicílio.....	109
Gráfico 75 – Quadro resumo alimentação da família .....	109
Gráfico 76 - Programas e projetos sociais.....	110
Gráfico 77 - Programa ou projeto social que a família participa.....	111
Gráfico 78 - Órgão ou instituição responsável pelo programa ou projeto social.....	111
Gráfico 79 - Principal contribuição do projeto ou programa social .....	112
Gráfico 80 - Principal motivo por não participar de programa ou projeto social.....	113
Gráfico 81 - Avaliação da situação financeira após o recebimento do benefício ...	114
Gráfico 82 - Análise do benefício .....	115
Gráfico 83 - Cumprimento das condicionalidades do programa.....	116
Gráfico 84 - Tempo de recebimento do benefício .....	117

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Redução da desigualdade social após transferências de renda (Índice GINI) na Alemanha .....	41
Quadro 2 - Benefícios financeiros dos programas remanescentes .....	49
Quadro 3 - Dados PBF (2008).....	51
Quadro 4 - Famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa .....	52
Quadro 5 - Famílias com renda mensal de até R\$ 60,01 a R\$ 120,00 por pessoa .....	52

## LISTA DE SIGLAS

BNH	- Banco Nacional de Habitação
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	- Cadastro Único para Programas Sociais
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	- Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	- Centros de Referências Especializados de Assistência Social
DATAPREV	- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
ECA	- Estatuto da Criança e do Adolescente
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNABEM	- Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IAPAS	- Instituto Nacional de Administração da Previdência Social
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
INPS	- Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	- Lei da Boa Vontade
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	- Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MPAS	- Ministério da Previdência e Assistência Social
NOB	- Norma Operacional Básica
PBF	- Programa Bolsa Escola
PBF	- Programa Bolsa Família
PETI	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNGRM	- Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima
PNNPO	- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRGM	- Programa de Garantia de Renda Mínima
SEAS	- Secretaria de Estado de Assistência Social
SENAC	- Serviço Nacional do Comércio
SENAI	- Serviço Nacional da Indústria
SENARC	- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
SINPAS	- Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
SUS	- Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>17</b>
2.1 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	17
2.2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO .....	26
2.3. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	37
2.4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL .....	43
2.5 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	47
2.6 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA.....	55
2.6.1 Contexto e Metodologia da Pesquisa.....	55
2.6.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CANOINHAS (SC) .....	59
2.6.2.1 Perfil do titular do Cartão do PBF.....	59
2.6.2.2 Informações sobre o benefício e perfil das famílias beneficiadas pelo PBF .....	63
2.6.2.3 Gastos com benefício.....	71
2.6.2.4 Condições: ambiente familiar e infra-estrutura.....	75
2.6.2.5 Educação .....	80
2.6.2.6 Saúde.....	91
2.6.2.7 Ocupação Profissional.....	103
2.6.2.8 Alimentação.....	106
2.6.2.9 Programas e atividades.....	110
2.6.2.10 Avaliação do programa.....	113
<b>3 CONCLUSÃO</b> .....	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>125</b>
<b>ANEXO</b> .....	<b>134</b>
<b>ANEXO 1 - LISTA DE NORMAS E INSTRUÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, PROGRAMAS REMANESCENTES E CADASTRO ÚNICO - LEIS E DECRETOS</b> .....	<b>135</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>143</b>
<b>APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO</b> .....	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Eu resisto e sei que vou morrer na esperança, dentro da esperança: é preciso explicar porque o mundo de agora, que é horrível, não passa de um momento no longo desenvolvimento histórico. Ainda vivo profundamente a esperança como concepção do futuro.

SARTRE (1980)

Ao iniciar este estudo buscaram-se as palavras de Sartre (Ibid.) para dizer do quão angustiante é discorrer sobre a problemática das desigualdades e políticas sociais que ocupam uma importância estratégica no atual cenário mundial, debatidas nos esquemas mais variados e contraditórios, que metamorfoseados, incutem e implicam diretamente na formação do indivíduo, deste no sujeito e no sujeito cidadão.

Estas questões apontadas são marcas das últimas décadas do século passado, que por sua vez presenciaram, intensificaram e aprofundaram mudanças substantivas na dinâmica do capitalismo internacional de tal forma que o processo de mundialização do mercado e sua crescente integração têm produzido e instigado a formação e a visão de diferentes faces do poder.

No entanto, há de ser lembrado neste estudo que a problemática das desigualdades e políticas sociais se encontram intrinsecamente ligadas ao processo de desenvolvimento das sociedades como um fenômeno histórico-estrutural.

De acordo com Bauman (2005), a fluidez do mundo exige que as sociedades modernas vivam em constantes alterações que se expressam em diferentes faces ou formas de poder. Estas por sua vez, quando assumidas por um ou mais grupos sociais humanos, produzem desigualdades e políticas sociais atreladas ao próprio desenvolvimento de um país ou nação.

Deste modo, entende-se que as visões de poder se encontram em quatro faces: a primeira na deslocalização da produção de pequenos mercados para outros mercados; a segunda, na efetiva diversidade e multiplicação de produtos e de serviços; a terceira face está marcada pela formação de grandes fusões empresariais que se consolidam através de conglomerados industriais e tecnológicos; a quarta face configura-se pelas diferentes formas de gestão, quer seja

do trabalho, da educação, da saúde, entre outras. Porém, nesta acepção, todas as faces do poder estão ligadas aparentemente por uma rede cujo fio condutor é mascarado pelo capital e transcende a outros poderes, entre eles o do Estado, que por sua vez deveria assegurar a todo cidadão direitos iguais.

Frente às faces expostas e a rapidez com que o capitalismo se apodera, se infiltra e ultrapassa as questões econômicas, ele penetra e invade também outros campos tais como os sócio-culturais, políticos e religiosos. Neste espaço ele tende a consolidar-se provocando mudanças, entre elas a desregulamentação tanto nas economias nacionais quanto na recomposição do mercado, a organização, a flexibilização e as formas do trabalho, o crescimento de empregos precários que por sua vez geram desemprego cíclico e estrutural, acentuando, de modo geral, uma forma de exclusão de trabalhadores no mercado formal.

Uma das conseqüências da modernidade e do modo de viver este capitalismo que avança desenfreadamente é apontada por Nascimento (1994) quando afirma que a falta de emprego ou o fato de estar desempregado conduz ao pensamento de que a falta de um ou a presença do segundo conduz à condições de vida precárias.

Portanto, há que se entender também que diante da dissolução dos sólidos e os efeitos das discriminações co-existe a exclusão de direitos, pois o mundo capitalista vem determinando o mundo do trabalho e este, por sua vez, é fomentado pelas imposições do mercado global instituídas em forma de leis impostas aqueles que querem participar do processo de desenvolvimento. Pochmann (2002) assegura que nos dias de hoje é comum se ver como as fraturas no padrão sistêmico de integração social, têm permitido a projeção do processo de exclusão em uma dimensão que aparentemente está restrita ao mercado.

Como o capital e o trabalho se constituem nas duas categorias fundamentais do modo capitalista de produção, a política social transita entre ambos. Ou seja, ainda que, prioritariamente, respondendo às necessidades do capital, esta resposta deve produzir algum grau de satisfação às necessidades do trabalho.

Devido às mudanças ocorridas tanto no campo social como no econômico, surgem novos desafios para o Estado, principalmente com o agravamento de problemas sociais. Desta forma, estratégias vêm sendo adotadas para atingir os segmentos mais vulneráveis da população, com a finalidade de amenizar a pobreza e a desigualdade social. Entre elas, destacam-se os programas de transferência de

renda. Neste trabalho, delimitou-se a pesquisa em um programa em específico: o Programa Bolsa Família (PBF).

O PBF foi implantado em outubro de 2003, unificando os programas existentes, evitando desta forma, a sobreposição de ações, objetivos e recursos. Constitui-se em um programa de transferência direta de renda às famílias pobres e apresenta como proposta a articulação com outras políticas sociais, com objetivo de alcançar melhores resultados sobre a redução da pobreza e desigualdade social.

A partir destas considerações, salienta-se que o objetivo principal desta pesquisa foi realizar uma análise do PBF, implantado pelo Governo Federal do Brasil em 2003 e o impacto socioeconômico na realidade das pessoas inseridas neste programa no município de Canoinhas - SC.

Para tanto, criou-se um instrumento de coleta de dados que permitisse alcançar os objetos específicos: primeiro, demonstrar a articulação do PBF com outras políticas públicas e com programas complementares e sua capacidade de promover o fortalecimento pessoal e emancipação das famílias que vivem em situação de pobreza; segundo, utilizar indicadores sociais (metodologicamente) que possibilitem a análise das alterações ocorridas na qualidade de vida e identificar a condição de trabalho do usuário do PBF.

Neste sentido, a pesquisa de campo analisou os seguintes indicadores que foram abordados junto aos usuários:

- a) educação (cursos de qualificação profissional, educação continuada, alfabetização, frequência e aproveitamento escolar das crianças e adolescentes);
- b) trabalho infantil;
- c) saúde;
- d) inserção do beneficiário e família no campo profissional;
- e) articulação entre o programa bolsa família e contrapartidas em termos de participação das famílias em programas e projetos sociais;
- f) qualidade da alimentação;
- g) avaliação do PBF sob a ótica do usuário.

Para o avanço do conhecimento do tema desta pesquisa delimitaram-se como conceitos norteadores: a desigualdade social no Brasil, as políticas sociais e o PBF. A análise do programa, seu processo de implantação e sua articulação com as



demais políticas sociais, tornam-se fundamentais para o entendimento e análise do programa em si aplicado ao município de Canoinhas - SC.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizado o método quali-quantitativo em uma abordagem que visou focalizar as questões sociais passíveis de investigação e de acordo com uma linguagem comum.

Seguindo os elementos que definem uma pesquisa quali-quantitativa, empregou-se uma abordagem qualitativa no sentido de entender como as questões sociais são sentidas pelos usuários do Programa Bolsa Família, enquanto que a abordagem quantitativa procurou evidenciar, descrições e interpretações do atendimento, extensão e transformações produzidos nos usuários do PBF. Procurou-se com estas abordagens demonstrar que as mesmas se complementam na articulação entre teoria e realidade empírica na organização de um conhecimento científico.

Entende-se ainda que o método quali-quantitativo permitiu fazer uma abordagem, tanto analítico como quantitativa dos entrevistados, pois teve como foco da entrevista preferencialmente o próprio portador do cartão beneficiário do PBF em Canoinhas - SC.

Devido à extensão da pesquisa entendeu-se ser necessário dividir o presente estudo em partes distintas. A primeira etapa da pesquisa compreendeu um estudo detalhado sobre o tema em materiais como: livros, leis, documentos que compõem a pesquisa bibliográfica. A segunda parte consistiu em leituras que auxiliassem a criação de um instrumento de coleta de dados.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado, aplicado a 236 famílias beneficiárias do PBF em Canoinhas, distribuídas em sete escolas da rede municipal de ensino, a saber: Escola Básica Municipal Alberto Wardenski, Escola Isolada Municipal Rio do Pinho, Grupo Escolar Municipal Severo de Andrade, Grupo Escolar Frei Fabiano Gadzinski, Escola Básica Dr. Aroldo Carneiro Carvalho, Escola Municipal Urbana Ney Pacheco de Miranda Lima e Grupo Escolar Municipal Reinaldo Kruger.

A seguir, serão apresentados os temas que compõem a base teórica e operacional desta pesquisa. No primeiro capítulo contextualiza-se as políticas sociais no Brasil, marcadas por avanços e retrocessos no que diz respeito ao sistema de proteção social. Neste mesmo capítulo apresenta-se também o processo

de implantação da política de Assistência Social através de documentos e legislações que normatizaram esta política.

O segundo capítulo apresenta os programas de transferência de renda no Brasil e no mundo. Além disso, descrevem-se os aspectos históricos, legais e operacionais do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.

O terceiro capítulo consiste na apresentação e análise dos dados coletados a partir dos indicadores apresentados anteriormente.

Ao final, apresentam-se a conclusão, a bibliografia e os anexos utilizados na presente dissertação.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

No contexto das políticas sociais no Brasil, os programas de transferência de renda vêm ganhando importância nos debates sobre o combate à pobreza. Discutir a relação de políticas sociais e dos programas de distribuição de renda para a redução da pobreza implica rever elementos que as constituem e o desafio a que enfrentam, ou seja, concretizar os direitos de cidadania.

No entanto, diante da complexidade do sistema de proteção social, tanto no Brasil, quanto no contexto internacional, sua análise requer, no primeiro momento, a sistematização de conceitos acerca das políticas sociais, que serviram de base para este estudo.

Historicamente, o conceito de proteção social é relativamente novo no âmbito da discussão, no Brasil. Di Giovanni (1998, p.10) define proteção social como sendo:

[...] as formas – às vezes mais, às vezes menos – institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social. [...] Incluo, neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como comida e o dinheiro), quanto bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas, na vida social. Incluo, ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades.

Este conceito está relacionado com a história do país, que sofreu a influência da colonização europeia, especialmente a portuguesa, isto porque o Brasil foi extensivamente marcado pela relação de subordinação a que se submeteu por alguns séculos. Subordinação esta que é descrita por Costa (1998, p.169) ao apontar como causas a própria:

[...] ação do Estado que na sociedade brasileira guarda as particularidades da nossa formação sócio-econômica e política. O caráter dependente da nossa sociedade teve como consequência um Estado formado pelos interesses das elites dos países centrais.

Entende-se, portanto, que esta dependência resultou em enfraquecimento de determinadas formas de organização da sociedade.

Gohn (2001, p.45-46) destaca que:

A categoria povo na época colonial era dada aos comerciantes e artesãos. No topo da pirâmide social estavam os senhores de engenho, os militares e funcionários graduados e o clero. Eles eram seguidos pelos lavradores, grandes mercadores e artesãos. Os pobres-livres eram os penúltimos, pois os últimos eram os cativos, os escravos.

Analisando este período, pode-se observar que os direitos sociais, políticos e civis<sup>1</sup> praticamente não existiam. Mesmo com a proclamação da República, ocorrida em 1889, poucas mudanças ocorreram e a participação política era restrita a pequenos grupos.

Até a década de 1930 a economia brasileira era afetada pela agroexportação, de modo que os interesses da burguesia agrária definiam praticamente todos os destinos do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, ou seja, estavam fundamentados na economia do café.

Com o declínio da economia cafeeira, observa-se período de profundas mudanças na sociedade brasileira, marcada pela intensificação do processo migratório do campo para as cidades, impulsionado pelo processo de industrialização.

De acordo com Stanisci (1996, p.32)

[...] a velha oligarquia agrária dominante na colônia e no Império continua a imperar após a proclamação da República; com a Revolução de 1930, floresce a burguesia industrial, porém sem afetar fundamentalmente o poder da agrária. As massas permanecem alijadas de uma participação significativa, quer na renda nacional, quer na vida política do país

Cabe registrar que este processo de industrialização resultou profundas transformações sociais, decorrentes da saída do homem do campo para a cidade e sua incorporação à economia urbana. A urbanização desordenada resultou em uma série de problemas sociais e estruturais como o desemprego, a ausência de saneamento básico, entre outros fatores.

---

<sup>1</sup> De acordo com Reis e Schwartzman (2004, p.6) “Os direitos civis são, sobretudo, direitos “negativos”, que protegem o cidadão contra as arbitrariedades do Estado e de outras pessoas – o direito de ir e vir, a inviolabilidade do domicílio, a liberdade de expressão. Os direitos políticos são os que facultam e delimitam o papel do cidadão na organização política da sua comunidade – os direitos de votar, ser eleito, organizar e participar de partidos políticos, etc. Os direitos sociais, finalmente, são direitos ao acesso a um conjunto de bens e serviços considerados indispensáveis para a vida digna e para a convivência social – o direito à educação, à saúde, ao trabalho, a um salário decente, à proteção em situações de doença e velhice, e assim por diante”.

Gohn (2001, p. 46) afirma que:

[...] no início do século, a classe operária morava em vilas construídas pelos donos das fábricas (uma forma de reduzir e controlar o preço da mão-de-obra) ou nos cortiços e favelas (também chamadas de cabeça de porco). As condições de moradia eram um espelho das condições de trabalho.

Lavinias (2002) afirma ainda que as discussões sobre a pobreza, tanto na Europa como na América Latina iniciam com o surgimento das cidades, que apresentavam condições precárias para atender aqueles que saíam do campo.

Ainda de acordo com esta autora

A moderna sociedade capitalista em gestação necessitava imperiosamente integrar o proletariado e forjar a classe trabalhadora. O primeiro conflito derivado da necessidade de integração se dá na disputa pela apropriação do espaço urbano, na luta pela moradia e pelo controle dos novos *locus* de produção. Por isso mesmo, a pobreza, enquanto questão nasce com o selo urbano.

Neste sentido, pode-se afirmar que, embora existissem demandas por medidas de natureza social, decorrentes principalmente do processo de industrialização que se instaurava no país, foi somente com as mudanças políticas advindas pós 1930 que elas adquiriram respaldo pelo Estado Nacional.

No entanto, é importante destacar que em 1923 a Lei Eloy Chaves, tornou-se um marco das políticas de demandas sociais no que se refere a aposentadoria e pensões. Criada através do Decreto n. 4.682 de 24 de janeiro de 1923, instituía que:

Art. 1º Fica creada em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no paiz uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados.

Art. 2º São considerados empregados, para os fins da presente lei, não só os que prestarem os seus serviços mediante ordenado mensal, como os operarios diaristas, de qualquer natureza, que executem serviços de character permanente.

Paragrapho único. Consideram-se empregados ou operarios permanentes os que tenham mais de seis mezes de serviços continuos em uma mesma empresa.<sup>2</sup>

Esta lei, portanto, representou o início da Previdência Social no Brasil, voltada inicialmente para os empregados de empresas ferroviárias e posteriormente estendida aos empregados das empresas portuárias, mineração, serviços telegráficos, entre outras.

---

<sup>2</sup> Transcrito conforme ortografia original. Disponível em:  
(<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>. Acesso em: nov.2008)

Santos (1979, p. 24) destaca que:

Não se tratava de um direito de cidadania, inerente a todos os membros de uma comunidade nacional, quanto mais em condições de participar do processo de acumulação, mas de um compromisso a rigor privado entre os membros de uma empresa e seus proprietários. Ademais, a previdência que se cuidava cobria apenas os empregados de uma só e mesma empresa, ou seja, o capítulo moderno da legislação social brasileira abre-se caracterizando, basicamente, por estabelecer uma dimensão extra nos contratos de trabalho, um novo tipo de contrato social, em que as partes contratantes abdicam de parcela da renda a que teriam direito no presente e por restringir o escopo do contrato aos participantes da comunidade mais elementar da sociedade industrial moderna, isto é, a empresa.

Cabe alertar, que por se constituir uma estrutura do setor privado, sua implantação dependia de negociações entre patrões e empregados.

Ao contextualizar as políticas sociais<sup>3</sup>, Vieira (1997) afirma que esta é marcada por dois momentos políticos distintos e marcantes no Brasil: o primeiro de controle da política, correspondendo à ditadura Vargas e ao populismo nacional; e o segundo período, cobrindo a época da instalação da ditadura militar, em 1964, até a conclusão dos trabalhos da Constituinte em 1988.

No governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945) foi implantada ampla legislação social. Pode-se destacar a criação do Ministério do Trabalho (1931); seguro contra a velhice, invalidez e acidentes de trabalho (1937); instituição do salário mínimo (1940); consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943).

Os Institutos de Previdência Social foram implantados nesta época atendendo apenas algumas categorias entre elas: bancários, industriários e marítimos, enquanto que os trabalhadores rurais, que constituíam expressiva parte da população, foram incorporados neste sistema somente a partir da década de 1970.

Frente ao exposto entende-se que o sistema de proteção social adotado nesta época era restrito, limitado e desigual, comparando-se aos demais modelos adotados no mundo, voltados principalmente aqueles que estavam inseridos em alguma categoria profissional.

Cabe aqui uma ressalva quanto a este período, pois apesar dos avanços obtidos na legislação, o regime de governo consolidou-se pelo controle e cooptação, com a proibição de greves, como a de 1937 e o atrelamento dos sindicatos ao

---

<sup>3</sup> De acordo com a definição de Faleiros (2000, p. 43): “As políticas sociais se referem, em uma primeira aproximação, ao processo de reprodução da força de trabalho através de serviços e benefícios financiados por fundos a eles destinados. [...] é um mecanismo distributivo de renda ou riqueza socialmente produzida, sob a forma de benefícios, proteção e serviços, sem que sejam afetadas, entretanto, as relações de produção capitalista”.

Estado. Os sindicatos e seus dirigentes, os chamados “pelegos”, o Governo fortaleceu sua base sindical. Sobre este período Silva (2001, p. 63) destaca que:

O lema ‘façamos a revolução antes que o povo a faça’ marca as relações entre o Estado e a sociedade. As grandes decisões são tomadas pelo alto, a partir de alianças entre segmentos sociais minoritários dominantes, alijando as camadas populares, que aderem ao pacto de dominação pela via da repressão aberta, combinada com o intenso processo de cooptação no plano ideológico.

Com relação aos aspectos econômicos, este período é marcado pelo subsídio aos grupos nacionais, com substituição da mão-de-obra estrangeira pela nacional e restrição ao capital estrangeiro, além de investimentos na indústria de base e energia (Companhia Vale do Rio Doce - 1943, Companhia Hidrelétrica do São Francisco - 1945).

É neste período também que são criados o Serviço Nacional da Indústria – SENAI (1942) e o Serviço Nacional do Comércio - SENAC (1943).

Nos anos que precederam a década de 1930, as políticas sociais foram baseadas no conceito de “cidadania regulada” (Santos, 1987), na qual os direitos dos indivíduos são limitados ao lugar que os mesmos ocupam no processo produtivo, que são garantidos por lei, ou seja, só era cidadão, ou melhor, somente tinham direitos sociais, aqueles que possuíam carteira de trabalho assinada, caso contrário o indivíduo ficava submetido a caridade ou era simplesmente excluído.

Neste sentido

Os direitos dos cidadãos são decorrências dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional que se torna, em realidade, mais do que evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico (Ibid., 1987, p.69).

No período desenvolvimentista (1950-1960) houve aquecimento dos debates sobre o papel do Estado na condução das políticas públicas, que passa a atuar mais extensivamente nos campos da educação, da saúde, da previdência, do saneamento, e do transporte coletivo, entre outros. Pode-se destacar, neste: criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1964; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em 1966; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961.

Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ampliado aos trabalhadores rurais em 1971, aos empregados domésticos em 1972 e aos ambulantes em 1978. Cabe ressaltar, no entanto que os trabalhadores rurais tinham apenas direito a um benefício de meio salário mínimo.

Os idosos pobres, com mais de 70 anos foram beneficiados, em 1974, por uma lei que concedeu uma renda mensal vitalícia estipulada no valor de um salário mínimo vigente na época, aqueles que durante pelo menos um ano, contribuíssem com a Previdência Social.

Ainda na década de 1970, o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), constituído por seis órgãos: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Iapas), LBA, Funabem e Dataprev.

Ainda na década de 1970 foi criado o Sistema Nacional de Previdência e com relação ao sistema de saúde, Faleiros (2000, p.48) assevera que

[...] 40 milhões de brasileiros não tinham nenhum acesso a serviços médicos, consolidando-se a desigualdade: o setor privado para os ricos, os planos de saúde para um grupo seletivo de assalariados e classes médias, os serviços públicos para os pagantes da previdência e, para os pobres a caridade, feita, em geral, por entidades municipais ou filantrópicas com apoio estatal.

Conforme apontado anteriormente, a partir da década de 1930 foi iniciado um processo gradativo de implantação dos direitos sociais e trabalhistas no Brasil, porém, sempre excluiu amplos setores da população. Observa-se que até a década de 1960, embora a população rural constitui-se em grande parte da população no Brasil com o processo de migração, esta foi excluída do sistema de proteção social. Não obstante, vinculou-se o direito social ao emprego regulamentado, excluindo os desempregados, trabalhadores informais do acesso à saúde e a aposentadoria.

Ainda, com relação ao período desenvolvimentista Cohn (2004, p.2) afirma que:

[...] a questão social não tende a ser identificada como sendo algo relativo à pobreza, uma vez que era inerente à própria concepção desenvolvimentista a interpretação de que com o desenvolvimento econômico o desenvolvimento social automaticamente se daria, via incorporação dos excluídos do mercado formal de trabalho à economia, constituindo a promessa da mobilidade social daí decorrente a luta contra a então assim concebida marginalidade social. E a carteira de trabalho significava então o passaporte para o acesso ao sistema de proteção social brasileiro, cabendo à filantropia ou a serviços residuais do Estado a cobertura de direitos mínimos aos extremamente pobres.

Neste sentido, a inserção da população no mercado de trabalho passa a ser estratégia para promover o desenvolvimento e combater a pobreza.

No Brasil, o sistema de proteção social ampliou-se durante as décadas de 1970 e 1980, com programas e serviços sociais atuando como uma espécie de



compensação à repressão aos movimentos sociais e movimentos sindicais. Destaca-se que as políticas sociais tinham como papel central a qualificação dos trabalhadores, estabelecendo condições para o desenvolvimento da economia. Na década de 1980, conforme destaca Franco (2003, p.3):

[...] predominaram as políticas de intervenção centralizadas no Estado, quer pela ação redentora de uma tecnocracia pretensamente iluminada, quer pela atuação clientelista e paternalista de atores políticos populistas ou de setores oligárquicos conservadores. Mas as sementes desse tipo de política foram plantadas nos anos anteriores, em grande parte na década de 70.

A década de 1980 foi marcada pelo agravamento da crise fiscal do Estado e do endividamento externo, mas, sobretudo, pela articulação da sociedade, que envolveu diversos movimentos sociais que reivindicaram maior participação política e universalização dos direitos sociais.

Desta forma, iniciou-se neste período, ampla reforma constitucional, que resultou na incorporação de direitos, como o voto dos analfabetos, a legalização dos partidos políticos, o fim da censura e definição das eleições diretas para Presidência da República e por fim a efetivação na Constituição Federal de 1988.

Não obstante, a reforma constitucional de 1988 no Brasil, constitui-se em um marco histórico no que diz respeito à ampliação dos direitos sociais. Conforme estabelece a Constituição de 1988 em seu Artigo 6<sup>o</sup>:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2008)<sup>4</sup>.

Desta forma, com a promulgação da Constituição de 1988 setores até então desprotegidos obtiveram seus direitos básicos de cidadania assegurados. Observa-se a equidade no atendimento a trabalhadores urbanos e rurais, e, na Previdência Social, estabeleceu-se um piso de referência correspondente ao do salário mínimo para pagamento do benefício.

É importante destacar ainda, outros documentos legais aprovados que regulamentaram os artigos da Constituição Federal, entre eles o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)

---

<sup>4</sup> <[http://WWW.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm](http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: ago.2008.

Com relação à gestão das políticas instituiu-se um novo norte estruturador, baseado em dois princípios: a descentralização<sup>5</sup> e a participação social. Nesta nova estrutura de gestão das políticas sociais os estados e municípios

[...] assumem funções de gestão de políticas públicas ou por própria iniciativa, ou por adesão a algum programa proposto por outro nível mais abrangente de governo, ou ainda por expressa imposição constitucional. Assim, a transferência de atribuições entre níveis de governo supõe a adesão do nível de governo que passará a desempenhar as funções que se pretende que sejam transferidas. A recuperação das bases federativas do Estado brasileiro tem impacto sobre o processo de descentralização das políticas sociais no país pelo fato de que, resguardados pelo princípio da soberania, estados e/ou municípios assumem a gestão de políticas públicas sob a prerrogativa da adesão, precisando, portanto, ser incentivados para tal (ARRETCHÉ, 1999, p.114).

Desta forma, a partir dos anos 1990 o sistema de proteção social no Brasil vem sendo alterado, transferindo-se para os estados e municípios parte da responsabilidade na gestão das políticas sociais em diversas áreas, como saúde, educação, habitação, assistência social.

Na área da saúde, em 1997:

[...] 58% dos municípios brasileiros estavam enquadrados em alguma das condições de gestão previstas pelo SUS, o que significa que estes assumiram funções de gestão da oferta local de serviços de saúde até então desempenhadas pela União; 69% das consultas médicas eram realizadas através de prestadores estaduais ou municipais, sendo que, destas, 54% eram prestadas pelos municípios, o que significa que mais da metade das consultas médicas passaram a ser oferecidas por prestadores municipais, os quais eram, até o final dos anos 80 — respeitadas as exceções —, o nível de governo menos envolvido na oferta de serviços de saúde (Ibid.).

No entanto, este processo de descentralização, bem como outros que deveriam ser disseminados rapidamente pelo país não ocorreram de forma homogênea nos estados e municípios no Brasil. Entende-se o fato ao se considerar que neste processo estão as diferenças regionais, a capacidade fiscal e administrativa dos estados e municípios. Neste modelo de descentralização faz-se necessário que o município ou estado ofereçam a estrutura para a implantação de determinado programa.

Arretche (1999, p.112) destaca que: “Quanto mais elevados forem os custos implicados na gestão de uma dada política e mais reduzidos os benefícios dela

---

<sup>5</sup> Conforme definição de Arreche (1999, p.115) descentralização está relacionada a “institucionalização no plano local de condições técnicas para a implementação de tarefas de gestão de políticas sociais. Assim, é indiferente se esta toma a forma da estadualização e/ou da municipalização. A noção de “local” estará, na verdade, referida à unidade de governo para a qual se pretende transferir atribuições”.

derivados, menor será a propensão dos governos locais a assumirem competências na área social”.

A partir deste processo de democratização e descentralização, novos espaços foram instituídos para a participação da sociedade na execução e controle das políticas sociais.

Silva, Jaccoub e Beghin (2005, p.375) destacam que:

- a) participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório;
- a) a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e
- b) a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na defesa e alargamento de direitos, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público.

A efetivação da participação social aconteceu principalmente através dos conselhos<sup>6</sup>, espaços de debate, deliberação e controle das políticas. Ainda de acordo com os autores anteriormente citados, os conselhos

[...] criados ou reorganizados durante a década de 1990, foram integrados por representantes do Estado e da sociedade, e ocupam um espaço, no interior do aparato estatal, de apresentação e processamento de demandas, expressão e articulação de interesses, concertação e negociação, de acompanhamento e controle da política e, em muitos casos de decisão (SILVA; JACCOUB; BEGHIN, 2005, p. 376).

Neste sentido, a constituição destes novos mecanismos de participação social, tais como os conselhos, representou significativo avanço democrático, possibilitando à sociedade, a participação no controle e gestão das políticas sociais.

Ao mesmo tempo em que vislumbrávamos mudanças, tanto no campo social, ao estabelecer em lei os direitos dos cidadãos, quanto na gestão das políticas sociais, a partir de um modelo democrático e participativo, Faleiros (2000, p.48-49) alerta que:

À medida que o congresso incorporava direitos e definia o conceito de cidadania, na prática o governo Sarney promovia o desmonte das políticas sociais federais reduzindo os programas de habitação, sucateando a saúde, controlando as verbas da educação e distribuindo cargos para se manter no poder por cinco e não por quatro anos, como previsto quando assumiu o governo em 1985, após a morte do presidente eleito Tancredo Neves, de quem Sarney era vice.

Nos anos 1990, prevalece um cenário marcado pela inserção do Brasil na economia internacional, tendo como foco principal do Estado brasileiro a construção

---

<sup>6</sup> Além dos conselhos, outros espaços oportunizam a participação social, tais como fóruns, câmaras, ouvidorias, conferências.

de um padrão de competitividade que permitisse concorrer na economia globalizada, ficando as políticas sociais em plano secundário. Atribui-se ao Estado, expressiva responsabilidade pela crise, destacando a necessidade de promover mudanças na sua estrutura. Fortalece o discurso da ineficiência do setor público e da necessidade de privatização de serviços como da saúde, educação, previdência.

Desta forma, fundamentado sob esta nova ótica neoliberal observa-se a redução da ação do Estado na área social, deixando segmentos da população excluídos dos direitos assegurados em lei.

Seguindo o curso deste pensamento Yazbeck (2001, p.37) afirma que se destacam neste modelo:

[...] programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre as necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais.

No entanto, apesar dessa redução do papel do Estado, não se pode deixar de reconhecer os avanços obtidos, como a instituição de mecanismos democráticos de participação da sociedade civil, do reconhecimento em lei dos direitos sociais, da descentralização política administrativa.

## 2.2. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO

A assistência ao próximo é uma ação antiga na humanidade. No Brasil a assistência social esteve atrelada às ações da Igreja. Desta forma, voluntários assumiam a responsabilidade pelo enfrentamento dos problemas das classes mais empobrecidas, sob a ótica do dever moral de oferecer ajuda e prevalecendo o caráter assistencialista.

Para Ruth Cardoso (2004, p.43):

Assistencialismo é um estilo, é um modo de fazer, que tem como consequência criar uma relação de submissão e não oferecer os instrumentos para superação das carências que estão sendo minoradas. Quando associadas ao clientelismo, as formas de assistência se transformam em instrumentos de poder.

No Brasil, até a década de 1970, o tema pobreza<sup>7</sup> e desigualdade social, não eram prioridades nas discussões políticas. Como apresentado anteriormente, o foco das atenções esteve voltado prioritariamente para o desenvolvimento econômico do país.

Schwartzman (2004, p.3) destaca que

Ninguém parece ter pensado, no Brasil do século XIX, em criar leis e instituições para ajudar aos pobres, como se tentou fazer na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Uma possível razão foi que o Brasil não assistiu aos grandes deslocamentos, destruição de postos de trabalho e explosão populacional que acompanharam a revolução industrial na Europa, nem as grandes maciças que inundaram os Estados Unidos naqueles anos, e que acabaram sensibilizando os ricos e remediados. A pobreza brasileira no século passado não era muito diferente da pobreza dos séculos anteriores, e nossas elites tampouco eram muito distintas.

Ainda de acordo com Lonardoní, Gimenez e Santos (2008, p.1):

No Brasil, até 1930, não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como 'caso de polícia' e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Dessa forma a pobreza era tratada como disfunção individual.

Associado à pobreza observa-se o processo de exclusão social que, assim como a pobreza não apresenta um único significado. No entanto, é possível dizer que um indivíduo excluído socialmente pode ser citado como aquele que se vê nas ruas das cidades como um pedinte, como alguém que anda a esmo pelas praças e ruas dos centros urbanos, ou ainda, por aqueles que sem um teto para morar fazem das marquises, pontes, bancos e abrigos de ônibus sua morada. Definição ou representação que grosso modo tem sido confundida pela falta de poder aquisitivo, pela pobreza ou alguma forma de segregação. Não obstante, para as áreas de estudo voltadas para a sociologia compreende-se que a exclusão social pode ser vista de modos diferentes.

De acordo com Sposati (2001) a exclusão, em sua essência, é multidimensional, manifestando-se de várias maneiras e atingindo as sociedades de formas diferentes, e os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos em que a exclusão se apresenta dizem respeito à falta de acesso ao emprego, a bens e serviços, e também à falta de segurança, justiça e cidadania. Assim, observa-se que a exclusão se manifesta no mercado de trabalho,

---

<sup>7</sup> “Nas sociedades modernas, a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos que vivem essa experiência” (PAUGAM, 2003, p.45).

no acesso à moradia e aos serviços comunitários, a bens e serviços públicos, à terra, à educação.

Outro problema está na dificuldade da sociedade em geral entender as novas formas de exclusão, na qual os excluídos se tornam duplamente excluídos por serem tratados como pessoas estranhas aos grupos de iguais e, deste modo, “não têm direitos a ter direitos” e por isto mesmo são por vezes foco de exclusão do meio.

Identificar o contexto no qual esse fenômeno evoluiu, implica em identificar as diferentes formas de sua representação e as diferentes alternativas para seu enfrentamento e superação.

A primeira instituição de assistência social no Brasil foi a Legião da Boa Vontade (LBA), fundada em 1969 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, ex presidente do Brasil e teve como objetivo inicial auxiliar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. A LBA teve sua estrutura ampliada em 1969, com a implantação de novos programas e projetos (assistência às mães e crianças carentes, cursos profissionalizantes, assistência social à família, Programa Nacional do Voluntariado) e transformada em fundação.

Em 1977, com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, a assistência social vincula-se ao sistema de proteção social, executada de forma centralizada e com a ação exclusiva da esfera federal.

A assistência social, como política social pública, fez parte das conquistas democráticas de diferentes segmentos da sociedade, resultado de uma ampla reforma do Estado.

No entanto, conforme Sposati (2001, p.46), destaca que

[...] a política de assistência social alcança no Brasil a condição de política social tardiamente, isto é, na última década do século XX, em comparação, a educação que já tinha sido consagrada como política pública desde 1946.

Com a instituição da Seguridade Social<sup>8</sup> na Constituição Federal de 1988, composta pela política da Saúde, Previdência Social e pela Política de Assistência Social, introduz-se uma nova concepção na execução e implantação das políticas sociais. Neste sentido, a assistência social, passa a ser uma política de responsabilidade do Estado, voltada ao combate da pobreza e inclusão social e

---

<sup>8</sup> “Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos da população relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A Assistência Social é parte integrante das ações que visam garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos brasileiros”. (MPAS – SEAS, 1999).

busca romper com o caráter assistencialista, passando a incorporar conceitos de equidade, direito e emancipação social. Conforme estabelecido no Artigo 203 da Constituição Federal de 1988 a assistência social tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei<sup>9</sup>.

A assistência social como política pública é importante instrumento de inclusão social e estabelece como objetivos, além do enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais.

Vieira (1997, p.19) argumenta que:

[...] países desenvolvidos asseguram mínimos sociais porque sabem que esta é uma forma de conter o processo de aprofundamento da miséria. A miséria não gera consciência e solidariedade, mas gera mais miséria, irracionalismo, violência e individualismo exacerbado. Ela não cria consciência da miséria, e sim miséria da consciência.

No Brasil, os mínimos sociais foram estabelecidos com a finalidade de prover as necessidades fundamentais de sobrevivência dos indivíduos. A partir do século XX os mínimos sociais incorporaram novos elementos relacionados com a equidade social e a liberdade. Neste sentido, a provisão dos mínimos sociais deixa de ser tratada a partir de ações voluntaristas e passa a incorporar as políticas sociais definidas a partir de decisões coletivas.

Ainda, de acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p.28-29), a implantação dos mínimos sociais no Brasil

[...] tem sua iniciativa primeira com a instituição do salário mínimo, em 1934, ou, mais precisamente, em 1940, com sua implantação. [...] A instituição do salário mínimo teve como principal objetivo oferecer condições ao trabalhador e sua família a ter acesso aos mínimos sociais, como saúde, educação, habitação entre outras necessidades básicas. Cabe ressaltar 'que o salário mínimo só tem o significado de uma renda mínima para os trabalhadores legalmente inseridos no mercado de trabalho, ficando de fora, portanto, a grande maioria da população que participa do mercado informal de trabalho'

---

<sup>9</sup> <[http://WWW.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm](http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: ago.2008.

Com a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS<sup>10</sup> (Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993) são estabelecidos objetivos a serem atingidos, conforme o Artigo 2º:

- I. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. a garantia de (1) um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la mantida por sua família.

O novo paradigma pode ser traduzido em ações e atividades voltadas à promoção humana e ao desenvolvimento social dos cidadãos que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Ainda de acordo com a LOAS (2005), Artigo 4º, são estabelecidos os seguintes princípios:

- I. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável das demais políticas públicas;
- III. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. igualdade de direitos ao acesso no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Não obstante, do ponto de vista da defesa dos direitos sociais e da gestão da política de assistência social, a implantação desta legislação significou importante avanço, seja no reconhecimento de que as políticas sociais são direitos, e, portanto, devem ser universais, seja na construção de novos espaços públicos e mecanismos de gestão que contemplam a participação da sociedade civil na sua execução e controle.

De acordo com Oliveira (2003, p. 105)

Esse caráter de responsabilidade social do Estado para com seus cidadãos pressupõe uma visão de Proteção Social que tenha como referência a universalidade de cobertura e de atendimento, em oposição a padrões restritivos e seletivos de acesso a serviços e benefícios sociais

---

<sup>10</sup> É um instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos seus Artigos 203 e 204, que definem e garantem os direitos a assistência social. A LOAS institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados (MPAS/SEAS, 1999, p.15)



Para Boschetti (2003) a LOAS significou o “fim da travessia do deserto” ao superar a compreensão de dever moral de ajuda e para justificar esta representação princípios nortearam a assistência social, tais como a universalização dos direitos sociais; respeito à dignidade humana; igualdade de direitos no acesso ao atendimento; redução das diferenças regionais e locais quanto ao acesso dos recursos financeiros.

Nesta perspectiva, entende-se que a assistência social passou a ser reconhecida como uma política social, que articulada às demais políticas sociais, deve garantir à população igualdade de acesso aos bens e serviços essenciais que lhes é assegurada em Lei.

Como direito não contributivo, não se vincula a qualquer tipo de contribuição. Através de benefícios, serviços e programas são efetivados os direitos definidos em lei aos usuários<sup>11</sup> da política de assistência social.

De acordo com Behring (2003, p.12):

A LOAS definiu dois tipos de direitos: na forma de prestações monetárias continuadas e eventuais (pessoais e intransferíveis, condicionadas à comprovação de necessidade e categorias); e na forma de serviços, programas e projetos cuja natureza tende a ser mais coletiva, já que rompem com a perspectiva contratual imposta pela lógica da capacidade ou incapacidade para o trabalho

Outro aspecto importante implementado a partir da LOAS refere-se ao processo de participação da sociedade na discussão e elaboração de ações voltadas às políticas sociais. Todos esses processos são discutidos e pactuados nos conselhos de composição paritária entre governo e sociedade civil, ou conferências, constituídas nas três esferas do governo.

Segundo Raichellis (1988, p.49):

As diferentes experiências de estruturação dos Conselhos em curso [...] que se iniciaram a partir da regulamentação das respectivas Leis Orgânicas, expressam a busca de novos canais de participação da sociedade civil por dentro do Estado, numa conjuntura peculiar de reorganização das forças sociais no processo de democratização

---

<sup>11</sup> De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, Resolução N. 145, de 15 de outubro de 2004 o público usuário da política de Assistência Social é formado por “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas, diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social” (CRESS –PR, 2006, p.566).

Os Conselhos (municipal, estadual e nacional) de Assistência Social são responsáveis, de acordo com Yazbek (2004a, p.13-14) por:

[...] aprovar a política de Assistência Social, a proposta orçamentária para a área, normalizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social e convocar a cada dois anos as conferências de Assistência Social, que tem como atribuição avaliar a situação da assistência e propor diretrizes para seu aperfeiçoamento.

A LOAS estabelece também a descentralização como principal estratégia de gestão da assistência social, cabendo parcela significativa de responsabilidade aos municípios na sua execução.

Conforme Pastor (2007, p. 224), o processo de descentralização político-administrativa:

[...] teve dentre seus propósitos a luta contra a subordinação dos municípios ao governo central. Sua inclusão nos ditames legais contou com o apoio de amplos segmentos da sociedade. Defendia-se que a esfera municipal estaria mais próxima dos problemas da população e que possibilitaria o conhecimento mais adequado da sua própria realidade. Conseqüentemente, poderia gerar proposições e ações mais condizentes ao atendimento das demandas específicas de cada localidade.

A organização da gestão das ações da assistência social está disposta na Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB), publicada em 1999. A NOB é um instrumento que especifica os procedimentos e define estratégias do processo descentralizado e participativo da assistência social.

Um marco importante para a assistência social no Brasil refere-se à IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003. Nesta conferência foi aprovada a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS,<sup>12</sup> operacionalizada pela Norma Operacional Básica 2005 – NOB/2005. Este documento foi elaborado através da participação da sociedade civil, a partir de debates, fóruns, conferências e com importante colaboração dos conselhos de assistência social (na esfera municipal, estadual e federal).

Sposati (2001, p. 103) afirma que:

A construção do SUAS resulta do acúmulo gerado por experiências municipais; por estudos e pesquisas na academia; pela luta do Fórum Nacional de Assistência Social e seus correspondentes fóruns locais; pelas lutas das categorias dos assistentes sociais, e pelas experiências de efetivo controle social. Este conjunto trouxe os principais elementos que determinaram nova qualidade ao conteúdo das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social que foram pela primeira vez levadas em conta pela gestão federal.

---

<sup>12</sup> SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Resolução n. 130 de 15 de julho de 2005. (CRESS, 2006).

A NOB/SUAS foi constituída em pacto entre os entes federativos, tendo como fundamento principal o direito à proteção social<sup>13</sup> e a defesa da cidadania do usuário. No entanto, cabe destacar que a política de assistência social tem a família como foco principal de atendimento. Conforme estabelece a (NOB/SUS, 2005) a família é o “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social”, o que demanda a articulação com as demais políticas sociais, seja na área da educação, habitação, saúde, emprego, para promover desta forma, a autonomia e emancipação de todos os membros da família.

Conforme estabelecido na NOB/SUAS os eixos estruturantes da gestão do SUAS (CRESS, 2005, p. 454) são:

- a) precedência da gestão pública da política;
- b) alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários;
- c) matricialidade sociofamiliar;
- d) territorialização;
- e) descentralização político-administrativa;
- f) financiamento partilhado entre os entes federados;
- g) fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil;
- h) valorização da presença do controle social;
- i) participação popular/cidadão usuário;
- j) qualificação de recursos humanos;
- k) informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados

A legislação que norteia a política de assistência social define os vários níveis de cobertura de benefícios, os serviços, programas, projetos e ações que garantem o acesso aos direitos socioassistenciais.

Na VI Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2007, foram aprovados os dez direitos socioassistenciais da Assistência Social, conforme descritos a seguir:

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito.
2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.
3. Direito de equidade social e de manifestação pública: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.

<sup>13</sup> De acordo com NOB/SUAS (2005, p.458): “A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (Ibid.).

4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede sócio assistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede sócio assistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.
5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: Direito, do usuário e usuária, da rede sócio assistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.
6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas.
7. Direito à Proteção Social por meio da intersectorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersectorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infra-estrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.
8. Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersectoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.
9. Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o cofinanciamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede sócio assistencial nos meios urbano e rural.
10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede sócio assistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos sócio assistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade<sup>14</sup>.

Estes direitos foram construídos a partir de discussões formuladas por diferentes setores da sociedade, considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para o cumprimento da legislação e garantia dos princípios estabelecidos na assistência social como direito não contributivo e universal.

A partir da Constituição Federal de 1988 e dos dispositivos legais que a normalizam a política de assistência social no Brasil é operacionalizada numa nova perspectiva de articulação com as demais políticas sociais. A partir de uma nova

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/conferencias-1/arquivos/10-direitos-socio-assistenciais>>. Acesso em: 04 nov. 2008.

estrutura político-administrativa descentralizada, os recursos financeiros e operacionais são dispostos de forma eqüitativa, visando atender as necessidades sociais e coletivas e, atuar nas inúmeras situações da vulnerabilidade e da exclusão de cada família. De acordo com esse novo modelo de gestão, são definidas competências e responsabilidades das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), nos níveis de gestão de cada instância.

Conforme definido na NOB/SUAS e na PNAS/2004 a rede sociassistencial é constituída por um conjunto integrado de ações conjuntas da sociedade e da iniciativa pública (serviços, programas e projetos). Estão definidos três tipos de benefícios:

- a. Benefício de prestação continuada: constitui a cessão de 01 (um) salário mínimo mensal ao idoso (65 anos ou mais) e às pessoas com deficiência que comprovarem não ter condições de trabalhar ou ter o sustento suprido pela família e que apresentam renda mensal inferior a 25% do salário mínimo vigente.
- b. Benefícios eventuais: tem como objetivo o auxílio em situações de natalidade ou morte e ainda em situações de vulnerabilidade temporária.
- c. Transferência de renda: constitui-se num programa de repasse direto de renda aos beneficiários, tendo como foco principal o acesso à renda, o combate à fome, à pobreza, possibilitando a emancipação e autonomia destes beneficiários e suas famílias.

O sistema de proteção social está organizado em níveis de complexidade, estabelecidos a partir da situação de vulnerabilidade social: proteção social básica e proteção especial, esta dividida em média e alta complexidade.

A proteção social básica tem como objetivo atender a população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, ausência de renda, entre outras situações como discriminações étnicas, por deficiências, com a fragilização de vínculos afetivos.

A proteção social especial destina-se a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social e tiveram seus direitos violados<sup>15</sup>. Neste tipo de proteção há dois níveis de complexidade: média e alta. Os serviços de

---

<sup>15</sup> Caracteriza-se situações de violação de direitos “a ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações”. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protECAo-social-especial>>. Acesso em: jan.2009.

média complexidade são destinados ao atendimento para as famílias que tiveram seus direitos violados, mas que os vínculos familiares e comunitários foram preservados. Nos atendimentos de média complexidade não existem mais vínculos familiares.

Neste caso os atendimentos são organizados através dos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) que oferecem serviços socioassistenciais objetivando a reinserção social do indivíduo. Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são destinados às famílias e cidadãos que se encontram em situação de ameaça ou sem referência e que necessitam ser retirados do convívio familiar ou comunitário. Nestes casos é garantida a proteção integral, com a oferta de moradia, alimentação entre outros.

Neste sistema, os municípios são habilitados de acordo com o nível de gestão: inicial, básica e plena. Esta habilitação está relacionada diretamente com as condições estruturais e conjunturais do município e com a capacidade de executar e co-financiar os serviços de assistência social. Neste sentido, a habilitação é operacionalizada conforme a capacidade do nível de gestão de cada município, envolvimento político e administrativo.

Com relação ao financiamento da política de assistência social, esta é realizada pelo repasse fundo a fundo, de acordo com a habilitação de cada município e da transferência de benefício diretamente ao cidadão.

Conforme apresentado, a assistência social nos últimos anos foi reestruturada buscando a reinserção social das famílias e garantindo maior eficiência na sua operacionalização. No entanto, apesar desta nova concepção ainda há identificação da assistência social com o assistencialismo e com a filantropia. Isto ocorre principalmente pela dificuldade enfrentada pelas políticas sociais em promover efetivamente a inclusão social, pela permanência de ações seletivas e, conforme destaca Yazbek (2004a, p.19): “[...] focalizadas nos mais pobres entre os pobres, o que vem restringindo possíveis ações dessas políticas, bem como pela dificuldade de implantar ações integradas com as demais políticas sociais”.

Observa-se, neste contexto a necessidade de implantação de programas que rompam com práticas assistencialistas e que articulem ações para a promoção do desenvolvimento social. Assim sendo, entre os mecanismos de proteção social implantados, os programas de transferência de renda ganham especial ênfase nas últimas décadas, conforme exposto a seguir.

## 2.3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Os programas de transferência de renda surgiram ao longo do século XX no contexto de afirmação do Estado de *Welfare State*<sup>16</sup> como uma das principais, estratégias de inclusão e proteção social.

Todavia, anterior a implantação destes programas, faz-se necessário destacar medidas que apresentaram como proposta a solução de problemas antigos, principalmente da pobreza e exclusão social.

Na Inglaterra, surge, em 1795 a “Lei dos Pobres” (*Poor Laws*), sistema de assistência oferecido pelo Estado com objetivo de oferecer um mínimo necessário às famílias empobrecidas.

Destaca-se a publicação em 15 de maio de 1891 pelo Papa Leão XVIII da Encíclica “*Rerum Novarum*”, que apresentava o posicionamento da Igreja em relação aos graves problemas presentes nas sociedades européias. Nesta Encíclica, Leão XVIII apoiava o direito dos trabalhadores a formarem sindicatos e o direito à propriedade privada, à melhor distribuição da riqueza, bem como a intervenção do Estado na economia deveria favorecer os mais pobres.

Em 1988, o Parlamento Europeu se pronunciou favorável à instauração entre todos os estados-membros, de um rendimento mínimo para os mais vulnerabilizados economicamente. Em 1989 o Comitê Econômico e Social recomendou o estabelecimento de um mínimo social “concedido, simultaneamente, como uma rede de segurança para os pobres e uma alavanca para a reinserção social” (FONSECA, 2001, p.140).

No ano de 1999, o Conselho Europeu de Colónia, instituiu uma Convenção formada por representantes dos Chefes de Estado ou Governo dos Estados-Membros, um representante da Comissão Européia, deputados do Parlamento Europeu e deputados dos parlamentos nacionais, elaborou a “Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia”. A carta, expressava um conjunto de

---

<sup>16</sup> A definição de *Welfare State* pode ser entendida como “um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universais promovidos pelo Estado como a finalidade de garantir certa ‘harmonia’ entre os avanços do mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente”. (GOMES, 2006, p.203)

compromissos políticos que serviram de referência entre os Estados Membros da União Europeia, porém, sem carácter obrigatório jurídico, contemplava em seu texto, direitos civis, políticos, económicos e sociais.

A carta foi organizada em sete capítulos, conforme exposto a seguir:

- Capítulo I: **Dignidade** (dignidade do ser humano, direito à vida, direito à integridade do ser humano, proibição da tortura e dos tratos ou penas desumanos ou degradantes, proibição da escravidão e do trabalho forçado);
- Capítulo II: **Liberdades** (direito à liberdade e à segurança, respeito pela vida privada e familiar, protecção de dados pessoais, direito de contrair casamento e de constituir família, liberdade de pensamento, de consciência e de religião, liberdade de expressão e de informação, liberdade de reunião e de associação, liberdade das artes e das ciências, direito à educação, liberdade profissional e direito de trabalhar, liberdade de empresa, direito de propriedade, direito de asilo, protecção em caso de afastamento, expulsão ou extradição);
- Capítulo III: **Igualdade** (igualdade perante a lei, não discriminação, diversidade cultural, religiosa e linguística, igualdade entre homens e mulheres, direitos das crianças, direitos das pessoas idosas, integração das pessoas com deficiência);
- Capítulo IV: **Solidariedade** (direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa, direito de negociação e de acção colectiva, direito de acesso aos serviços de emprego, protecção em caso de despedimento sem justa causa, condições de trabalho justas e equitativas, proibição do trabalho infantil e protecção dos jovens no trabalho, vida familiar e vida profissional, segurança social e assistência social, protecção da saúde, acesso a serviços de interesse económico geral, protecção do ambiente, defesa dos consumidores);
- Capítulo V: **Cidadania** (direito de eleger e de ser eleito nas eleições para o Parlamento Europeu, direito de eleger e de ser eleito nas eleições municipais, direito a uma boa administração, direito de acesso aos documentos, provedor de justiça, direito de petição, liberdade de circulação e de permanência, protecção diplomática e consular);
- Capítulo VI: **Justiça** (direito à acção e a um tribunal imparcial, presunção de inocência e direitos de defesa, princípios da legalidade e da proporcionalidade dos delitos e das penas, direito a não ser julgado ou punido penalmente mais do que uma vez pelo mesmo delito);
- Capítulo VII: **Disposições gerais.** (Actividades da união europeia - síntese da legislação. Disponível em: <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l33501.htm>>. o. Acesso em: out. 2008). [grifos no original].

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia reuniu princípios gerais dos seguintes documentos: Convenção do Conselho da Europa de 1950, Carta Social Europeia Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, assim como as determinações da jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Em 1996, foi organizado o Seminário Europeu Sobre Rendimento Mínimo pela União Europeia das Mutualidades Portuguesas e apoio da Comunidade



Européia e do Ministério da Solidariedade e Segurança Social. Fonseca (2001, p.142) destaca que:

No momento do Seminário, Portugal acabava de introduzir um programa de rendimento mínimo garantido. A Lei n. 19-A, de 29 de junho de 1996, instituiu uma prestação em regime não contributivo e um programa de inserção social com o objetivo de 'assegurar aos indivíduos e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento e uma progressiva inserção social e profissional.

Conforme observamos nestes documentos, a defesa do direito à renda foi alvo de discussão em vários momentos na Europa. Não obstante, experiências em termos de sistemas de proteção social foram implantados em países como a Alemanha durante o período de industrialização, em 1880.

De acordo com Gomes (2006, p. 204):

Um dos maiores avanços da Alemanha e de seus programas de serviços sociais foi na área da educação. O princípio fundamental foi estabelecer um nível elevado de educação do seu povo, para que a estrutura produtiva pudesse alcançar graus de desenvolvimento que proporcionassem ao país maiores vantagens econômicas e sociais diante de seus concorrentes europeus.

Neste período as organizações e partidos operários adquiriram força política, fator que determinou a ampliação das políticas sociais pelo chanceler Otto Von Bismarck, surgindo o modelo de política social bismarckiana<sup>17</sup>. Foi implantada por Bismarck, a lei de Seguro-Saúde, aprovada em 1883, tendo com objetivo integrar em um único sistema, as principais classes de trabalhadores. Também foram aprovados os seguros - acidentes em 1884 e o de aposentadoria e invalidez em 1889.

Em contraposição ao modelo Bismarkiano, há o modelo Beveridgiano, marcado pelo seu caráter universal, não exigindo contribuição individual para obtenção do benefício.

De acordo com Sorj (2004) citado por Zimmermann e Silva (2008, p.1):

[...] a passagem do modelo Bismarkiano ao modelo Beveridgeano foi gradual, na medida em surgiu um movimento que terminou por produzir uma nova concepção de direitos sociais. Essa nova percepção teria reconhecido que, acima dos direitos associados ao trabalho, encontra-se a pessoa humana, com direito a se reproduzir, independentemente de ter trabalhado ou, incluindo não apenas os incapacitados para o trabalho (doença ou idade), mas inclusive aqueles que não conseguem obter uma renda através do emprego.

---

<sup>17</sup> "O modelo Bismarkiano segue a lógica do mérito individual, caracterizado por contribuição individual como critério para o aperfeiçoamento de benefícios, valendo também para a aposentadoria" (ZIMMERMANN; SILVA, 2008, p.5).

Outra experiência de destaque implantada nos EUA, após a Grande Depressão de 1929, foi o *New Deal* no governo de Franklin Roosevelt (1933, p.45).

De acordo com Vieira (1992, p.85-86) o *New Deal* destinava-se

[...] a reorganizar a vida econômica através da intervenção do Estado na economia, do controle do mercado financeiro, do combate ao desemprego, do estímulo a elevação da produção e da renda, da redução da jornada de trabalho e da produção para o mercado interno, sem deixar de lado o mercado externo.

Desta forma, entende-se que as primeiras intervenções de proteção social expressam as limitações do mercado no que se refere à necessidade da reprodução da força de trabalho.

Portanto, os programas de renda mínima surgiram nos países da Europa tendo como princípio a criação de uma rede de proteção social aos menos favorecidos. Conforme Vanderborght e Van Parijs (2006, p.42) vários países da Europa implantaram programas de transferência de renda, entre eles: Dinamarca (1933); Reino Unido (1948); Finlândia (1956); Suécia (1957); Alemanha (1961); Países Baixos (1963); Áustria (1974); Bélgica (1974); Irlanda (1977); França (1988); Espanha (1988-1992); Portugal (1997).

Zimmermann e Silva (2008, p.2) destacam ainda que:

[...] muitos países introduziram programas de renda mínima em épocas de prosperidade econômica, antes da existência das grandes transformações na economia mundial e os impactos no mercado de trabalho.

Estes vários programas implantados se distinguiam em vários fatores como as condições de acesso, o cálculo para estabelecer o valor do benefício e as condicionalidades. A nacionalidade constitui-se em programas como condição para obter acesso em países, como os da Holanda, Portugal, França, Reino.

No entanto, Fonseca (2001, p.143) destaca que na Alemanha

[...] o acesso ao *Sozialhilfe* (criado em 1961) dirige-se aos nacionais, aos cidadãos de Estados que a Alemanha tenha firmado uma convenção bilateral sobre o assunto, ou que concedem reciprocidade aos cidadãos alemães.

A residência é uma exigência em todas as legislações, no entanto, no que concerne a idade, a legislação de cada país prevê uma idade mínima. A autora acima citada destaca que:

Algumas legislações estabelecem uma relação direta entre falta de rendimento e emprego e, por conta disso, o cidadão que requer o ingresso no programa é incentivado, por todos os meios, a procurar um trabalho (ibid., p. 144-145).

Os países que adotaram programas de renda mínima se diferenciam entre si por diversos fatores. São programas complementares que não substituem outros direitos sociais. Desta forma, além do direito a renda, os beneficiários destes programas inseriram-se nas demais políticas como saúde, habitação, qualificação profissional, entre outras. Estes programas destinam-se aqueles:

[...] que se encontram abaixo de um certo patamar de renda, ou passando por dificuldades decorrentes de insuficiência de renda; a renda é um direito e o cidadão ou cidadã podem requerer acesso à renda [...]. (FONSECA, 2001, p. 152)

Diante destas experiências implantadas, estudos vêm sendo realizados sobre o seu impacto na redução das desigualdades. Euzéby (2004, p.44) ao analisar os programas de renda mínima afirma que estes são eficazes, principalmente na redução da pobreza, indicando como exemplo a Dinamarca, que após implantar os benefícios sociais reduziu a taxa de pobreza que era de 29% para 8%.

O quadro a seguir apresenta o impacto dos programas de renda mínima na redução das desigualdades sociais na Alemanha:

Ano	Renda bruta adquirida no mercado antes das transferências de renda	Renda líquida após transferências	Redução da desigualdade
1969	0,39	0,25	33,9%
1978	0,43	0,24	42,5%
1988	0,45	0,25	43,8%
1998	0,44	0,27	39,2%

**Quadro 1 - Redução da desigualdade social após transferências de renda (Índice GINI<sup>18</sup>) na Alemanha**

Fonte: Ullrich (2005, p.177).

Os dados anteriores demonstram que programas de transferência de renda tiveram impacto positivo na redução da pobreza na Alemanha. No entanto, diversas são as análises acerca dos diferentes programas de transferência de renda implantados.

<sup>18</sup> Coeficiente de Gini é uma medida utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Este índice varia entre 0 e 1, sendo que o 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos tem mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade. (ZIMMERMANN; SILVA, 2008, p.5)

Kowarick (2003, p.64) destaca que

De um lado, *blaming the victim*, aberta e feroz culpabilização das pessoas que se encontram em precárias condições sociais e econômicas, pois, nessa vertente interpretativa, esta situação é vista como fruto de sua própria e única (ir)responsabilidade. Mais ainda: segundo essa visão, as políticas públicas só serviriam para reproduzir ou aumentar a anomia, a ociosidade e a indolência, a desestruturação familiar, o consumo de drogas e as várias formas de criminalidade. De outro lado, os liberais enfatizam que não é no comportamento ou nos valores do indivíduo que se deve buscar as causas do problema, mas nos processos estruturais amplos, na desindustrialização de determinadas regiões, nas transformações tecnológicas e gerenciais, nas mudanças no perfil da mão-de-obra, nas transformações sociais e urbanas das grandes cidades ou no secular preconceito racial que desaba, particularmente, sobre a população afro-americana.

Conforme o exposto, essas análises associam o problema da pobreza a um problema individual, ou ainda, que os programas de transferência de renda geram acomodação e ociosidade por parte de quem os recebe, posição tipicamente neoliberal. Trata-se, igualmente, da mesma forma como o protestantismo encarou a pobreza durante a Revolução Industrial, atribuindo a culpa aos indivíduos, isto é, a falta de empenho em demonstrar o amor a deus por meio do trabalho.

Foi a sociologia que nessa época trouxe à luz a explicação de ordem social, política e econômica, isto é, sociológica, trazendo uma nova abordagem ao problema dos indivíduos, transformando-o num problema político.

Em países como França e Portugal se estabelecem relações entre a falta de rendimentos e a exclusão social, ou seja, problemas que vão além dos problemas individuais, mas que envolvem fatores estruturais de cada sociedade.

Na França este debate baseia-se em conceitos tais como exclusão, desqualificação ou desfiliação social. Nessa linha de argumentação e de acordo com Kowarick (Ibid., p.62):

[...] não se trata apenas daqueles que não puderam pagar o preço do progresso, ficando à margem de uma sociedade que se moderniza, mas cada vez mais, após os anos 1980, também dos que ocupam posições centrais no sistema produtivo do qual foram desconectados: seguindo as trilhas da tradição republicana e jacobina, as análises, variando nos diagnósticos e nas propostas, enfatizam a necessidade de uma forte presença estatal, que tem responsabilidade primeira de fornecer os recursos materiais e culturais que promovam a (re)inserção social e econômica dos marginalizados.

Neste contexto, faz-se necessária a presença de um Estado orientado pelo princípio da legalidade, com claras orientações éticas inscritas na vida social pela ação protetora. Não se trata apenas de um Estado garantidor de princípios como liberdade, proteção à propriedade privada, de face penal e prisional. Mais que isso, o

Estado precisa evitar contextos de deterioração social e de descontrole da violência. O fracasso que toda sociedade deseja evitar, envolve educação pública de qualidade, políticas sociais, respeito à legalidade e erradicação da miséria.

## 2.4 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

O debate político acerca das políticas de distribuição de renda e combate à pobreza no Brasil e a transferência monetária remonta à década de 1970.

Antonio Maria da Silveira (1975, p.8) foi um dos precursores do debate no Brasil na década de 1970. Tal autor destacou que se faz necessário “o estabelecimento de um programa governamental, proporcionando meios que permitam a gradativa mas efetiva redução da pobreza”.

Conforme seu argumento, para aliviar a pobreza o programa deve auxiliar o pobre diretamente com a transferência de recursos. Nesta modalidade de programa, com o imposto de renda negativo: “o cidadão, com renda líquida superior ao nível máximo de isenção, paga imposto de renda, o cidadão com renda líquida inferior ao nível mínimo de isenção recebe o imposto de renda negativo (FONSECA, 2001, p. 94-5).

Silveira (1975) propôs, ao implantar programas de transferência de renda, que estes atendessem inicialmente os idosos e em seguida as demais faixas etárias.

A sua sugestão acerca dos programas de renda mínima estava pautada na garantia de renda para aqueles que não atingissem um nível de renda para garantir sua sobrevivência, independente de estarem inseridos no mercado de trabalho ou não.

Também Bacha e Unger (1977) destacam a importância da redistribuição de renda.

Fonseca (2001, p.97) assinala que estes autores

[...] trabalharam com os dados do Censo de 1970, mostrando que 36% do total de renda das pessoas concentravam-se nas mãos de 5% das famílias mais ricas do país e que os 10% de famílias mais abastadas detinham 49% da renda do país, ou seja, 90% das famílias brasileiras retinham praticamente a mesma fração de renda total que os 10% no topo da pirâmide social.

Neste contexto marcado pela desigualdade social, a pobreza configura-se como problema central, exigindo respostas para seu enfrentamento. Neste sentido, programas de renda mínima constituíam alternativas para promover a inclusão social.

Sposati (2001, p. 78) destaca que:

É preciso entender que a inclusão social não é só econômica, apesar de vivermos em uma sociedade de mercado onde a economia é central. A inclusão é política, cultural, social, ambiental, religiosa, de escolhas, isto é, tem múltiplas facetas [...] Inclusão, como processo ético, é junção do substantivo com o adjetivo, ou seja, é preciso dizer do caráter decente que entendemos como caracterizador de inclusão.

A partir de 1991 o debate sobre a instituição de programas de transferência de renda começa a fazer parte da agenda pública, com a aprovação, no Senado Federal, do Projeto de Lei n. 80/91 do Senador Eduardo Suplicy, propondo o Programa de Garantia de Renda Mínima (PRGM).

O projeto apresentou como proposta beneficiar, com o imposto de renda negativo, brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade, com renda inferior a 2,5 vezes o salário mínimo da época. Estes teriam o direito a receber uma complementação de renda equivalente a 30% da diferença entre a renda auferida e o mínimo estabelecido.

Conforme destaca Fonseca (2001, p.101):

No projeto aprovado, o indivíduo é portador de direitos (a renda é um destes direitos) e a política social o reconhece como tal, independente do seu estado civil, da sua descendência e da natureza de seus vínculos com crianças e adolescentes e do tempo em que resida em algum município de seu país.

É importante ressaltar que apesar de aprovado pelo Senado Federal, esse projeto aguarda ainda hoje votação pela Câmara dos Deputados.

Não obstante, este projeto desencadeou uma série de debates na sociedade. O economista José Márcio Camargo (1991, p.215), um dos defensores do projeto de Suplicy argumentou que o Brasil iniciava “[...]os anos 90 diante do desafio de resolver o problema básico da miséria de quase metade da sua população, uma dicotomia totalmente anômala e talvez única no mundo”.

Neste contexto em que a renda familiar é relativamente baixa, o trabalho infantil constitui-se um importante complemento de renda para família, obrigando a criança e/ou adolescente muitas vezes a sair da escola. Este debate já havia sido desencadeado na década de 1980 no Núcleo de Estudos do Brasil na Universidade

de Brasília. Discutiam-se neste Núcleo soluções para problemas como o da infância abandonada, do trabalho infantil e do baixo nível educacional das crianças, surgindo uma proposta de oferecer uma bolsa para as crianças estudarem.

Buarque; Castro; Aguiar (2001, p.128) enfatizam que

No primeiro momento houve uma resistência à idéia. Foi preciso lembrar que uma parte dos presentes tinha recebido bolsas para fazerem seus estudos de pós-graduação no Brasil ou no exterior. E ficaram surpresos quando ouviram a comparação entre o pagamento de uma bolsa para eles e uma remuneração para as crianças.

Ainda, referente ao trabalho infantil Camargo (1992, p.215) destaca que:

Entrando cedo no mercado, as crianças pobres saem cedo da escola, se engajam em trabalho pouco qualificado sem perspectivas profissionais. Sua contribuição para a renda familiar de hoje é relativamente grande, mas serão os pobres de amanhã.

Desta forma, entende-se que ao oferecer melhores condições para estas crianças e adolescente, investindo-se em fatores como a educação e qualificação profissional, estar-se-á rompendo com o círculo da pobreza.

Em 1995 foi implantado no Distrito Federal o Programa Bolsa Família para a Educação, proposta pelo governador Cristóvam Buarque e pelo economista José Márcio Camargo (1991), que garantia uma renda mínima para as famílias carentes, residentes no Distrito Federal há pelo menos cinco anos, com criança(s) entre sete a quatorze anos, freqüentando a escola pública.

Em Campinas, o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira instituiu o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima para famílias residentes na cidade há pelo menos dois anos e com renda mensal *per capita* inferior a R\$ 35,00.

De acordo com Almeida (2000, 119), o programa de Campinas

É voltado para atender famílias em situação de extrema pobreza, por meio de um subsídio monetário mensal, que é calculado de acordo com a renda familiar. As condições de elegibilidade ao programa são que as famílias: tenham crianças entre 0 a 14 anos que se encontram em situação de risco, tenham crianças portadoras de deficiências, independentes da idade.

A partir destas experiências foram implantados programas transferência de renda no Brasil, entre eles os de iniciativa do Governo Federal. Destacaremos a seguir os principais programas implantados pelo Governo Federal até 2003.

O Programa Vale Cidadania, denominado posteriormente de Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi criado em 1996 pelo Governo Federal, vinculado a Secretaria de Estado da Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, com objetivo principal de eliminar o trabalho infantil.

Este programa de transferência direta de renda foi implantado inicialmente em Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia, ampliado posteriormente para os demais estados do Brasil. O programa é destinado às famílias com renda *per capita* de 1/2 salário mínimo, com filhos de idade entre 07 a 14 anos. O programa visa o acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola, além de oportunizar a participação das crianças e adolescentes em ações sócio-educativas.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p. 97):

A proposta central era fazer com que as crianças e adolescentes trocassem o trabalho penoso pela escola. O PETI passa a vivenciar grande extensão em 2001 e 2002; todavia, em 2003, esse Programa é marcado por estagnação e grandes atrasos no repasse de recursos aos municípios, [...] verificando-se o retorno ao trabalho de crianças e adolescentes que tinham na bolsa uma fonte de ajuda significativa na manutenção da família.

Em 2005 a Portaria GM/MS Nº 666<sup>19</sup>, integra o Programa de Erradicação Infantil e o Programa Bolsa Família, buscando eliminar a duplicidade de benefícios e ampliar o atendimento das crianças e adolescentes.

No governo de Fernando Henrique Cardoso é implantado o PBE, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura no ano de 1998. O programa atendia famílias com renda *per capita* mensal até 1/2 salário mínimo, com crianças na faixa etária entre 6 e 15 anos matriculadas na escola. O valor do benefício foi estabelecido entre R\$ 15,00 a R\$ 45,00 de acordo com o número de crianças matriculadas.

Conforme Buarque, Castro; Aguiar (2001, p.140):

[...] municípios com renda tributária per capita inferior à média do seu estado poderiam integrar uma parceria com o governo federal, que financiaria metade dos custos de um Programa Bolsa Escola, novamente vinculando o recebimento do benefício à frequência obrigatória à escola.

O Programa Bolsa Escola (PBE) torna-se um programa nacional em março de 2001, tendo como objetivo atender aproximadamente 10,7 milhões de crianças entre 06 e 15 anos em todo o país.

Ainda conforme os autores citados, o Bolsa Escola promove benefícios a longo prazo para a família beneficiada, ou seja, “a criança e o/a adolescente podem ter mobilidade social; a família terá a oportunidade de sair da pobreza; a família terá maior competitividade no mercado de trabalho [...]” (Ibid., p.134).

---

<sup>19</sup> BRASIL. **Portaria 666**, de 28 de dezembro de 2005 - Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Diário Oficial Da União - Edição n. 30/12/2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Gabinete do Ministro, 2005.



Com a articulação entre os programas sociais o governo Fernando Henrique Cardoso propôs desenvolver a Rede de Proteção Social voltado para a população carente do país.

Outro programa implantado, pela Medida Provisória n. 2.206-1, de 6 de setembro de 2001<sup>20</sup>, foi o Programa Bolsa Alimentação, vinculado ao Ministério da Saúde. Este programa apresentava como objetivo principal o combate às carências nutricionais, redução dos índices de desnutrição e mortalidade infantil no Brasil.

Além desses programas citados destacam-se ainda: Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima (PNGRM) vinculado ao Ministério da Educação e Cultura - (MEC) – 1998; Auxílio Gás – 2002; Cartão Alimentação – 2003, Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em 24 de julho de 2001, o Decreto 3.877<sup>21</sup> instituiu o Cadastro Único, com objetivo de cadastrar as famílias em situação de extrema pobreza no país em todos os municípios e o Cartão Cidadão permitindo às famílias retirarem os benefícios que lhes eram devidos diretamente no banco. Silva, Yazbeck e Giovanni (2007, p.96) destacam que a criação do Cadastro Único e do Cartão Cidadão:

[...] representaram medidas significativas na direção da construção e implementação de uma 'Rede de Proteção Social' de abrangência nacional, apontando inclusive para a idéia de unificação destes programas.

## 2.5 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Tornou-se um desafio para o Estado e para a sociedade possibilitar aqueles que sobrevivem na linha da pobreza o acesso aos seus direitos básicos, como: educação, alimentação, emprego e habitação.

Diante desta problemática, foram adotadas, nos últimos anos, no Brasil medidas para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento social. De acordo com dados da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) reduziram-se os índices de pobreza e desigualdade com a distribuição de rendimento domiciliar no

---

<sup>20</sup> Medida Provisória n. 2.206-1, de 6 de setembro de 2001 - DOU DE 10/09/2001 - Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: e "Bolsa Alimentação" e dá outras providências. Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2001/2206-1.htm>. Acesso em: dez.2008.

<sup>21</sup> <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2001/3877.htm>>. Acesso em: nov. 2008.

Brasil e os fatores que têm sido levantados para explicar esta redução encontram-se assim dispostos:

- A relativa melhora das condições da economia brasileira em 2004. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,9% teve impactos sobre o mercado de trabalho, com aumento da ocupação e da massa de rendimentos do trabalho;
- o aumento real do salário mínimo, relevante para o melhor funcionamento do mercado de trabalho e para o aumento do valor dos benefícios previdenciários e assistenciais a ele vinculados;
- o aumento do número de benefícios pagos pela previdência social, pela assistência social e pelo Programa Bolsa Família entre 2001 e 2004 (IPEA, 2006, p. 49-50).

Com relação a evolução do salário mínimo no Brasil, Armand (2002, p. 47), destaca que:

Em 1994 um salário mínimo comprava apenas 60% dos itens da cesta básica (produtos necessários à sobrevivência mensal de uma pessoa). Em 2001, este poder aquisitivo dobrou pelo fato da moeda ser estável, e o valor do salário mínimo representar 123% do valor da cesta básica.

Além de medidas econômicas adotadas pelo Estado para promover o desenvolvimento do país, a partir de 2005 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, intensificou ações com programas de transferência de renda, assistência social, segurança alimentar e nutricional.

No ano de 2003, a partir de diagnóstico elaborado pela equipe de transição do governo de Luis Inácio Lula da Silva, verificou-se a necessidade da unificação dos programas de transferência de renda<sup>22</sup> existentes, surgindo o Programa Bolsa Família.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p.132), entre os problemas apontados no diagnóstico elaborado por esta equipe, destaca-se a:

Existência de programas concorrentes e sobrepostos nos seus objetivos e público alvo, como ocorre com os Programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e PETI, implementados por três Ministérios distintos (Educação, Saúde e Assistência Social), gerando às vezes, tratamento diferenciado, inclusive no valor do benefício, com competição entre instituições.

O PBF é um programa de transferência de renda instituído pela Medida Provisória Nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei 10.836 de 09 de Janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de

---

<sup>22</sup> “São considerados Programas de transferência de renda aqueles destinados a efetuar uma transferência monetária, independente de prévia contribuição, a famílias pobres, assim consideradas a partir de um determinado corte de renda per capita familiar, predominantemente no caso dos programas federais, de meio salário mínimo” (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2007, p.131).

2004, com execução e gestão descentralizada, destinado à famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 120,00 (cento de vinte reais). Constitui em uma das principais ações do Programa Fome Zero<sup>23</sup>, contribuindo diretamente para a garantia do direito humano à alimentação digna e adequada.

O PBF unificou programas de renda já existentes conforme quadro apresentado a seguir.

PROGRAMA	LEGISLAÇÃO	ELEGIBILIDADE	BENEFÍCIOS FINANCEIROS
Bolsa Escola	Lei n. 10.219, de 11/04/2001, e Decreto n. 4.313, de 24/07/2002	Renda familiar mensal de até R\$ 90,00 por pessoa, com crianças de 6 a 15 anos	R\$ 15,00 – benefício mensal por criança, até o limite de R\$ 45,00
Bolsa Alimentação	MP n. 2.206-1, de 6/09/2001, e Decreto n. 3.934, de 20/09/2001	Gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos e 11 meses em risco nutricional	R\$ 15,00 - benefício mensal até o limite de R\$ 45,00
Auxílio-Gás	MP n. 18, de 28/12/2001, e Decreto n. 4.102, de 24/01/2002	Renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa	R\$ 7,50 - benefício mensal pago bimestralmente (R\$ 15,00 a cada dois meses)
Cartão Alimentação	Lei n. 10.689, de 13/06/2003, e Decreto 4.675, de 16/04/2003	Renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa	R\$ 50,00 - benefício mensal pago à família

#### **Quadro 2 - Benefícios financeiros dos programas remanescentes**

Fonte: MDS/SENARC (2008)

O principal objetivo deste programa está relacionado com o combate a fome e a pobreza. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o PBF apresenta três aspectos principais:

- 1) a unificação dos programas anteriores, associada ao foco na família e à adoção de critérios claros e públicos de elegibilidade para o programa;
- 2) o acompanhamento do cumprimento, por parte dos beneficiários, das atividades estabelecidas como condicionalidades nas áreas de saúde e educação, as quais estão inseridas no universo dos direitos sociais, criando-se com isso um círculo virtuoso entre as várias políticas sociais; e
- 3) o objetivo de se formarem parcerias entre as distintas esferas de governo, não só para o desenvolvimento e implantação do PBF, mas sobretudo para a busca e criação de novas oportunidades para que as famílias beneficiárias possam encontrar novos meios para se

<sup>23</sup> O programa FOME ZERO é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. (Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e->>. Acesso em: 05 nov.2008.

sustentarem, com garantia de acesso à renda de forma regular (GOHN, 2004, p.3).

A partir de 2004 com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF passou a ser responsabilidade deste órgão, exercida operacionalmente através da SENARC. A concessão do benefício é realizada a partir das informações geradas pelo Cadastro Único, que reúne dados das famílias com renda mensal de até meio salário mínimo. É importante destacar, que o fato da família estar cadastrada no Cadastro Único, não garante o direito de receber o benefício do Programa Bolsa Família. Esta seleção é realizada a partir do critério de renda *per capita* de cada família, de acordo com a estimativa do número de famílias pobres de cada município e a disponibilidade no orçamento do Governo Federal para este programa. De acordo com dados do *site* <<http://www.mds.gov.br>> do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Programa Bolsa Família está presente em 5.564 municípios brasileiros e no Distrito Federal

O quadro a seguir apresenta a cobertura e os recursos aplicados no PBF em 2008.

REGIÃO	UF	FAMÍLIAS (ACUMULADO)	TOTAL R\$ (ACUMULADO)
CENTRO-OESTE	Total	545.818	499.425.839,00
	DF	76.414	65.316.680,00
	GO	245.268	222.049.352,00
	MS	102.433	97.638.440,00
	MT	121.703	114.421.367,00
NORDESTE	Total	5.445.428	5.652.655.130,00
	AL	347.585	351.696.815,00
	BA	1.372.763	1.423.078.114,00
	CE	870.153	891.827.792,00
	MA	729.610	802.131.232,00
	PB	410.707	420.649.317,00
	PE	881.591	904.677.146,00
	PI	360.622	378.091.695,00
	RN	292.522	288.424.121,00
	SE	179.875	192.078.898,00

## Continuação do Quadro 3

NORTE	Total	1.075.885	1.174.861.368,00
	AC	55.037	60.563.878,00
	AM	222.542	242.908.837,00
	AP	39.191	43.733.436,00
	PA	528.997	591.852.085,00
	RO	92.914	95.337.594,00
	RR	33.622	37.135.525,00
	TO	103.582	103.330.013,00
SUDESTE	Total	2.637.339	2.479.616.022,00
	ES	171.419	161.518.145,00
	MG	992.739	937.274.637,00
	RJ	498.378	469.944.175,00
	SP	974.803	910.879.065,00
SUL	Total	853.526	799.941.834,00
	PR	367.247	332.727.194,00
	RS	367.631	357.820.394,00
	SC	118.648	109.394.246,00
<b>Total Geral</b>		<b>10.557.996</b>	<b>10.606.500.193,00</b>

**Quadro 3 - Dados PBF (2008)**

Fonte: MDS – Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-ampliaacoes-para-11-milhoes-de-familias-em-2008>>. Acesso em: 07 jan. 2009.

O Decreto n. 5.749, de 12 de abril de 2006<sup>24</sup> e a lei do PBF definem os critérios a partir de valores estabelecidos, para concessão do benefício. Atualmente, de acordo com estes critérios adotados pelo Programa Bolsa Família as famílias com renda familiar *per capita* de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais) são consideradas pobres e com renda mensal *per capita* de até R\$ 60,00 (sessenta reais) extremamente pobres.

O valor do benefício concedido às famílias varia entre R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais), de acordo com a renda familiar e o número de crianças e adolescentes na família. O PBF define três tipos de benefícios: benefício básico, benefício variável e benefício variável vinculado ao adolescente, conforme quadros a seguir:

<sup>24</sup> BRASIL. **Decreto n. 5.749**, de 12 de abril de 2006. Altera o caput do art. 18 do Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004, dispondo sobre atualizações de valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família, previstos no art. 2º, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004. - publicado no DOU de 12.4.2006 - [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5749.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5749.htm)

N. de crianças e adolescentes de até 15 anos	N. de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 62,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 82,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 102,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 122,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 92,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 112,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 132,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 152,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 122,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 142,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 162,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 182,00

**Quadro 4 - Famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa**

Fonte: MDS. Disponível em:

<[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/beneficios-e-contrapartidas](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas)>. Acesso em: dez. 2008.

Número de crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 20,00
2	0	2 variáveis	R\$ 40,00
3	0	3 variáveis	R\$ 60,00
0	1	1 BVJ	R\$ 30,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 50,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 70,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 90,00
0	2	2 BVJ	R\$ 60,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 80,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 100,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 120,00

**Quadro 5 - Famílias com renda mensal de até R\$ 60,01 a R\$ 120,00 por pessoa**

Fonte: (Ibid.)

As mulheres são consideradas responsáveis legais pelo recebimento do benefício do PBF.

Conforme destaca Sant'ana (2007, p.18):

Essa decisão inscreve-se numa busca de igualdade entre homens e mulheres, visando reduzir a dependência econômica das mulheres, assim

como aumentar a possibilidade de que as crianças recebam o benefício e tenham uma certa estabilidade.

Ao receber o benefício do PBF, em contrapartida as famílias assumem compromissos na área da saúde, educação e assistência social (condicionalidades), com objetivo de promover a melhoria na qualidade de vida e promover a inclusão social, tornando estas famílias acessíveis aos seus direitos básicos, conforme especificado:

- **Educação:** frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.
- **Saúde:** acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.
- **Assistência Social:** frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil ROSI É CÓPIA <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-condicionalidades>. Acesso em: dez. 2008. [grifos no roiginal].

O acompanhamento destas condicionalidades é responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, em conjunto com os Ministérios da Saúde e da Educação.

O PBF tem sua gestão descentralizada entre os três entes federativos: estados, municípios e Distrito Federal, responsáveis pela implementação das atividades necessárias para sua execução.

Um dos instrumentos operacionais utilizados pelo programa Bolsa Família é o Termo de Adesão, firmado entre o Governo Federal e municípios e o Governo Federal e Estados. Através deste termo, o município ou o Estado assumem responsabilidades estabelecidas nos instrumentos normativos do PBF e do Cadastro Único.

A pactuação federativa é o termo de cooperação, que estabelece os mecanismos e integração entre os programas de transferência de renda dos municípios que têm programas próprios de transferência de renda, tendo como objetivo principal evitar as sobreposições de benefícios.

Cabe ressaltar também que o PBF tem como foco principal de atenção a família. Silva, Yazbek e Giovanni (2007, p.137) destacam que “O Bolsa Família é considerado uma inovação no âmbito dos programas de Transferência de Renda por se propor a proteger o grupo familiar como um todo [...]”.

Ainda de acordo com Carvalho (1998, p.35),

[...] precisamos compreender a família em um determinado contexto social que pode ser facilitador ou esfacelador de suas potencialidades protetivas. Contudo, valorizar a família como um dos espaços privilegiados de proteção de seus membros não implica em desresponsabilizar o Estado de sua função de garantir e assegurar as atenções básicas de proteção, desenvolvimento e inclusão social de todos os cidadãos e, particularmente, daqueles mais vulneráveis na sociedade contemporânea.

Neste sentido ao privilegiar a família, o PBF, além da transferência monetária de renda, busca promover a emancipação das famílias pela articulação com outros programas e políticas sociais.

Sant'ana (2007, p.19) destaca que

A associação entre a distribuição de uma renda mínima e a educação das crianças e adolescentes visa romper com a lógica da assistência paternalista. As crianças que não vão às escolas pela necessidade de ajudar as famílias trabalhando tornam-se adultos não qualificados para o mercado de trabalho e reproduzem o ciclo vicioso da pobreza pela 'transmissão hereditária da pobreza'

A educação tornou-se um fator estratégico para um desenvolvimento eqüitativo, no atual contexto de globalização, marcado pela mudança de base tecnológica e do processo produtivo. Tornou-se hegemônico o discurso de que a educação é um dos principais fatores que determinam o nível de empregabilidade dos indivíduos, favorecendo a inserção do trabalhador no mercado de trabalho.

Kliksberg (2001, p.49-50) afirma que:

No nível pessoal e familiar, a educação é vista como os maiores canais de mobilidade social. Observa-se estatisticamente que há relações significativas, não mecânicas, visto que intervém a situação da demanda de trabalho entre níveis de educação e as remunerações que as pessoas possam alcançar.

A educação assume um papel importante para diminuir o grau de desigualdade social, viabilizando o crescimento econômico e social de um país.

Desta forma, destaca-se a necessidade do Estado não apenas garantir a expansão do sistema educativo, mas promover a melhoria da qualidade do ensino ofertado, para que os indivíduos acompanhem as mudanças em curso no mercado.

Em seu livro "Desenvolvimento como Liberdade" o economista indiano Amartya Sen (2000, p. 18) ressalta ainda que o:

[...] desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.



Considerando estes fatores, o PBF vem articulando ações que superem expectativas apenas paliativas no combate a pobreza. Um exemplo refere-se a notícia publicada em 17 de outubro de 2008 anunciando a parceria entre o Ministério do Trabalho (Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNNPO)) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que prevê projeto às famílias do PBF para a obtenção de microcrédito.

O objetivo principal deste Programa é oportunizar a emancipação das famílias atendidas pelo PBF pelo incentivo a pequenos empreendimentos<sup>25</sup>.

Desta forma, para promover o desenvolvimento, entendemos a importância não apenas de bens materiais, mas da educação e oportunidades que possibilitem às famílias a emancipação social. Os programas de transferência de renda, embora não sejam a única solução para os problemas sociais no país, integram uma proposta séria voltada para promoção de uma sociedade mais igualitária e justa.

## 2.6 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

### 2.6.1 Contexto e Metodologia da Pesquisa

O município de Canoinhas está situado ao norte do estado de Santa Catarina, na divisa com o estado do Paraná e integra a microrregião do Contestado.

A população do município é de aproximadamente 52.677 habitantes, de acordo com estimativa do IBGE 2007<sup>26</sup>. A principal economia do município é baseado na extração de recursos naturais, como madeira, erva-mate.

Conforme dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Renda – Secretaria Nacional de Renda e Cidadania<sup>27</sup> em 30 de outubro

---

<sup>25</sup> MTE. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/beneficiarios-do-bolsa-familia-contam-com-projeto-de-microcredito>>. acesso em: 20 out.2008.

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 05 maio 2008.

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.mds.gov.br;adesao;mib;matrizview.asp>>. Acesso em: 30 out. 2007.

de 2007 estavam cadastradas no CadÚnico<sup>28</sup> em Canoinhas um total de 3.525 famílias e atendidas pelo Bolsa Família aproximadamente 1.886 famílias.

A pesquisa aqui desenvolvida partiu das considerações expostas anteriormente e tendo suporte o referencial bibliográfico que tomou como princípio as idéias de Köche (1997, p.122) sobre a pesquisa bibliográfica quando afirma que esta tem como objetivo: “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas já existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de problema”.

Para atingir os objetivos propostos trabalhou-se com o método quali-quantitativo a fim de se explorar o universo de 1.886 cadastros de pessoas beneficiadas com o PBF. Para tanto, tinha-se de início como proposta aplicar um questionário de acordo com o método Survey e analisado segundo a Escala *Likert*. No entanto, por abranger uma série de questionamentos que tendiam a particularidades de bairros e comunidades e da própria escolaridade dos pesquisados, entendeu-se na aplicação do teste piloto, a impossibilidade do uso das cinco questões: não concordo fortemente, não concordo, indeciso, concordo, concordo fortemente.

Distribuiu-se 400 pesquisas, porém, somente 236 cadastrados responderam ao instrumento de coleta (Anexo 1) criado pela pesquisadora, conforme será tratado mais adiante nesta pesquisa.

Assim, elaborou-se um questionário a ser aplicado aos usuários do Programa Bolsa Família, de modo a contemplar os vários aspectos delimitados como indicadores, de forma a identificar aspectos socioeconômicos relacionados à educação, trabalho infantil, saúde, inserção do beneficiário e família no campo profissional, articulação entre o programa bolsa família e contrapartidas em termos de participação das famílias em programas e projetos sociais, qualidade da alimentação, avaliação do Programa Bolsa Família sob a ótica do usuário. A partir destes indicadores, dividiu-se o questionário em seções, com a aplicação de questões objetivas, acessíveis e de fácil compreensão aos usuários.

De acordo com Chizzotti (2001, p.55,) o instrumento de coleta, questionário:

---

<sup>28</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto n. 6.135, de 36 de junho de 2007, é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br.bolsafamilia;cadastro\\_unico](http://www.mds.gov.br.bolsafamilia;cadastro_unico)>. Acesso em: 15 fev. 2008).

[...] consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e seqüencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar.

Segundo recomendações de Young e Lundberg, citadas por Silva e Menezes (2001), na elaboração de um questionário, a linguagem necessita ser clara e compreensível ao informante desde o seu início; cada pergunta deve focalizar apenas uma questão; não utilizar perguntas, que preliminarmente, já se sabe que não serão respondidas com honestidade; deve ser elaborados em blocos temáticos.

Com relação a amostragem fizeram parte desse estudo 236 famílias cadastradas no Programa em 2008, tendo como foco da entrevista o membro beneficiário do PBF em Canoinhas (SC). Nesse caso em específico buscou-se sempre a titular do cartão do Programa, porém, ressalta-se que em alguns momentos, por ausência justificada, o questionário foi respondido por outro membro da família, mas também responsável pelas informações. Tinha-se como proposta inicial, entrevistar somente o membro legal do cartão, de acordo com a lógica da nucleação familiar. No entanto, houve casos de pessoas que trabalhavam em outros locais no momento da aplicação do referido instrumento. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, buscou-se uma amostra probabilística, entendendo-se que todos os elementos, foco da pesquisa, têm as mesmas chances de serem escolhidos.

Ao se tratar da aplicação do questionário buscou-se a Prefeitura Municipal de Canoinhas e a Secretaria Municipal de Educação quando juntamente com representantes legais daquele órgão, selecionaram-se sete escolas da rede municipal de ensino, dispostas da seguinte maneira: quatro escolas da zona urbana e três localizadas em área rural.

Os dados foram analisados a partir da seguinte operacionalização: a) ordenação dos dados: os estatísticos através de tabelas e/ou gráficos; b) classificação dos dados: a partir da fundamentação teórica; c) análise final: estabelecem as articulações entre os dados coletados e o referencial teórico estudado a fim de responder às questões da pesquisa com base em seus objetivos.

Para desenvolvimento desta pesquisa buscou-se inicialmente dados acerca do programa e dos usuários do PBF junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família da Prefeitura do município de Canoinhas. Em contato estabelecido com a responsável do PBF no município obtivemos relatórios especificando nome e endereço dos beneficiários do programa no município. É

importante ressaltar que inicialmente tinha-se definido a aplicação da pesquisa em quatro bairros distintos do município e pesquisa de casa em casa.

No entanto, ao aplicar-se o questionário a pesquisadora se deparou com as dificuldades, a saber: mudança de endereço; falta de numeração ou alteração dos mesmos nas residências; ausência do titular na residência no momento da pesquisa ou ainda, o beneficiário relacionado na lista fornecida não estava mais recebendo o benefício. Estes fatores, aliados ao curto espaço de tempo para aplicação da pesquisa, fez com que a estratégia de aplicação e a própria metodologia tomassem outro direcionamento.

De modo que se buscaram contatos com a assistente social atuante na secretaria de educação do município, se decidiu pela aplicação da pesquisa em escolas do município. Ressalta-se a importante colaboração desta secretaria, que entendendo a relevância desta pesquisa disponibilizou inclusive toda a estrutura necessária para a sua aplicação.

Para confirmar-se a validade do questionário, aplicou-se inicialmente um teste piloto em uma escola do estado, envolvendo uma mostra de dez usuários do PBF. Neste momento, foram corrigidos itens que se identificou de difícil compreensão para aqueles que estavam respondendo, pois demonstraram dificuldades de entendimento e leitura.

Após a aplicação do teste piloto, a pesquisadora juntamente com a assistente social da Secretaria Municipal de Educação realizou visitas às escolas selecionadas para agendar com as diretoras e orientadoras pedagógicas, as reuniões com os usuários do programa bolsa família.

Foram selecionadas as seguintes escolas:

- Escola Básica Municipal Alberto Wardenski - Bairro Salto da Água Verde
- Escola Isolada Municipal Rio do Pinho - Localidade Rio do Pinho
- Grupo Escolar Municipal Severo de Andrade - Bairro Campo da Água Verde
- Grupo Escolar Frei Fabiano Gadzinski - Bairro Industrial I
- Escola Básica Dr. Aroldo Carneiro Carvalho - Bairro Tricolin
- Escola Municipal Urbana Ney Pacheco e Miranda Lima - Bairro Subestação da Celesc
- Grupo Escolar Reinaldo Krüger - Bairro Alto do Frigorífico

Deste modo as escolas, além de distribuídas em diferentes bairros do município, eram também as que apresentaram maior número de cadastrados no PBF.

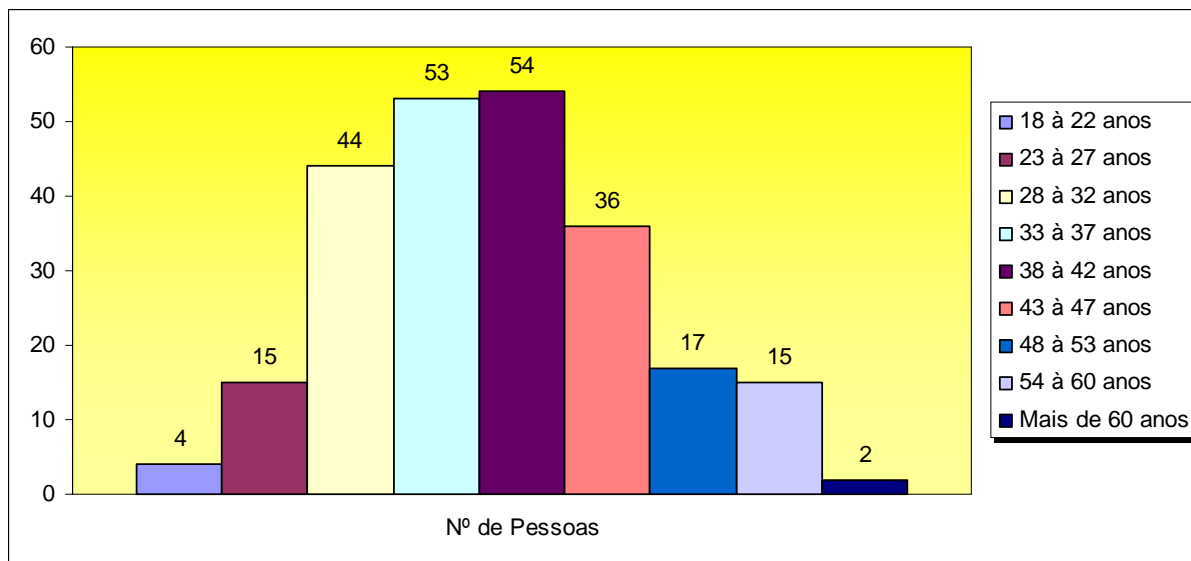
Ao total foram encaminhados aproximadamente 400 convites aos usuários do Programa. Destes, compareceram às reuniões um total de 236 usuários. A participação em alguns locais foi expressiva, no entanto, em algumas reuniões realizadas nos deparamos com um número reduzido de participantes.

Ao aplicar o questionário nas escolas, houve dificuldades, principalmente quanto a interpretação de questões. Conforme se apresenta a seguir, o grau de escolaridade dos usuários é relativamente baixo, o que dificultou a interpretação de algumas questões, bem como havia aqueles que não sabiam ler. Em cada reunião realizada (ao total de onze reuniões) contou-se com o apoio de instrutores que orientavam individualmente os usuários quanto ao preenchimento, ou no caso dos analfabetos, realizavam uma entrevista individual.

## 2.6.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM CANOINHAS (SC)

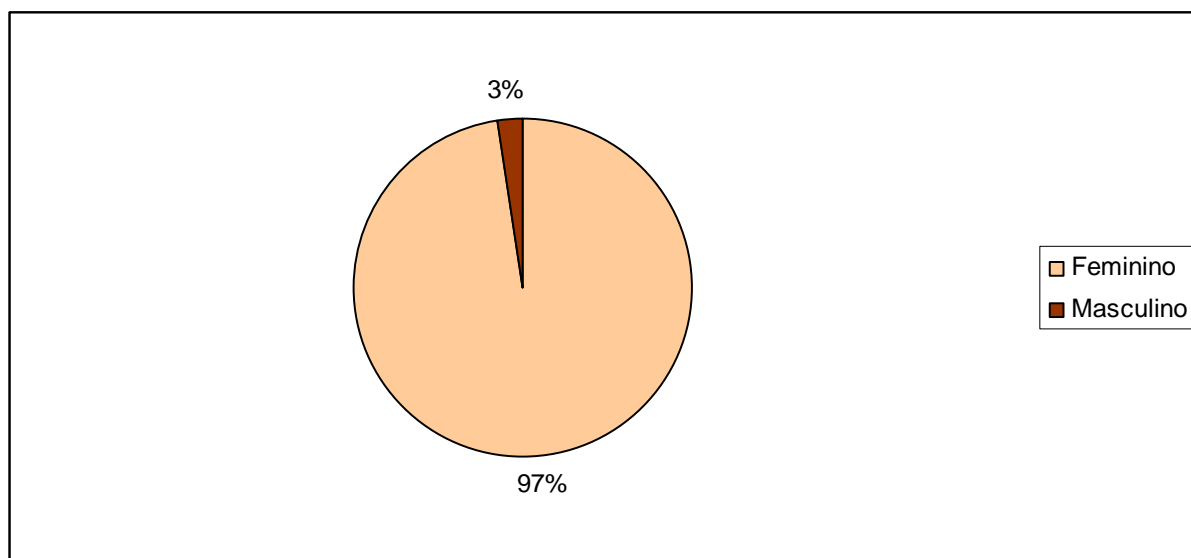
### 2.6.2.1 Perfil do titular do Cartão do PBF

Ao iniciar a pesquisa procurou-se primeiramente ter uma noção de quem eram os portadores do cartão do PBF, motivo pelo qual apresentar-se-á os gráficos a seguir fazendo já uma associação entre eles:



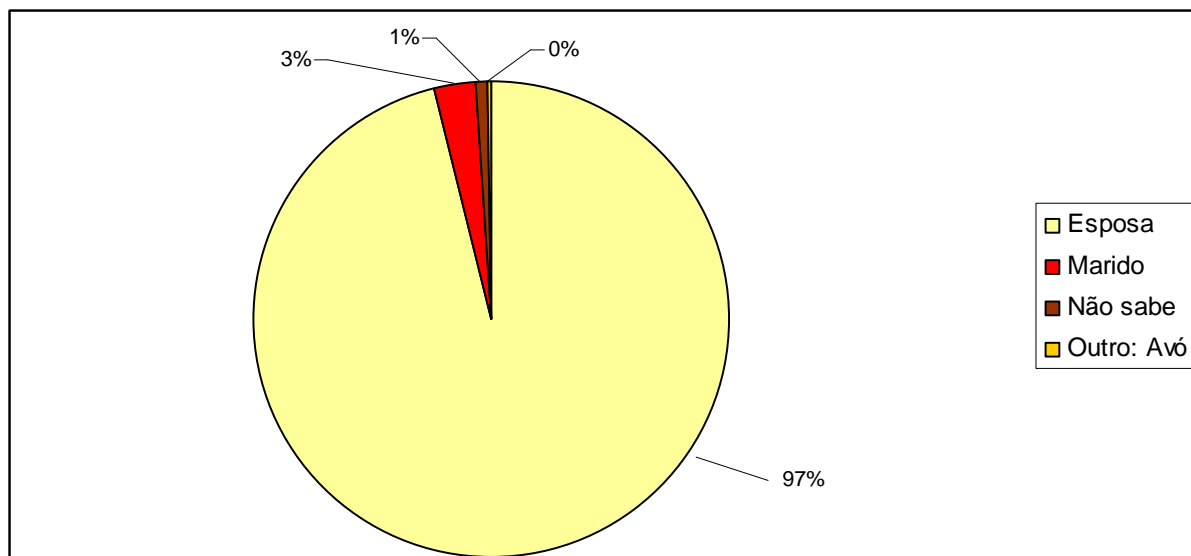
**Gráfico 1 - Faixa etária do titular do Cartão Bolsa Família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 2 - Sexo do titular do Cartão Bolsa Família**

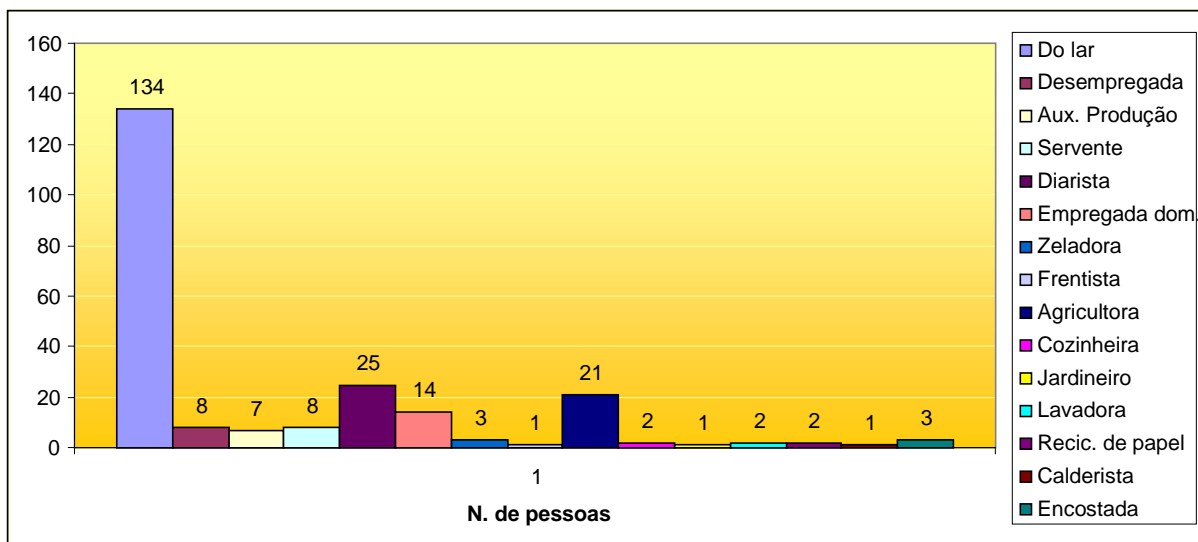
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 3 – Decisão sobre os gastos com o benefício**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Das pessoas entrevistadas, pode-se constatar que o maior percentual concentra-se na faixa etária entre 28 a 47 anos totalizando 187 pessoas da população entrevistada. Encontrou-se, porém, 2 pessoas com idade superior a 60 anos e 4 pessoas com idade entre 18 a 22 anos. Com relação ao sexo do titular 97% é do sexo feminino, o que representa 230 entrevistados, conforme apresentado no gráfico 2. Isto se dá pelo fato e de acordo com as normas que instituíram o PBF no qual a mulher foi escolhida para ser preferencialmente a responsável legal pelo recebimento do benefício. Ao mesmo tempo o gráfico 3 demonstra que além de ser responsável legal pelo recebimento é a mulher, em 96% das famílias entrevistadas, que decide como alocar o valor do benefício.



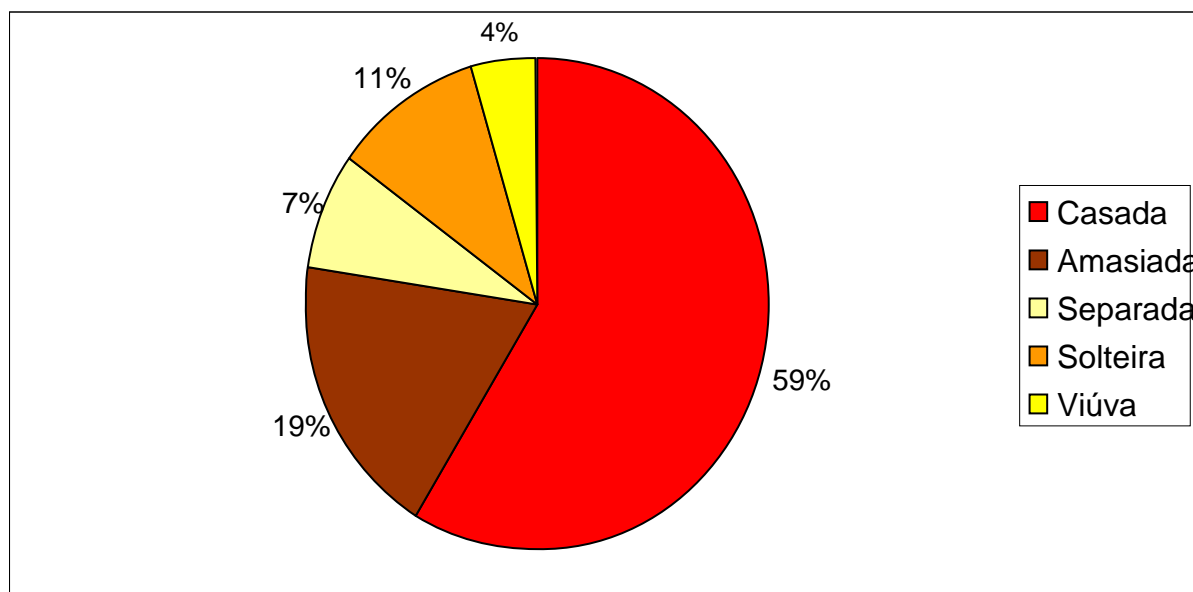
**Gráfico 4 - Ocupação do titular do Cartão Bolsa Família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Conforme aponta o gráfico, 58% não estão inseridas no mercado de trabalho assalariado, pois são encarregadas do trabalho doméstico (do lar). Por questões sociais e culturais as mulheres ainda são as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e as tarefas que envolvem alimentação e manutenção do lar, o que lhes impossibilita de ter acesso a algum outro tipo de renda.

Apenas 3,4% dos entrevistados revelaram estarem desempregados, os demais 37,5%, estão inseridas no mercado formal ou informal de trabalho, ocupando cargos de baixa remuneração. As diaristas e domésticas representam um importante índice, que somados totalizam 17% do total dos entrevistados inseridos no mercado de trabalho. Analisando os gráficos referentes à escolaridade e renda média das famílias, concordamos com Mendes (2004, p.3) ao afirmar “que as mulheres das camadas sociais mais pobres, além de possuírem um baixo nível educacional e qualificação profissional estão inseridas em grande parte no mercado informal, em péssimas condições de trabalho e salários”. Ao retomar o gráfico observa-se que dos entrevistados, 1,3%, recebem algum benefício por estarem afastados do mercado de trabalho seja por motivos de doença (encostado pelo INSS) ou aposentados.





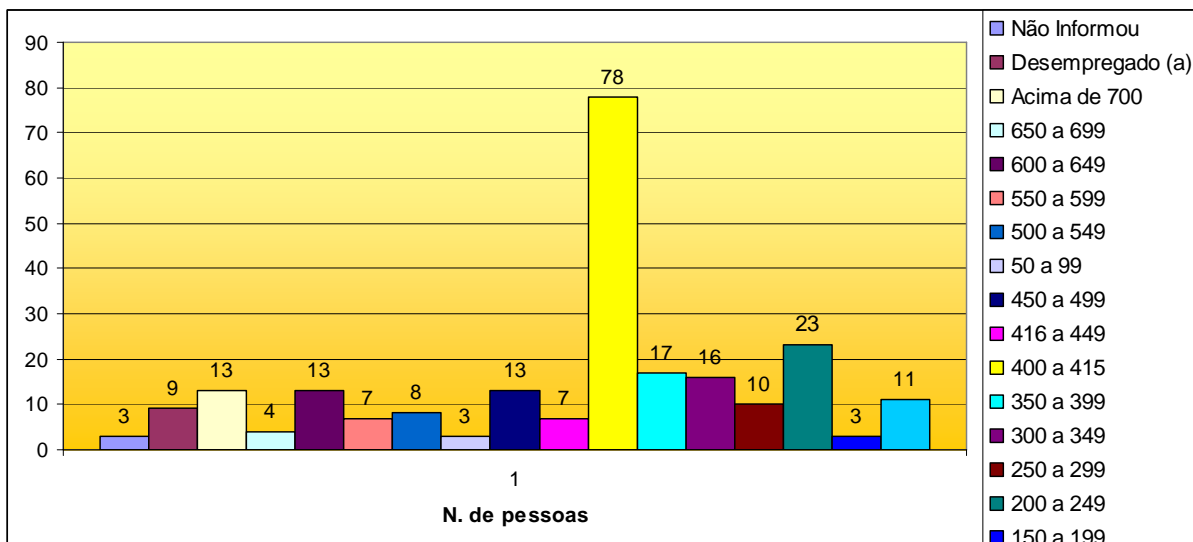
**Gráfico 5 - Estado civil do titular do cartão Bolsa Família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Com relação ao estado civil 59% são casadas. Logo, a soma de entrevistadas que se declararam amasiadas, separadas, solteiras ou viúvas totalizou 41% da amostra. Usou-se esta soma pelo fato de se entender a necessidade da figura paterna como um referencial. Observa-se, a partir destes dados, que o conceito de família patriarcal, constituída pela presença do pai, mãe e filhos vem sendo alterada, constituindo-se novos arranjos familiares.

#### 2.6.2.2 Informações sobre o benefício e perfil das famílias beneficiadas pelo PBF

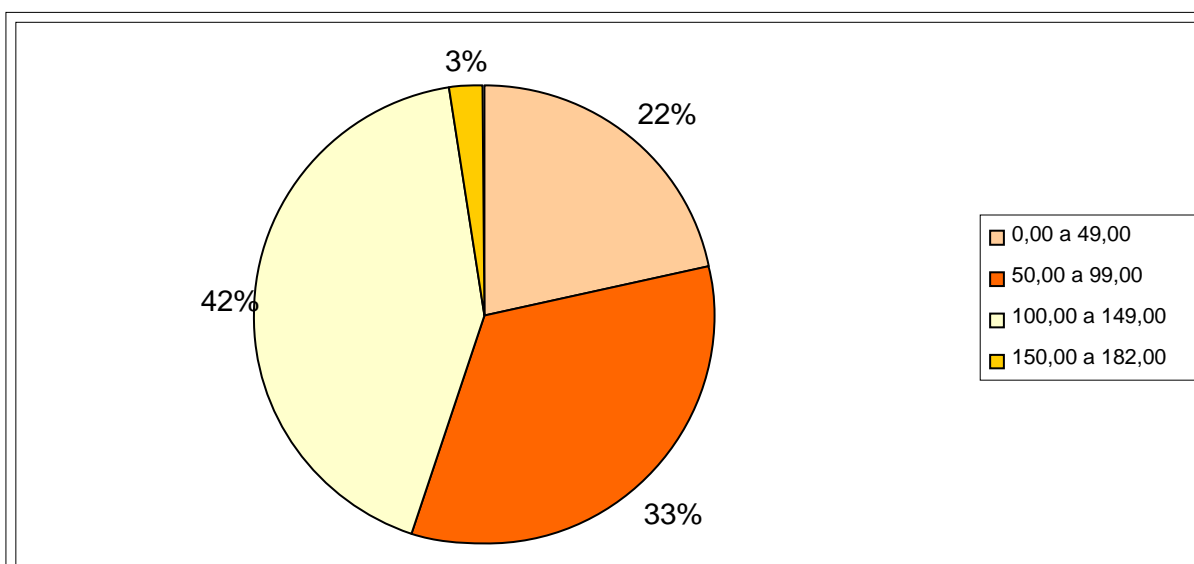
Neste item apresentam-se informações referentes ao benefício recebido, número de beneficiados e as principais características das famílias atendidas pelo PBF, ressaltando variáveis como: renda, número de pessoas residentes no domicílio, grau de instrução as quais permitiram a identificação do perfil socioeconômico das mesmas.



**Gráfico 6 - Renda familiar sem o benefício**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

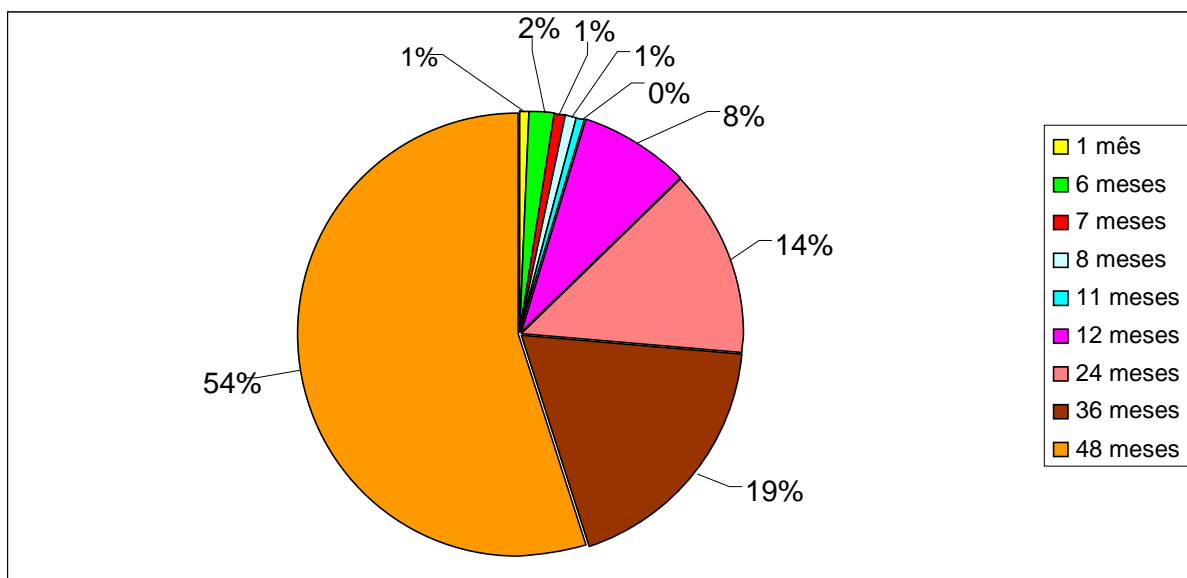
Observa-se neste gráfico que 161 famílias possuem renda familiar que varia entre R\$ 50,00 até um salário mínimo vigente, correspondendo ao percentual de 68%, 9 famílias não possuem renda por estarem desempregados e 61 famílias têm renda que variam entre R\$ 416,00 a R\$ 699,00 e, apenas 13 famílias, possuem renda superior a R\$ 700,00.



**Gráfico 7 - Valor do benefício recebido**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Entre as famílias entrevistadas 55% recebem benefícios com valor que varia até R\$ 99,00, 42% recebem de R\$ 100,00 a R\$ 149,00 reais e, apenas 3% recebem entre R\$ 150,00 a R\$ 182,00. Conforme demonstra o gráfico 6 somando-se o benefício recebido com a renda mensal, muitas famílias não atingem o valor referente ao salário mínimo.

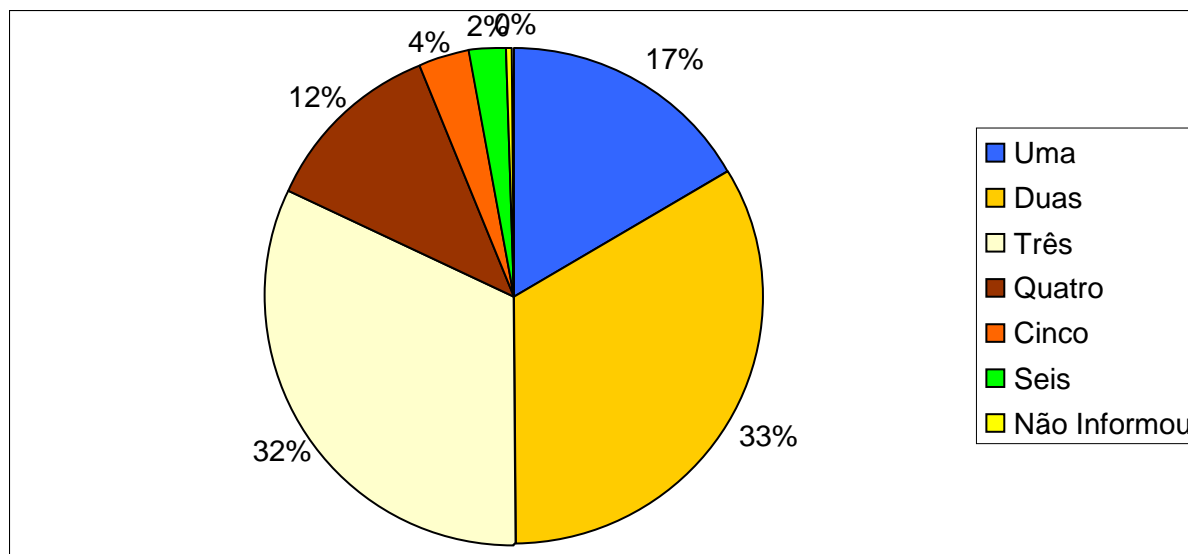


**Gráfico 8- Período recebimento benefício Programa Bolsa Família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Com relação ao período de recebimento do benefício, conforme apresentado no gráfico constatou-se que 130 famílias vêm recebendo o benefício por um período de quatro anos, ou seja, desde o início do programa, o que corresponde a 54% do total das famílias entrevistadas. No intervalo entre dois e três anos totalizam 75 famílias totalizando 33% da amostra.

Observa-se que um número significativo de famílias não consegue superar o estado de pobreza que estão inseridos, ou seja, o PBF por si só, não garante índices satisfatórios de mobilidade social às famílias.

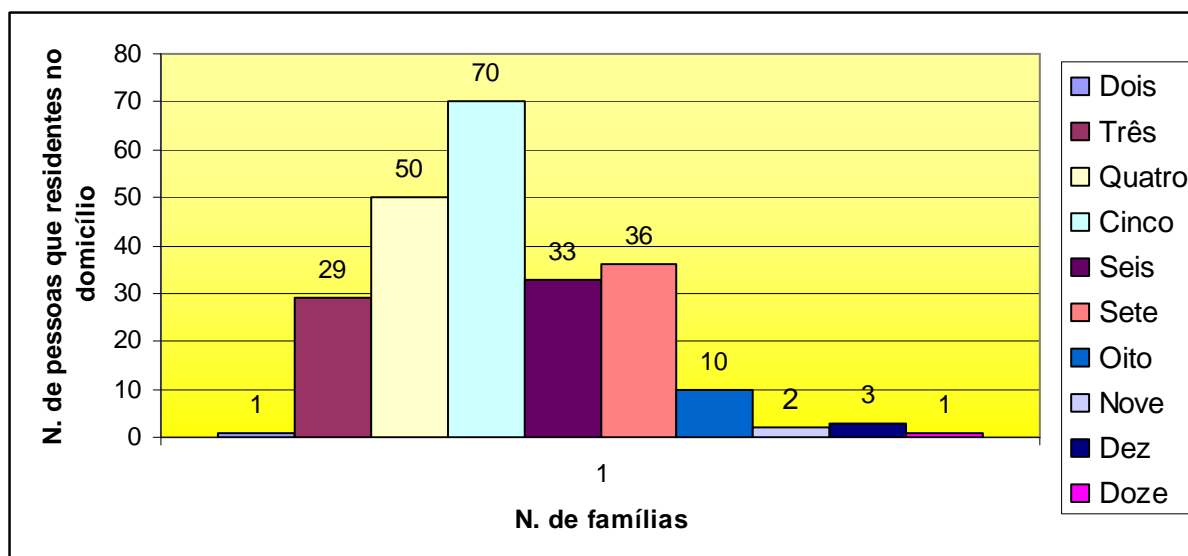


**Gráfico 9 - Número de crianças e adolescentes beneficiadas**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

O gráfico demonstra que 65% das famílias entrevistadas têm entre duas e três crianças que recebem o benefício, com quatro a seis crianças 18%, com apenas uma criança 17%. De acordo com as regulamentações que regem o programa, entende-se que o benefício só pode ser concedido a três crianças por família, no entanto, vê-se neste gráfico que há famílias que responderam haver até seis crianças incluídas no programa.

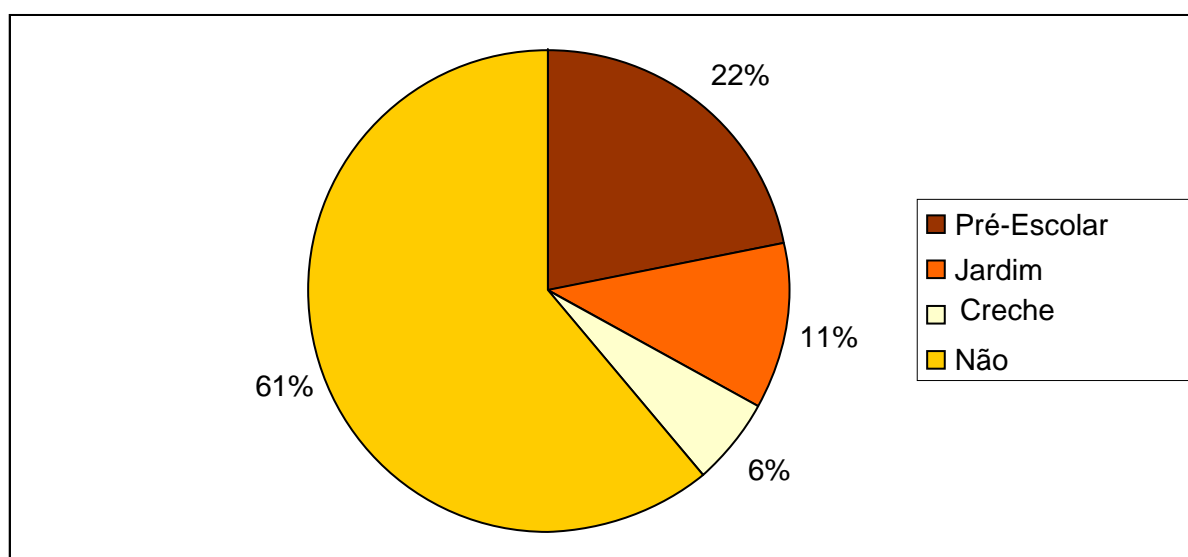
Justifica-se tal resposta quando ao se associar este gráfico ao gráfico 10, que existem famílias compostas por até 12 integrantes, compostas por filhos, netos e bisnetos, possuindo, portanto, mais de um benefício cadastrado no programa.



**Gráfico 10 - Número de pessoas residentes no domicílio**

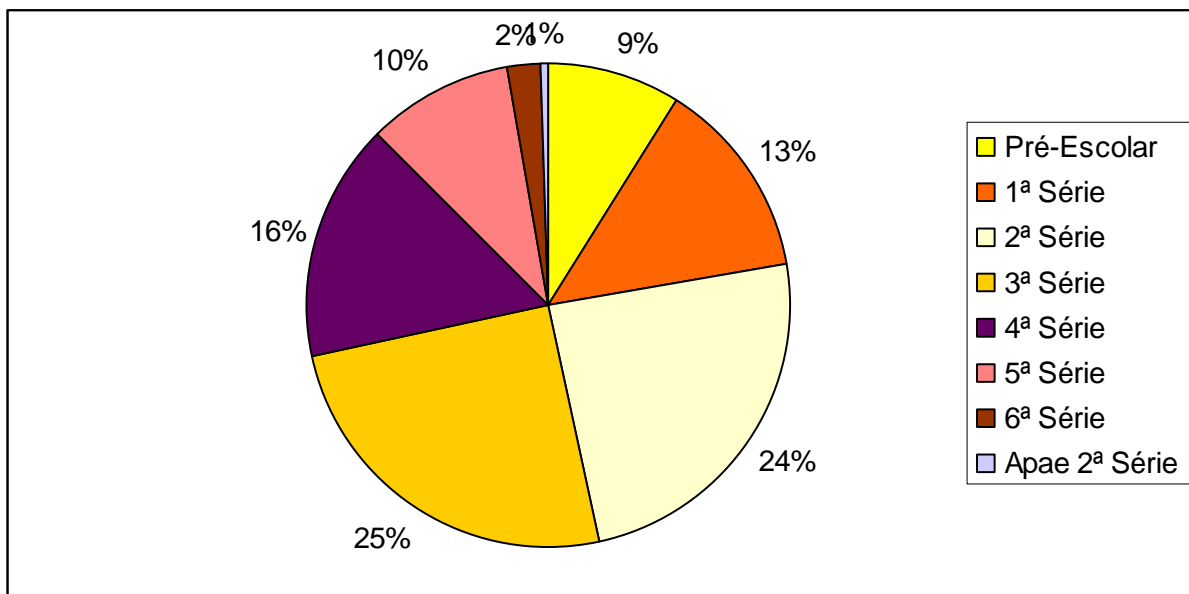
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

No que tange ao número de pessoas residentes na família, observa-se que o maior percentual concentra-se em famílias com 3 a 5 pessoas que representa 63,4% do total dos entrevistados, 32,4% possuem mais de cinco pessoas e com apenas duas pessoas representa apenas 0,4%.



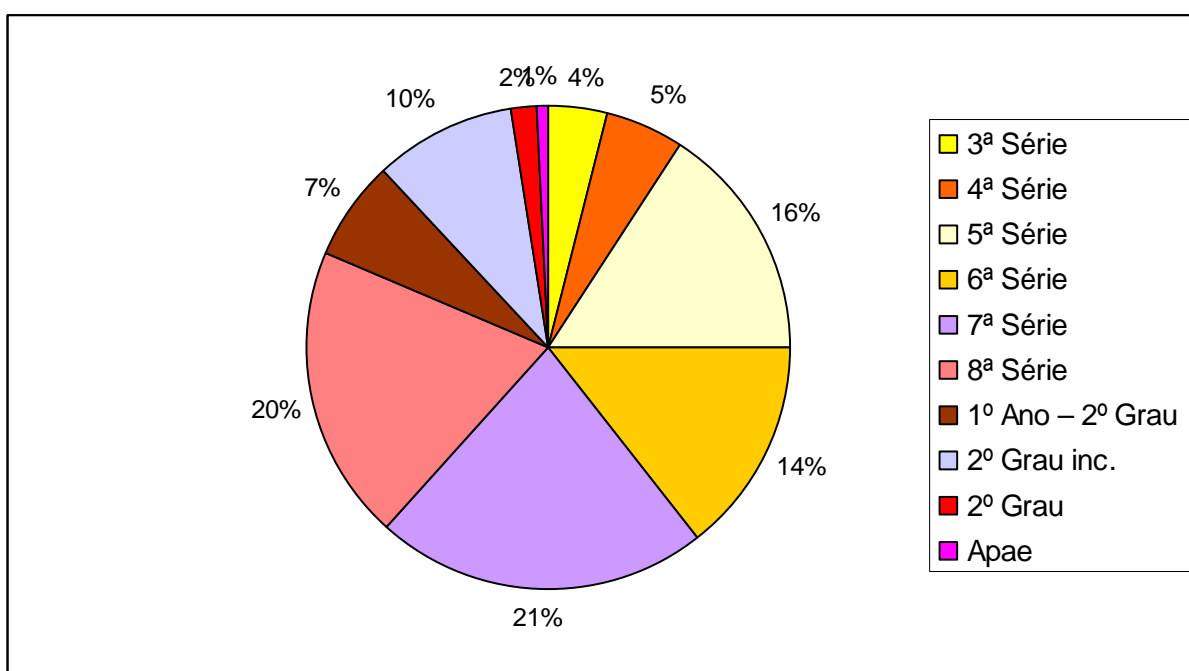
**Gráfico 11 - Grau de escolaridade: membro familiar de 1 a 5 anos**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



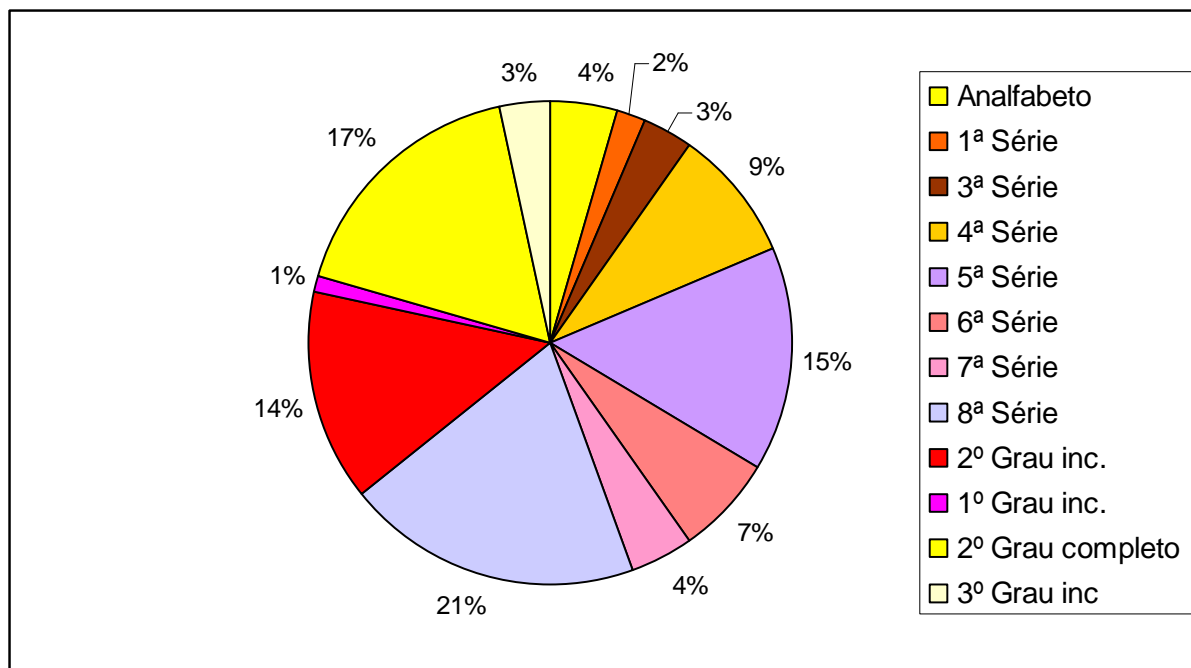
**Gráfico 12 - Grau de escolaridade: membro familiar de 6 a 11 anos**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



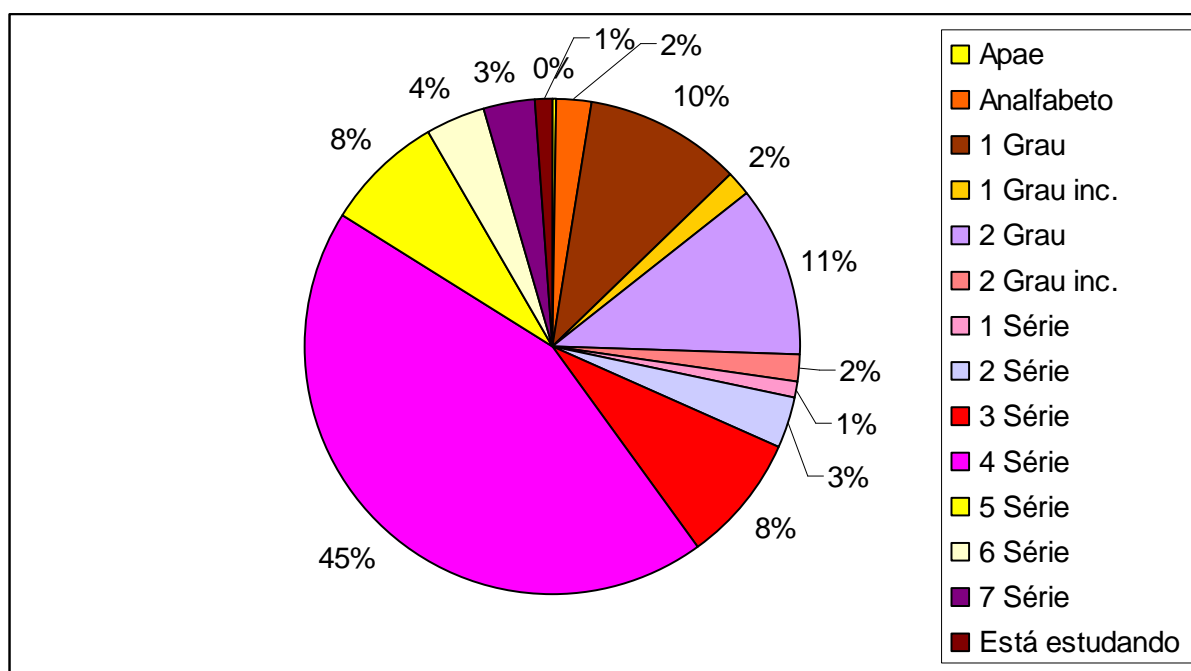
**Gráfico 13 - Grau de escolaridade: membro familiar de 12 a 17 anos**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



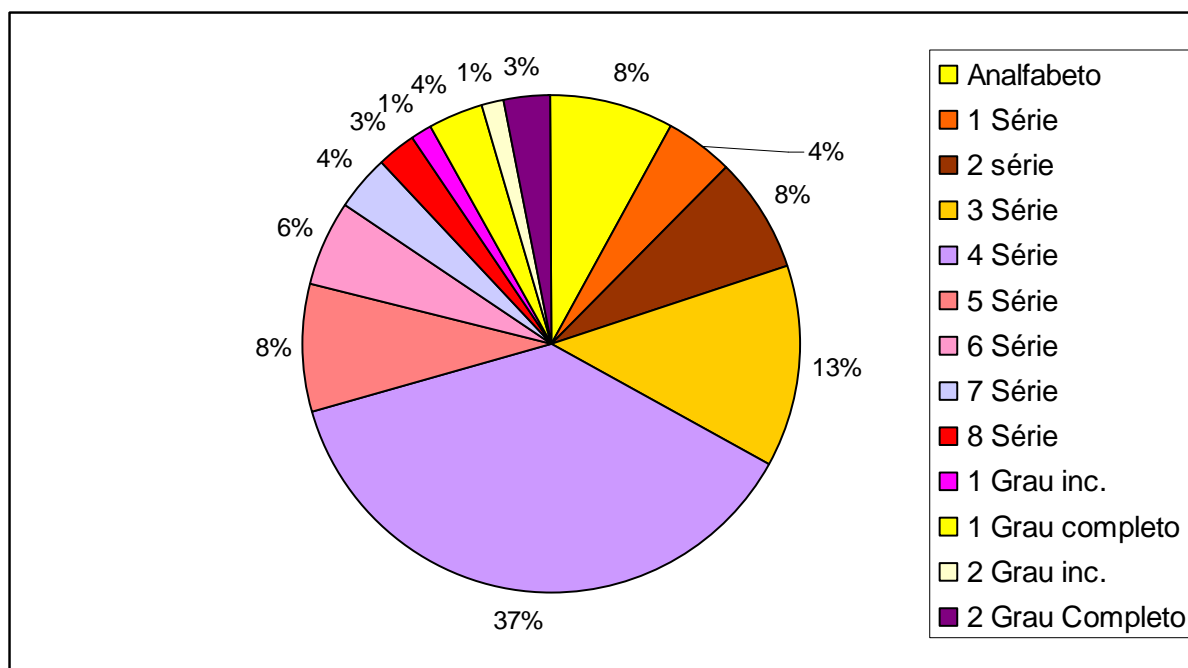
**Gráfico 14 - Grau de escolaridade: membro familiar de 18 a 25 anos**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 15 - Grau de escolaridade: membro familiar de 26 a 42 anos**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 16 - Grau de escolaridade: membro familiar de 43 anos ou mais**  
 Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Conforme apresentado no gráfico 11, 61% das crianças com idade entre 1 e 5 anos não freqüentam escola ou creche. Os gráficos 12 e 13 apresentam dados referentes à escolaridade das crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos. Observa-se, no gráfico 14 que na faixa etária entre 18 e 25 anos, apresenta-se 4% de analfabetos, 61% que estudaram até a oitava série e 17% que completaram o segundo grau. Da faixa etária entre 26 e 42 anos, conforme gráfico 15, identifica-se 2% de analfabetos, 72% que estudaram até a sétima série, 1% que estão estudando e 1% que completaram o segundo grau.

Destaca-se ainda no gráfico 16 a escolaridade dos membros das famílias com 43 anos ou mais, que 8% são analfabetos, 82% estudaram até a oitava série e 1% concluíram o segundo grau. Verifica-se que existe um percentual expressivo de adultos com baixa escolaridade, o que determina, em muitos casos, que há menores oportunidades no mercado de trabalho e simultaneamente menores ganhos em atividades informais.

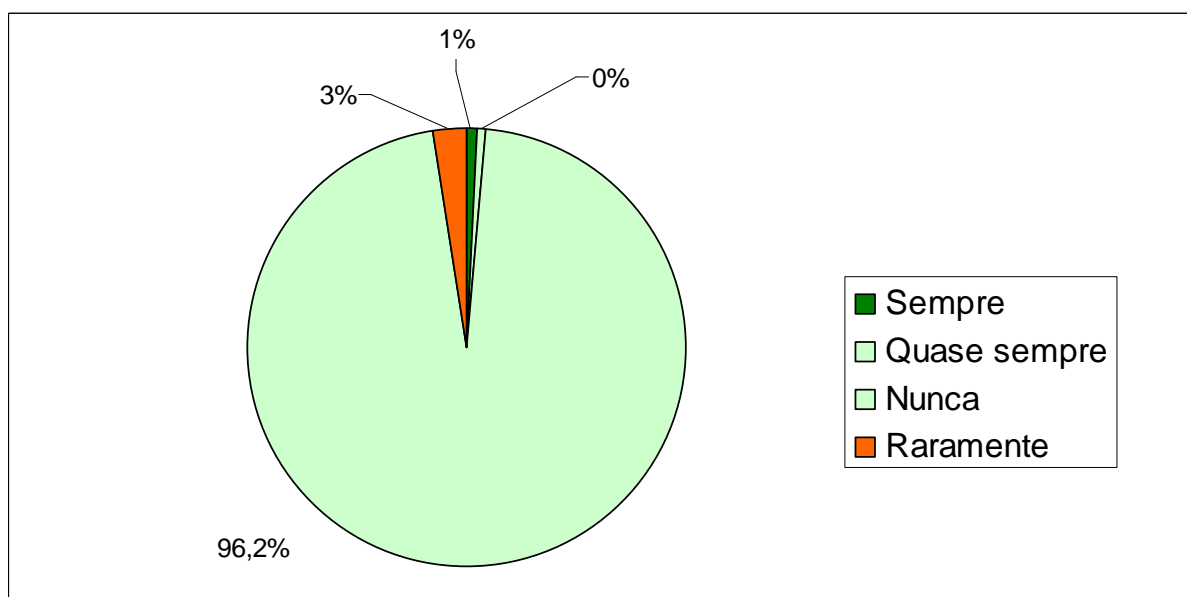
Ao analisar os dados apresentados nesta pesquisa, observa-se no gráfico 6 que 68,2% tem a renda familiar de até um salário mínimo, 82% que trabalham não tem carteira assinada conforme apontado no gráfico 70 e, ainda, 55% dos entrevistados recebem o benefício do Programa Bolsa Família por um período de



quatro anos, ou seja, não conseguem sair da condição de pobreza que estão inseridos.

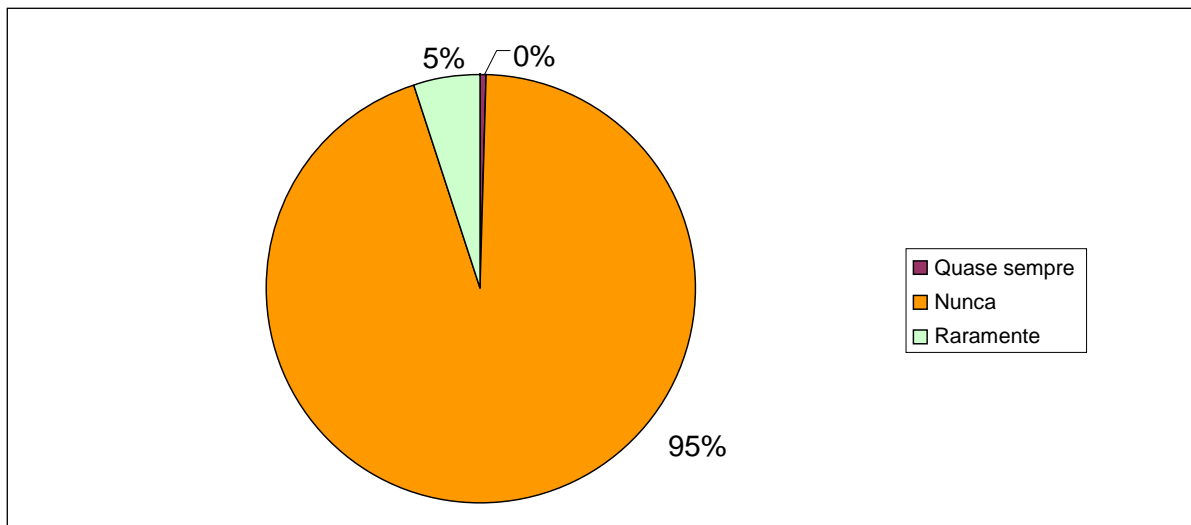
### 2.6.2.3 Gastos com benefício

Com relação aos gastos realizados com os recursos do benefício, foram agrupados diversos itens, de modo que a opção foi por uma única análise de gráficos separados. Este processo possibilita uma melhor visualização para aqueles que o lêem.



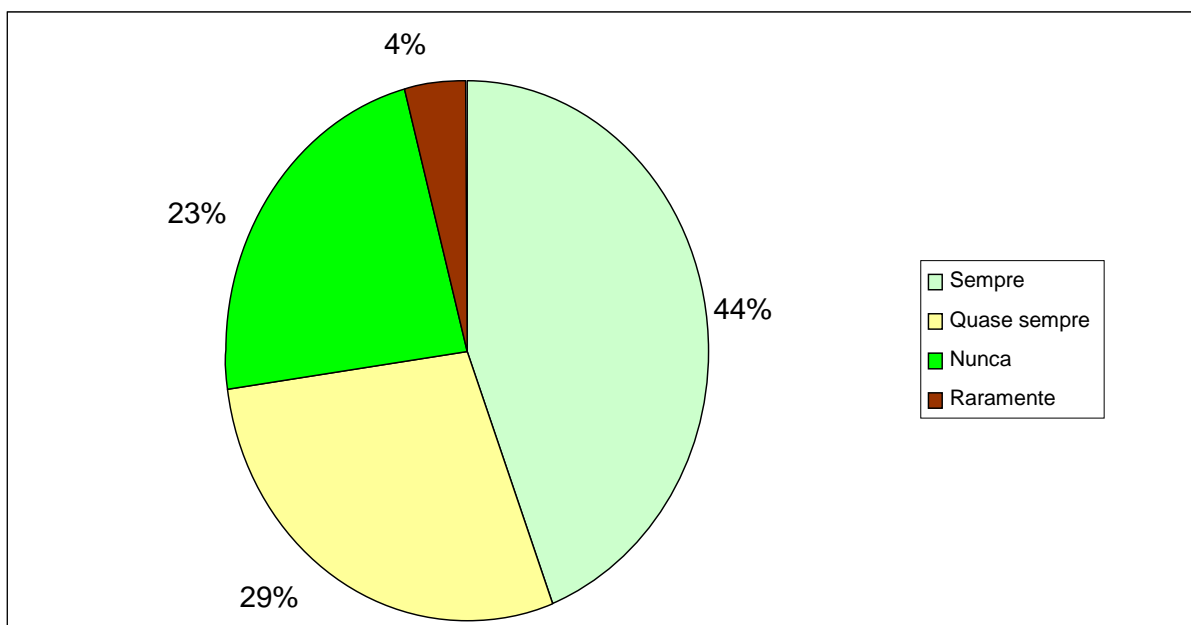
**Gráfico 17 - Construção ou reparos da habitação**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



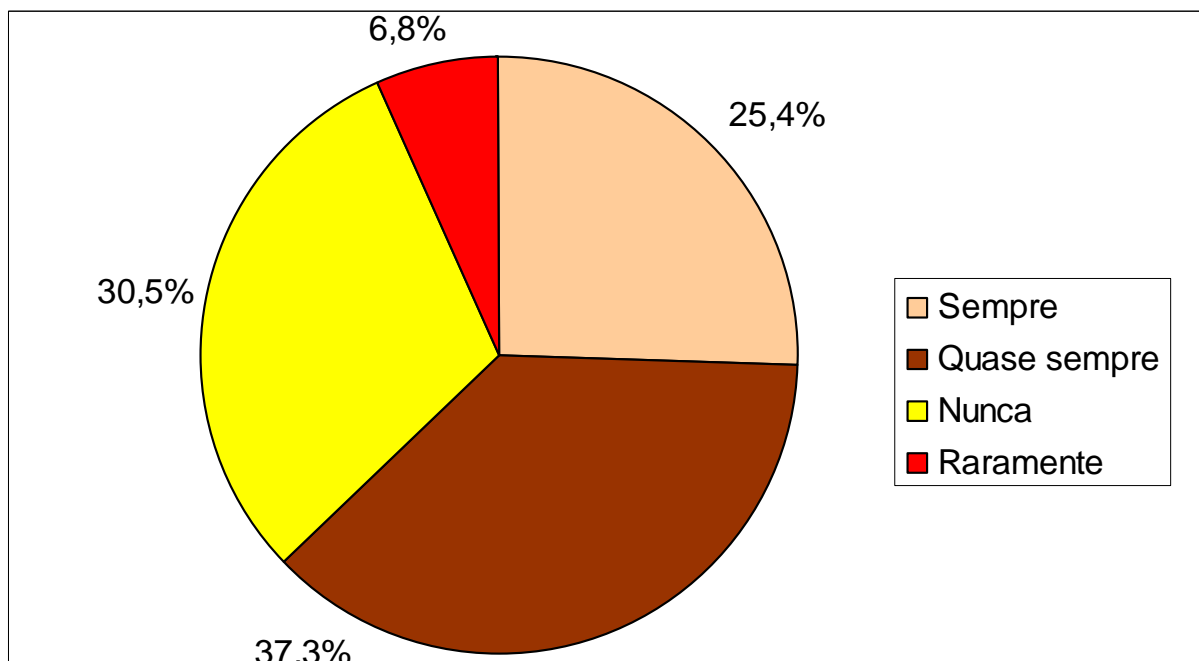
**Gráfico 18 - Aquisição de bens (eletrodomésticos, móveis, televisão)**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



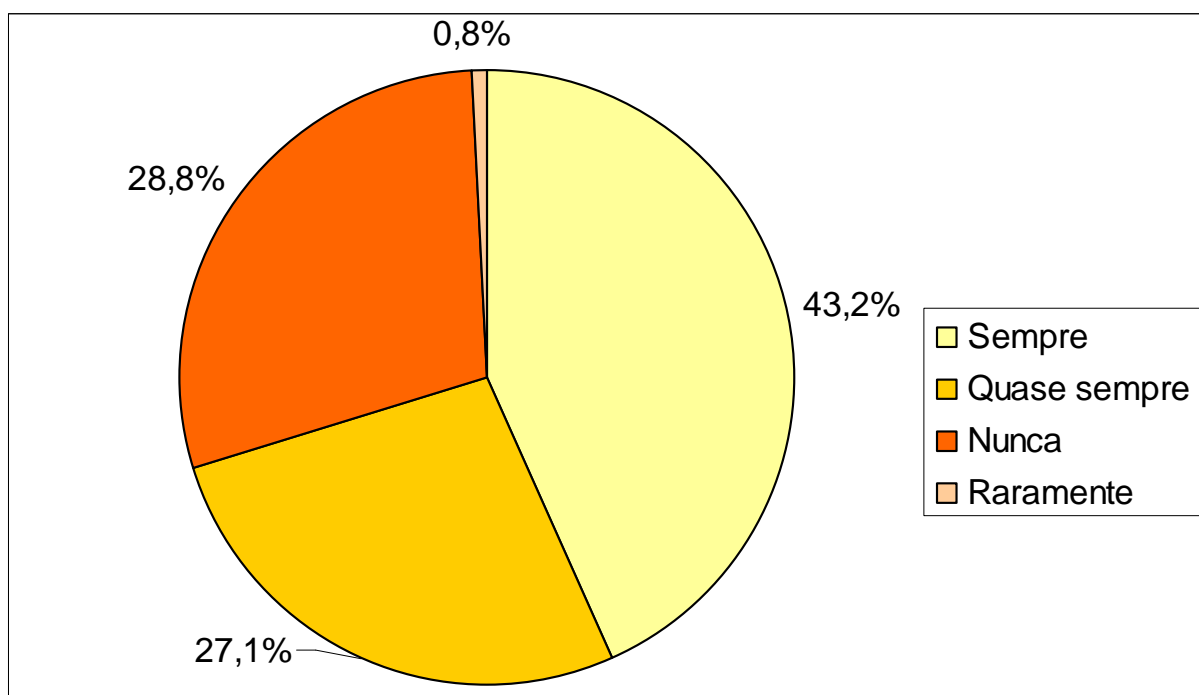
**Gráfico 19 - Vestuário**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



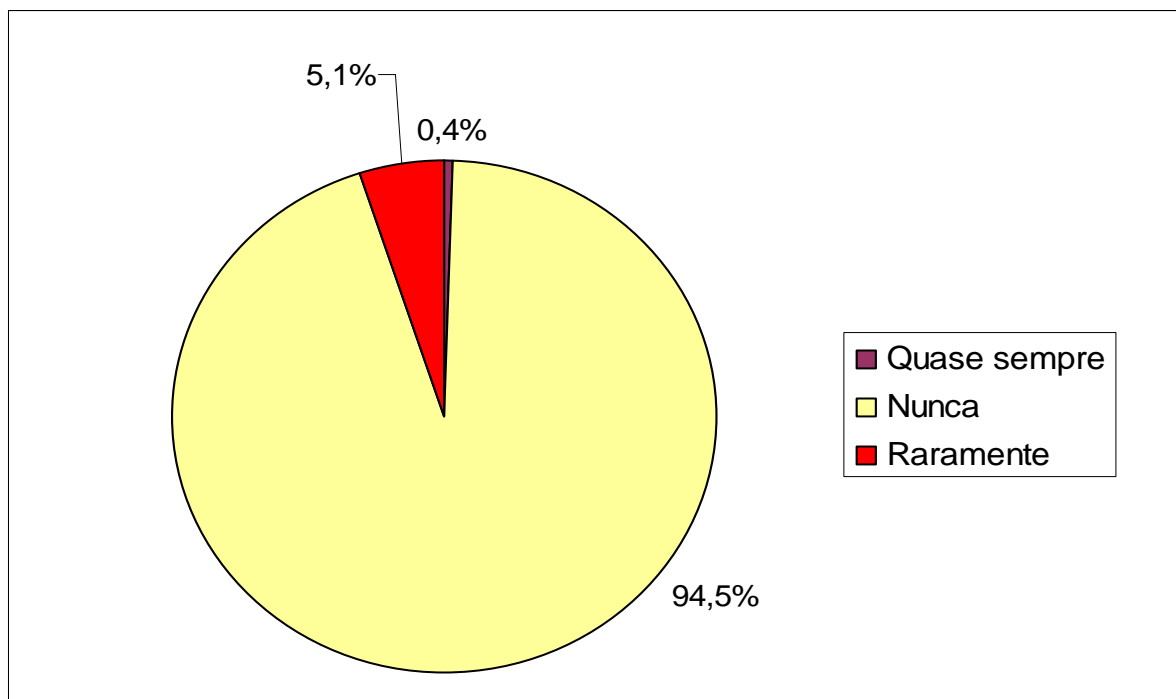
**Gráfico 20 - Saúde**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



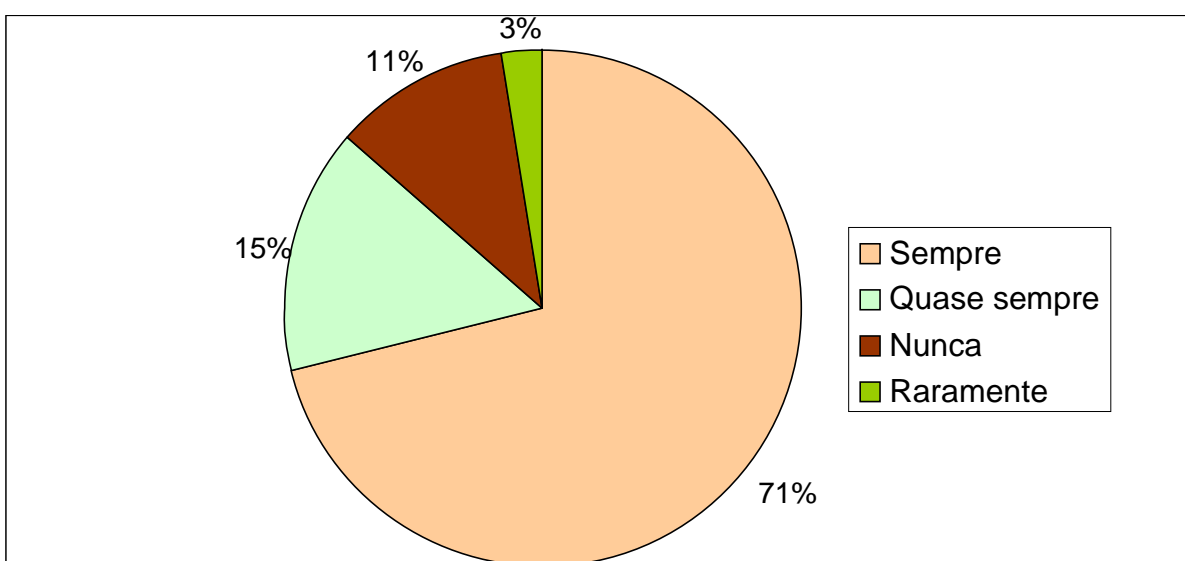
**Gráfico 21 - Educação**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



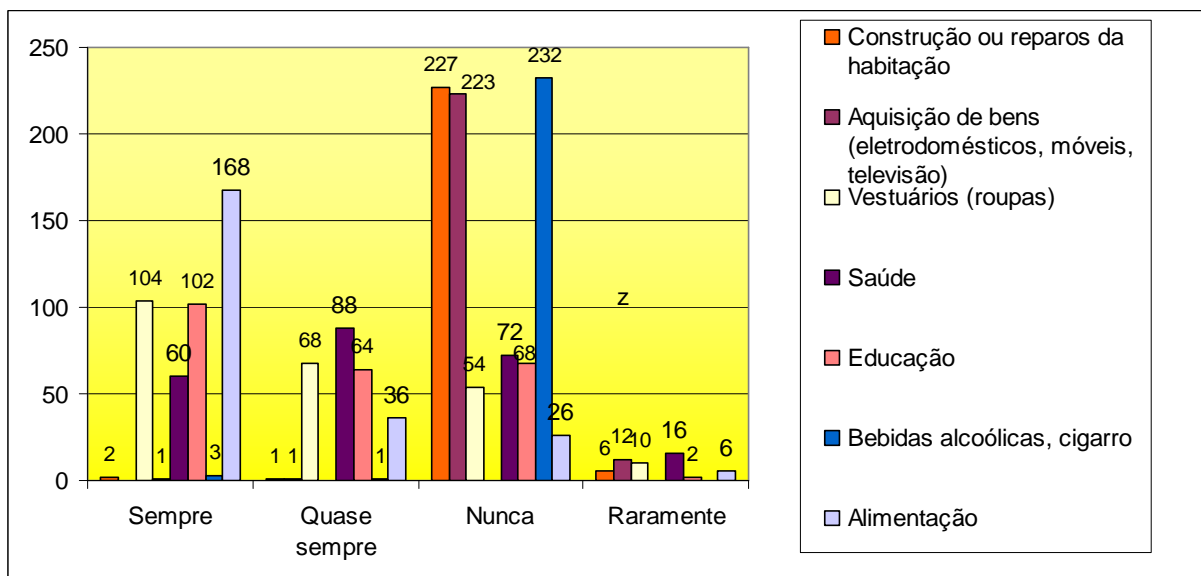
**Gráfico 22 - Bebidas alcoólicas, cigarro**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 23 - Alimentação**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 24 - Gastos com benefício: resumo**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

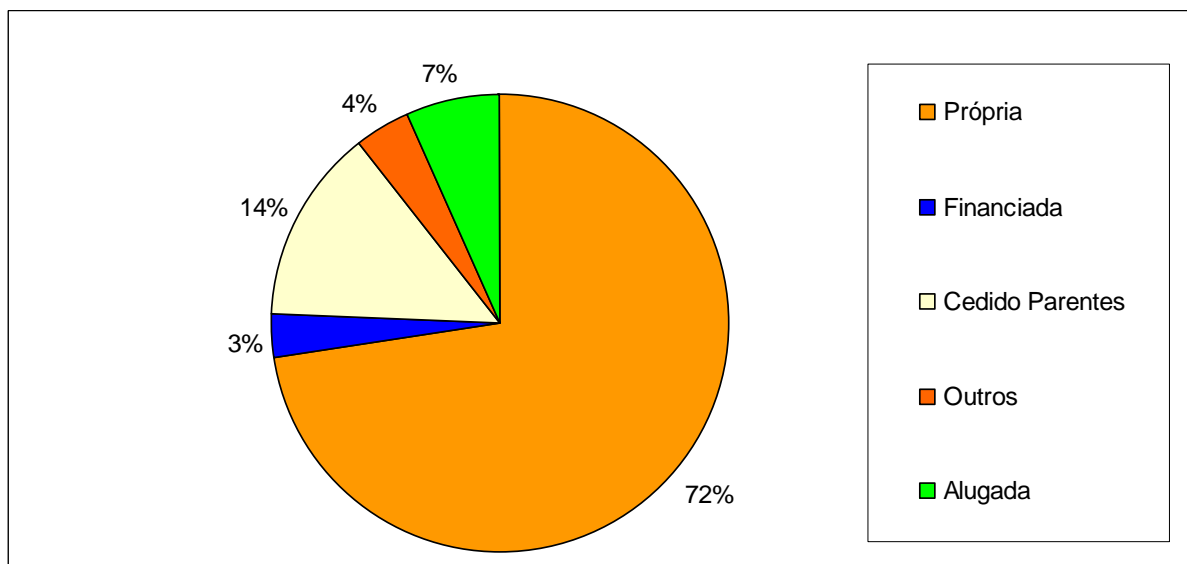
Entre as famílias entrevistadas, os recursos recebidos do PBF são utilizados sempre/quase sempre por 86,5%, em alimentação, seguidos por 72,9% com vestuário, enquanto que a educação fica com 70,3% e por fim com saúde há investimento por 62,7%.

Portanto, de acordo com os gráficos entende-se que o benefício atende as necessidades básicas das famílias. Observa-se que ao transferir o valor do benefício diretamente ao beneficiário do programa, evitam-se os desvios, confere-se maior agilidade ao processo e oferece-se autonomia e poder de compra às famílias.

#### 2.6.2.4 Condições: ambiente familiar e infra-estrutura

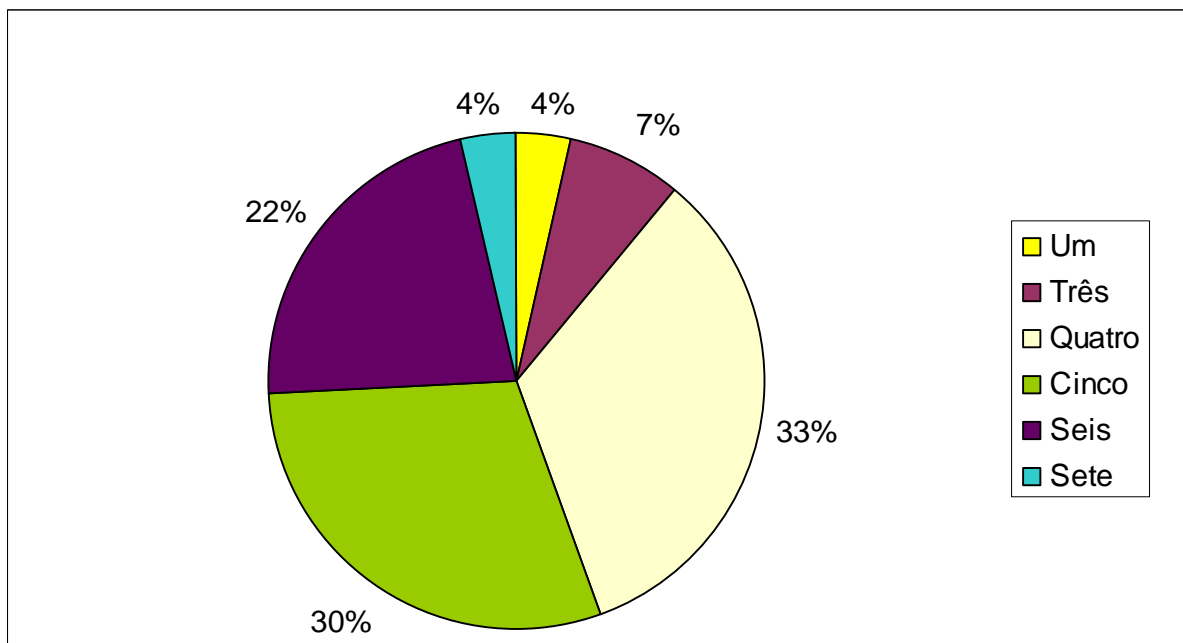
Neste item apresentam-se os resultados da pesquisa no que se refere ao tipo de domicílio e infra-estrutura. De acordo com as informações dispostas nos gráficos a seguir, observa-se que o acesso à água potável, saneamento básico e coleta do lixo não atendem a um grupo significativo de famílias, o que se constituem em fatores de riscos para esta população, principalmente a população infantil, considerando que estes fatores estão diretamente relacionados com a qualidade de vida e condições de saúde das famílias.

Neste sentido, analisaram-se os dados a luz de leis, decretos, resoluções que foram ou são criadas a fim de superar os problemas gerados pela pobreza, demandando ações e articulações com outras políticas sociais públicas.



**Gráfico 25 - Tipo de domicílio**  
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

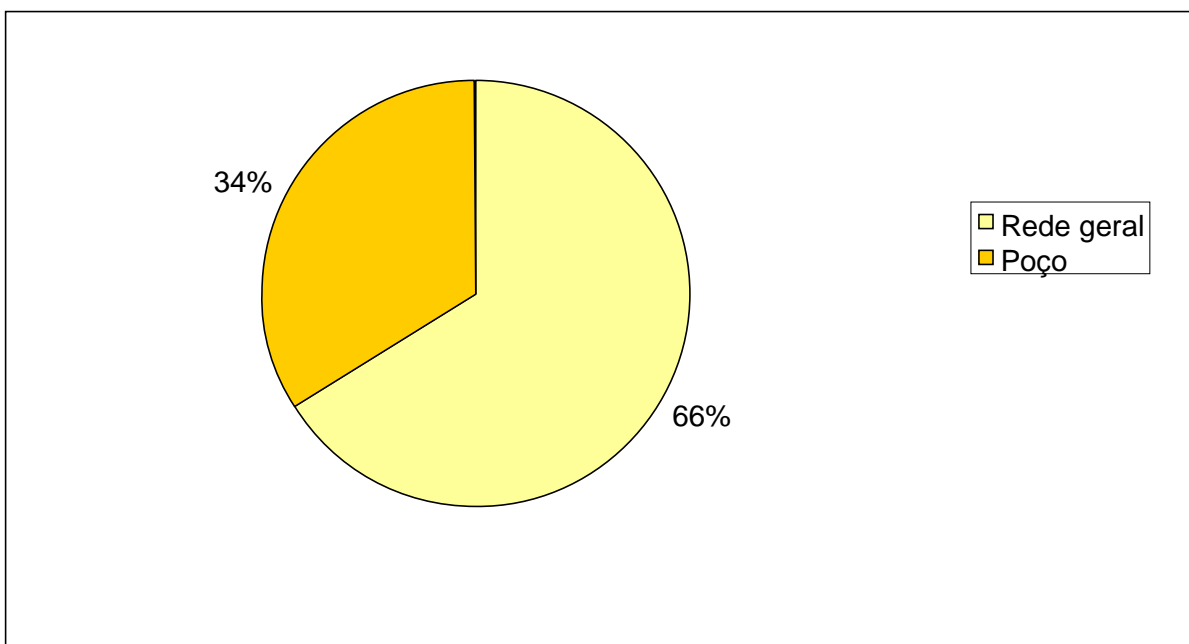
Conforme dados apresentados 72% das casas são próprias, no entanto, é importante destacar que muitas destas casas apresentam condições de moradia precárias, ou estão em terrenos em condições irregulares.



**Gráfico 26 - Número de cômodos no domicílio**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

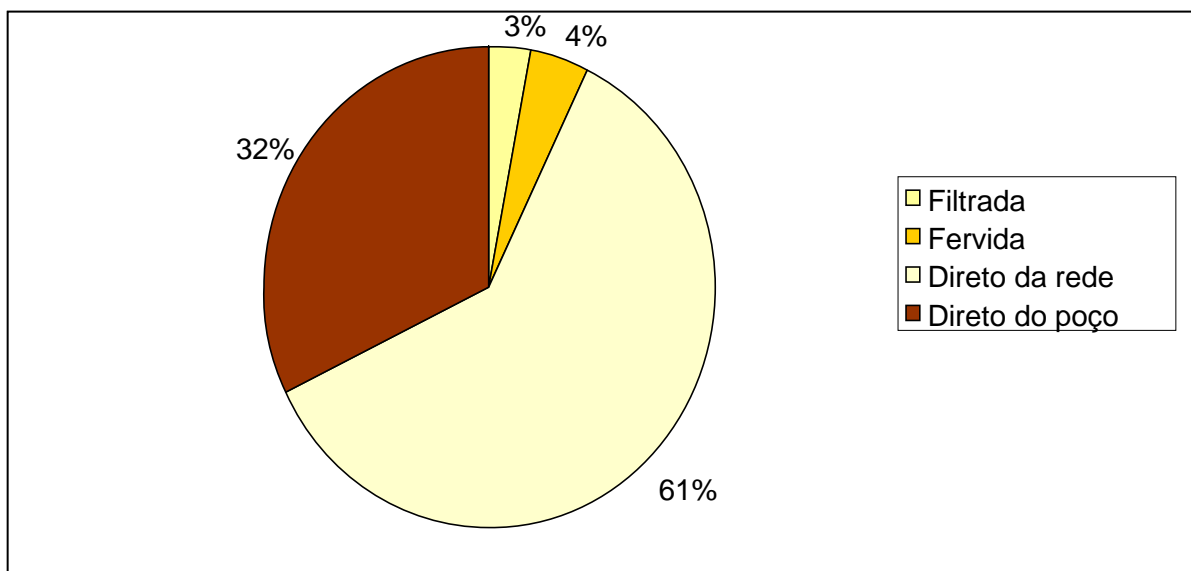
Com relação ao número de cômodos no domicílio 63% afirmaram ter entre quatro e cinco cômodos, com 6 a 7 cômodos representam 26% da amostra, 7,% dos entrevistados têm três cômodos no domicílio e 4% apenas um cômodo.



**Gráfico 27 - Principal fonte de abastecimento de água**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

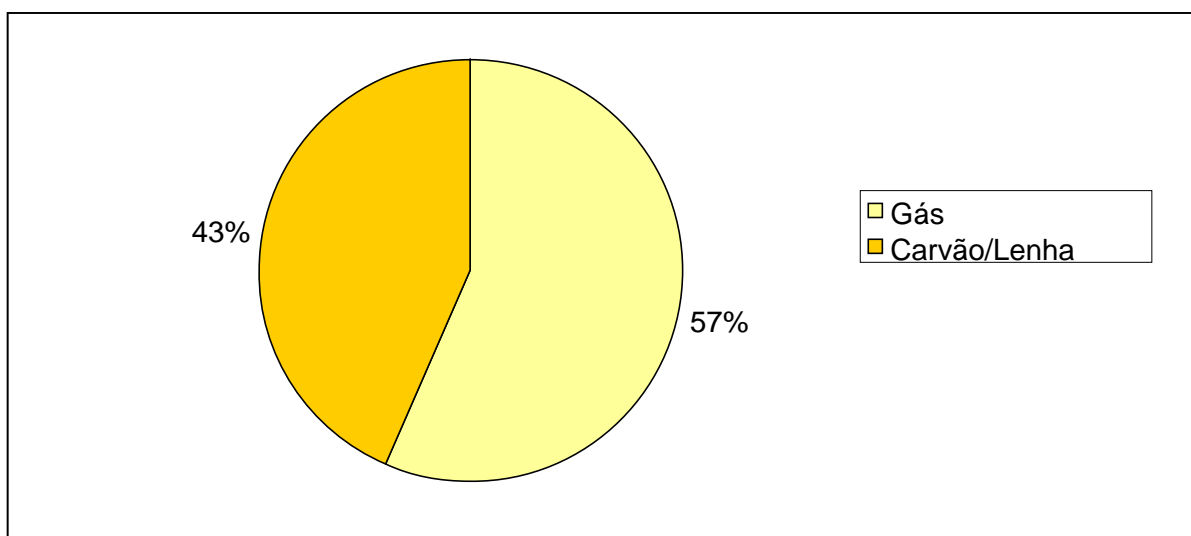
O abastecimento de água fornecida pela rede pública atende a 66% das famílias entrevistadas. Observa-se que há um *déficit* neste tipo de atendimento, porém, ressalta-se que este ocorre principalmente na zona rural.



**Gráfico 28 - Principal tipo de água usada para beber**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Quanto à água utilizada para beber 93% dos entrevistados consomem água diretamente da rede, ou do poço sem nenhuma espécie de tratamento. Apenas 3% responderam que utilizam água filtrada e 4% fervem a água.

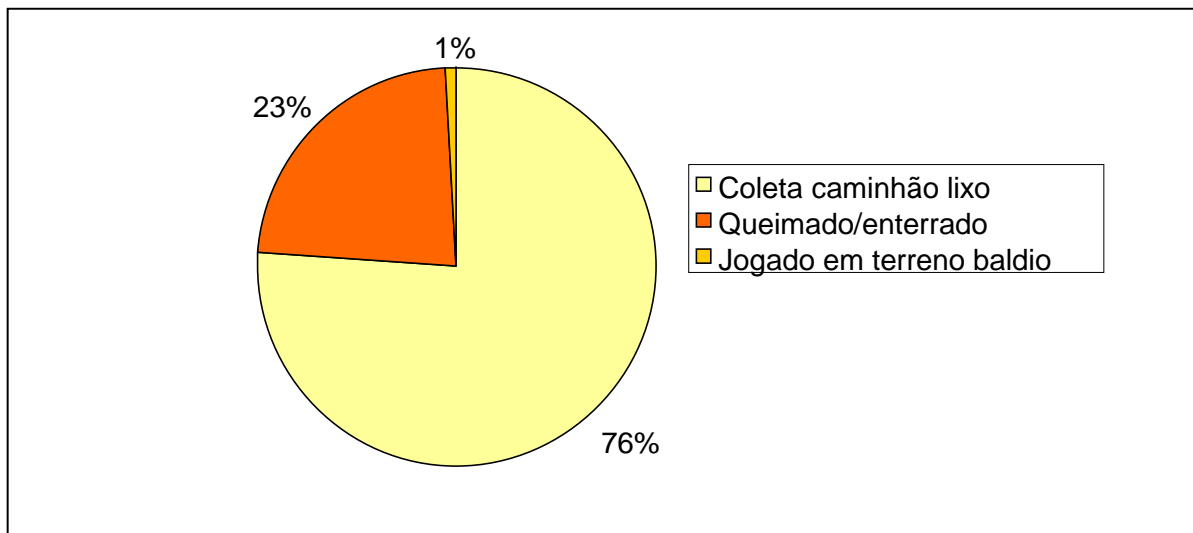


**Gráfico 29 - Principal tipo de combustível usado para cozinhar**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



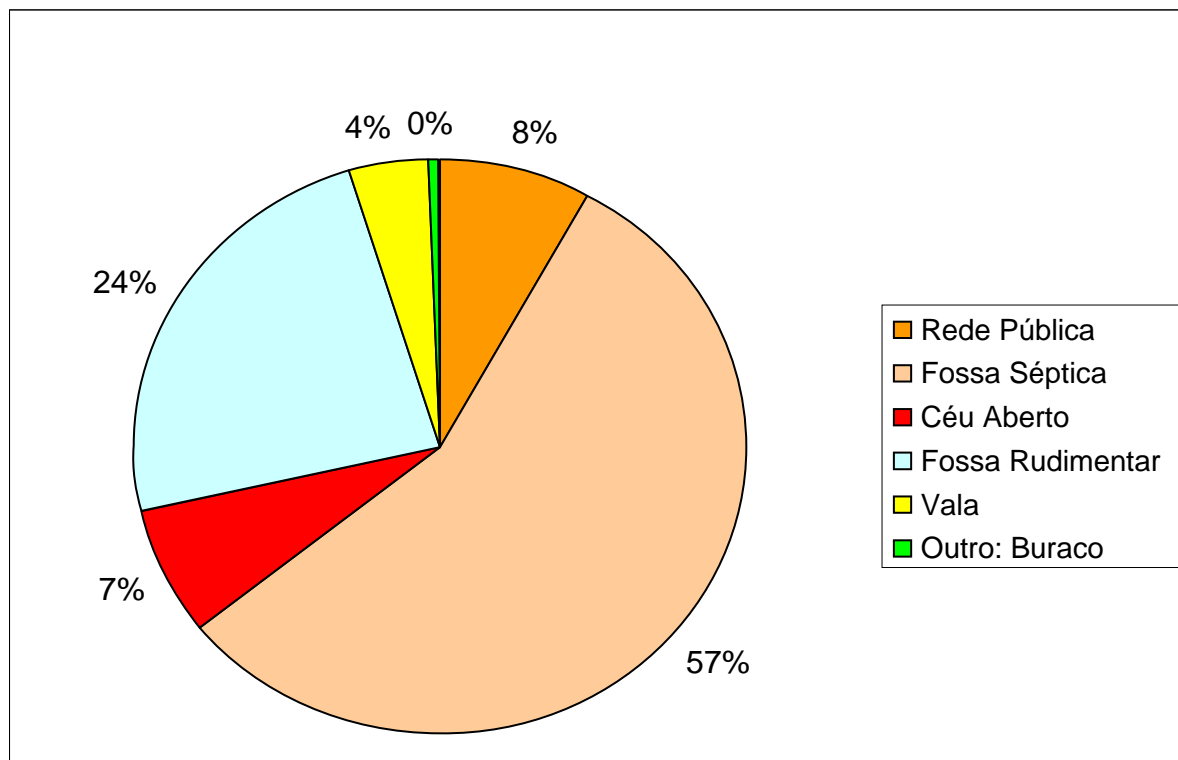
Com relação ao principal tipo de combustível utilizado para cozinhar 57% utiliza gás e 43% utiliza fogão a lenha.



**Gráfico 30 - Principal destino do lixo domiciliar**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Referente ao destino do lixo 76% é coletado, no entanto, ainda existe um número expressivo de pessoas, totalizando 23% da população pesquisada, que fazem a queima, enterram ou jogam em terrenos baldios todos os tipos de resíduos, e este se dá principalmente na área rural.



**Gráfico 31 - Escoamento sanitário**

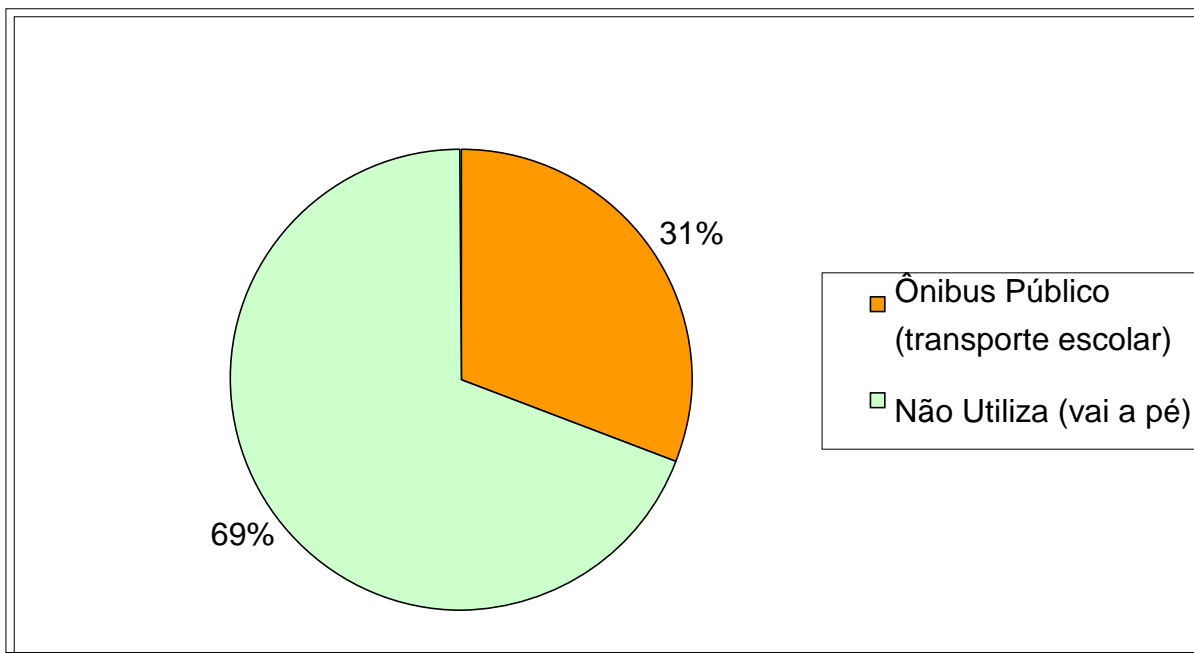
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Com relação ao esgoto, apenas 8% relataram que é ligado a rede pública, fato que aponta que há deficiência no município quanto a infra-estrutura de saneamento básico. Observa-se que 7% das famílias ainda convivem com esgoto a céu aberto, vala ou simplesmente um buraco. De acordo com informação prestada por Tiscoski (2008), secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, serão necessários cerca de R\$180 bilhões para universalizar o acesso ao saneamento básico no Brasil.

#### 2.6.2.5 Educação

Conforme apresentado no referencial teórico, há uma contrapartida do beneficiário para com o PBF na educação. A vinculação entre a transferência de renda e a educação procura romper com a lógica paternalista dos programas de assistência social. Neste sentido analisaram-se as questões que facilitam ou impedem o acesso de todos os beneficiários à escola conforme se pode observar

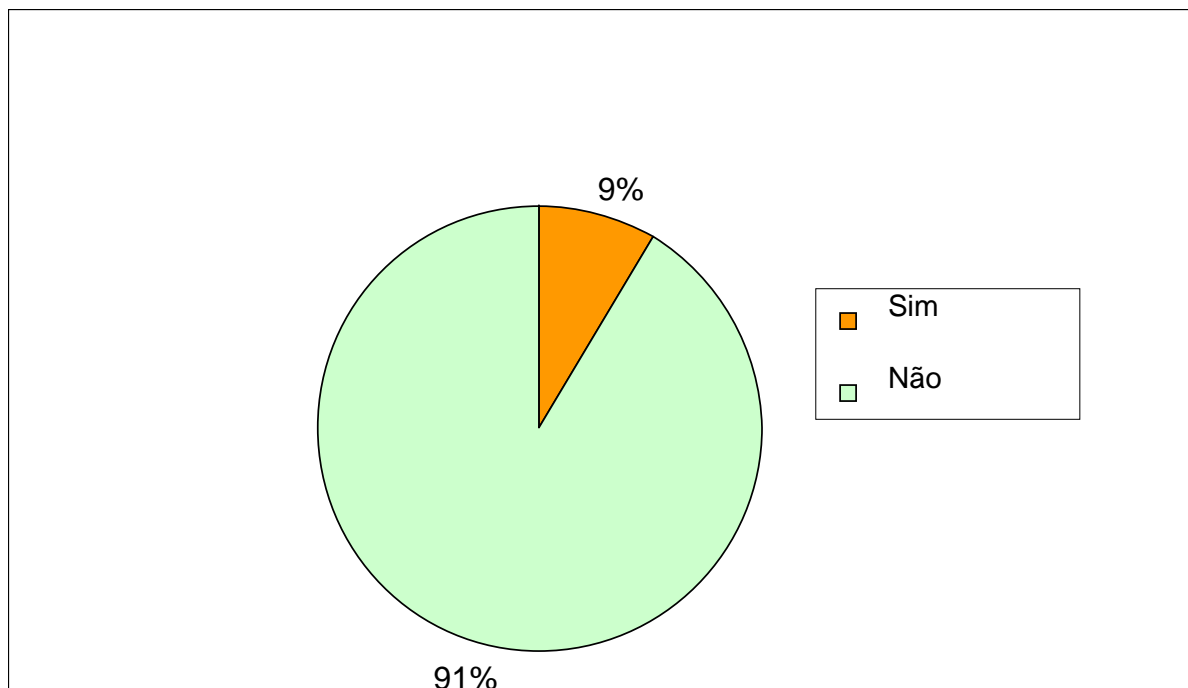
nos gráficos a seguir. Apresenta-se também neste item dados referente à educação dos adultos.



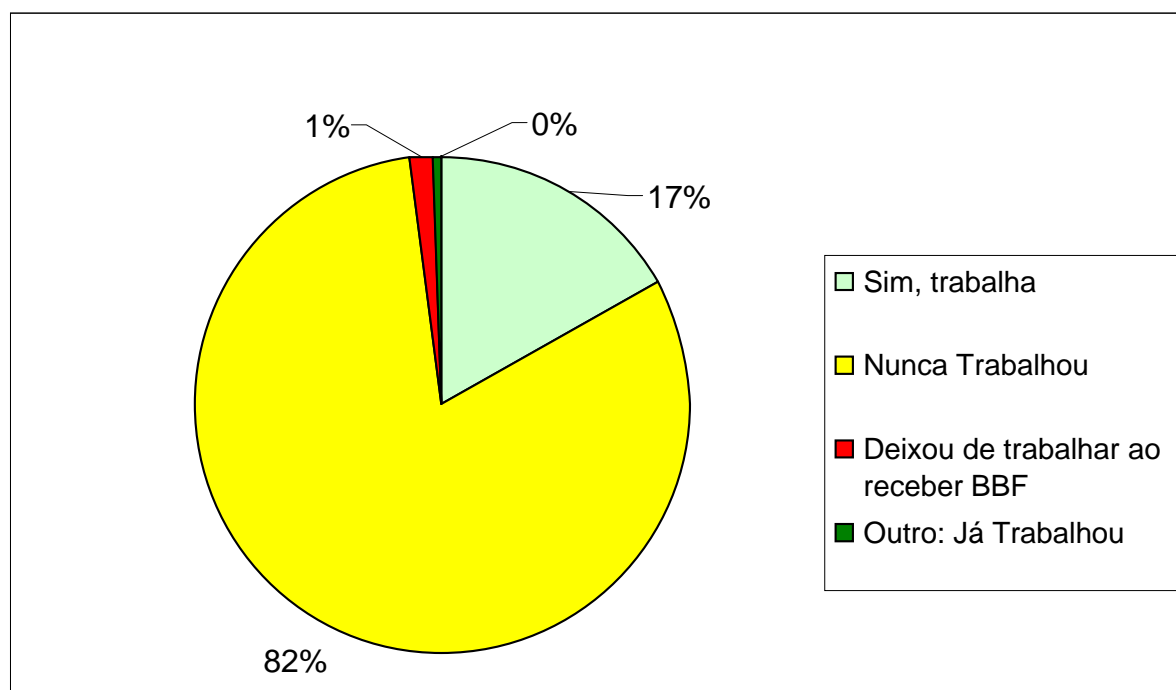
**Gráfico 32 - Meio de transporte para ir à creche-escola**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

O gráfico demonstra que 69% não utilizam ônibus para ir para a escola ou creche. A prefeitura do município de Canoinhas disponibiliza, aos alunos que moram no perímetro rural, transporte gratuito para se deslocarem até a escola.



**Gráfico 33 - Abandono escolar**  
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 34 - Trabalho infantil**  
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

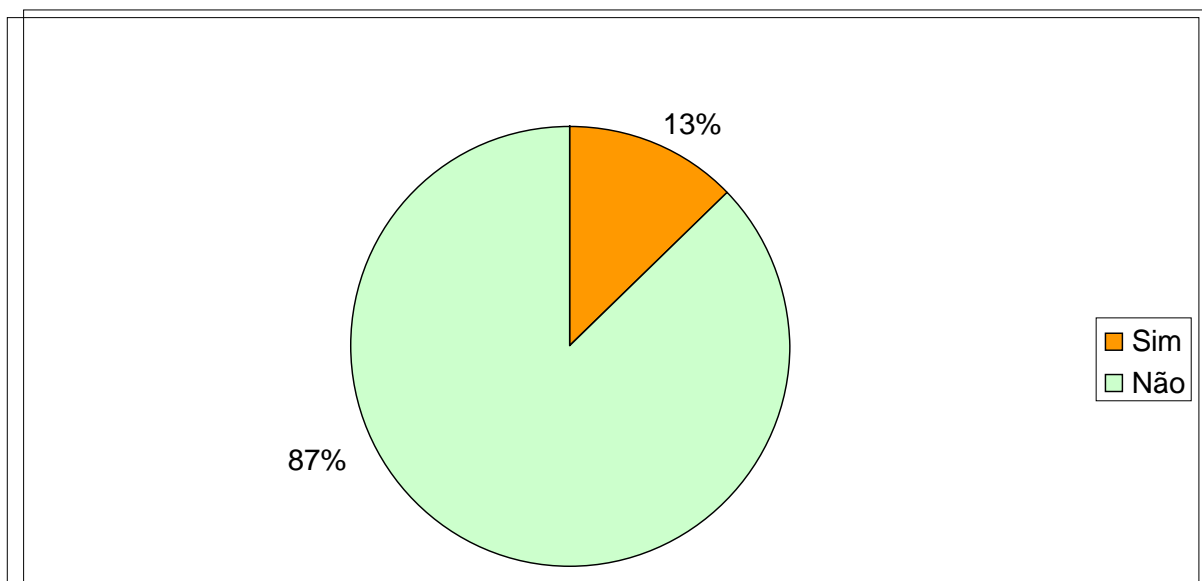
Conforme demonstra o gráfico 33, 91% dos entrevistados afirmaram que nenhuma criança ou adolescente abandonou a escola. No entanto, de acordo com as metas estabelecidas pelo programa, as crianças devem completar ao menos os oito anos do ensino fundamental.

Porém, pesquisa realizada em 200 municípios brasileiros e publicada em 2008, revela que o abandono escolar cresceu entre os dependentes do PBF. Uma das explicações apresentadas é que o programa atende adolescentes até 17 anos. Deste modo, não recebendo mais o benefício estes buscam uma ocupação remunerada para ajudar no orçamento familiar<sup>29</sup>. Diante disto, entende-se que o trabalho infantil ainda é um problema entre as famílias, que mesmo recebendo o benefício não consegue atender as necessidades básicas da família. Na seqüência, observa-se no gráfico 34 que 82% dos entrevistados responderam que nenhuma criança ou adolescente trabalha, e 17% revelam que existe alguma criança ou adolescente que trabalha. Este número de crianças é mais expressivo na área rural, onde os filhos ajudam na lavoura.

Cabe ressaltar, que o conceito de trabalho infantil é controverso quando se trata do meio rural. Em pequenas propriedades caracterizadas pela agricultura familiar, as crianças ajudam em algumas tarefas, mas não faltam à escola. Além disso, nas famílias de agricultores, esse envolvimento de crianças com as tarefas é com freqüência compreendido como parte fundamental da educação. Esta educação para o trabalho está relacionada ao aprendizado do cotidiano da pequena propriedade rural, gerando inclusive perspectivas de permanência das gerações futuras no campo. Observa-se ainda no gráfico 36 que em 5,9% das famílias entrevistadas o motivo de crianças terem faltado na escola foi em decorrência da necessidade do trabalho. Do percentual de famílias entrevistadas apenas 1,4% afirmaram que alguma criança ou adolescente deixou de trabalhar após ser incluída no programa Bolsa Família.

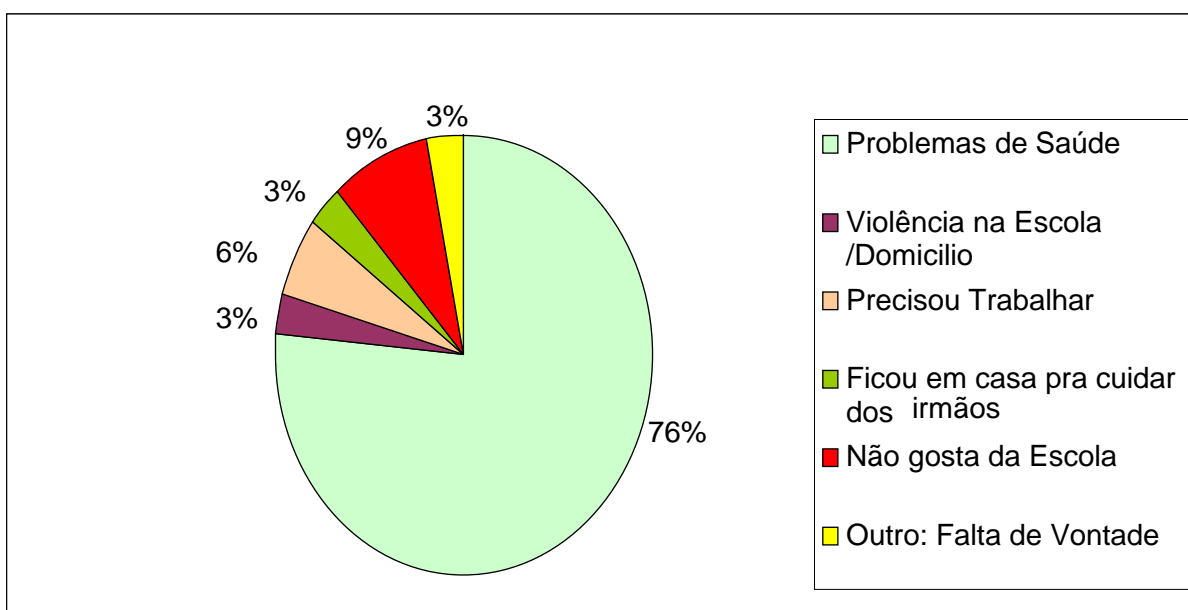
---

<sup>29</sup> Abandono escolar cresce entre dependentes do PBF <<http://www.estado.com.br/editoriais>>. Acesso em: 12 dez.2008.



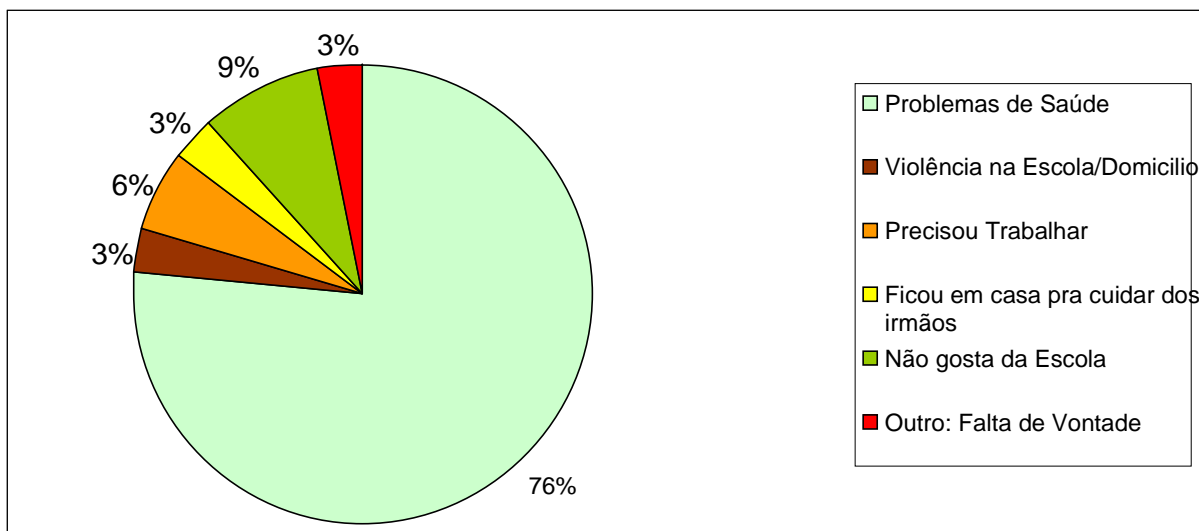
**Gráfico 35 - Crianças e adolescentes que não foram à escola nos últimos 30 dias**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



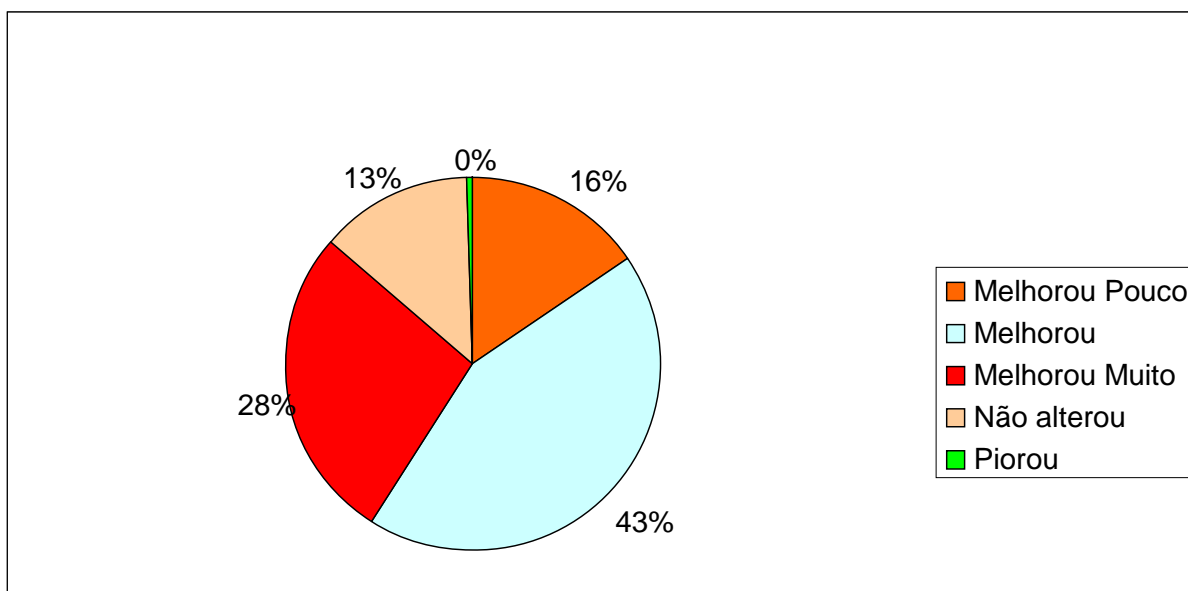
**Gráfico 36 - Motivo da ausência na escola**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 37 - Frequência escolar**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 38 - Rendimento escolar**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

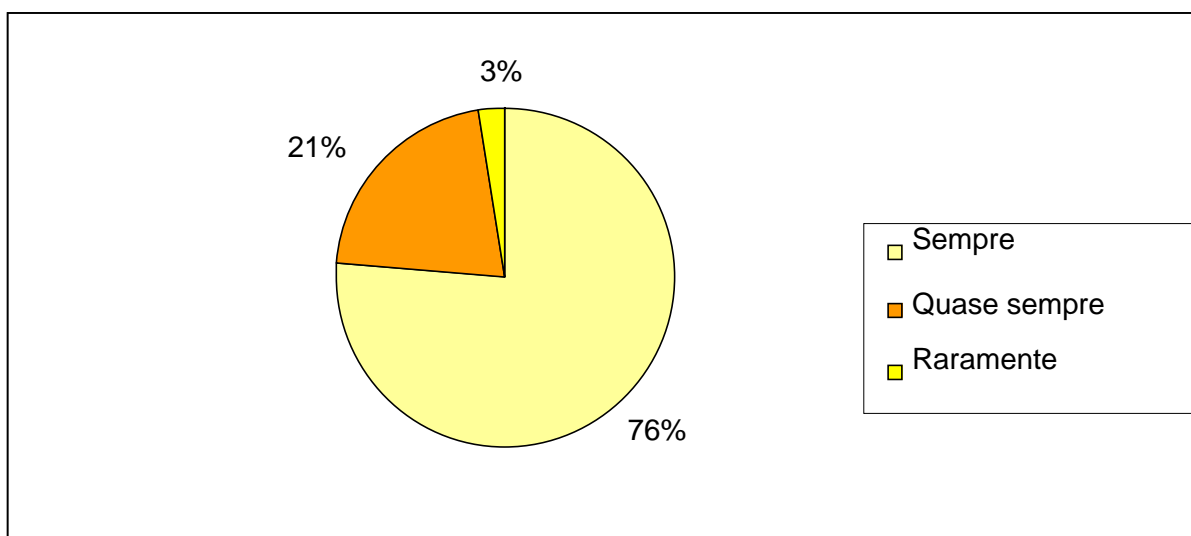
Do total de entrevistados 87% relataram que nenhuma criança ou adolescente faltou a aula nos últimos trinta dias. Estudo realizado pelo Centro Internacional de Pobreza, Instituição de pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que o PBF obteve avaliação positiva quanto à frequência escolar.

De acordo com esse estudo os beneficiários do programa tinham menor índice de falta e abandono em comparação às crianças pobres que não recebiam o

benefício.<sup>30</sup> Observa-se que nos gráficos 37 e 38 que o programa teve uma avaliação positiva nas variáveis frequência e rendimento escolar por parte das famílias entrevistadas. Dos entrevistados 81% afirmaram que a frequência escolar “melhorou/melhorou muito” após o recebimento do benefício.

Com relação ao rendimento escolar, conforme gráfico 38, 43% dos entrevistados apontaram que “melhorou” enquanto que 28% afirmam que “melhorou muito”. Ao analisar ainda o gráfico 36 percebe-se que o maior percentual das faltas, totalizando 76%, foi motivado por problemas de saúde.

Estes dados se confirmam ao se analisar os resultados obtidos no gráfico 20 referente aos gastos com o benefício: 70% das famílias utilizam “sempre” ou “quase sempre” em saúde. No entanto, percebe-se que 24% das faltas são decorrentes de fatores como violência contra crianças dentro e fora da escola, trabalho infantil, falta de estímulo para continuar na escola ou ainda, porque a ausência dos pais por motivos de trabalho, exige deles o cuidado com irmãos menores.



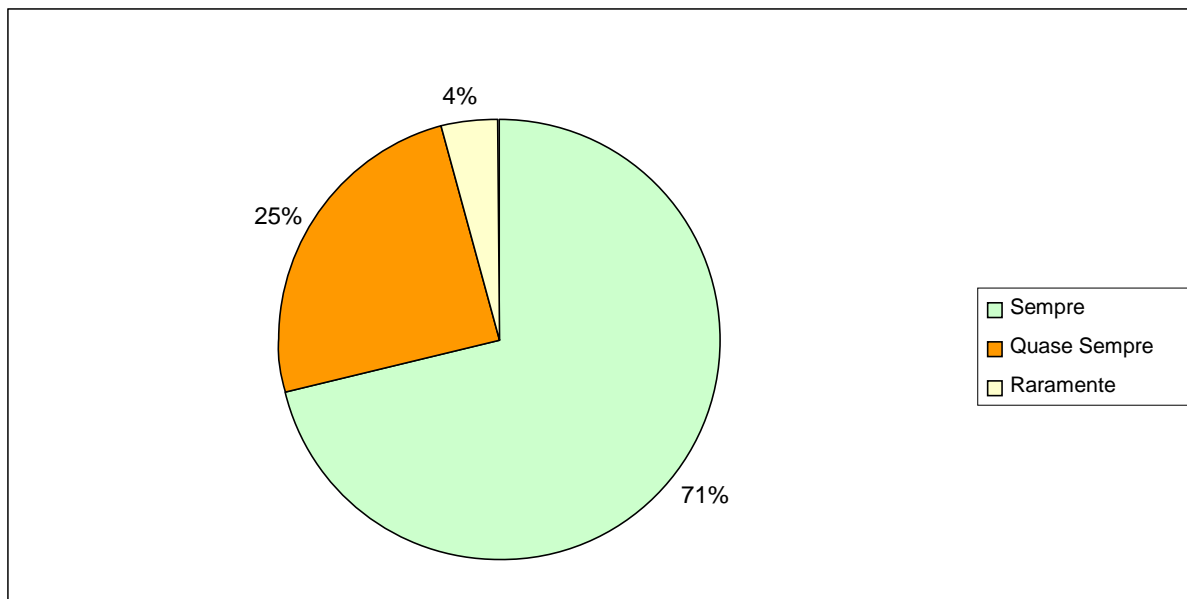
**Gráfico 39 - Acompanhamento escolar**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

---

<sup>30</sup> Pnud: Bolsa Família aumenta frequência escolar. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL228822-5604,00.html>>. Acesso em: 14 dez.2008.



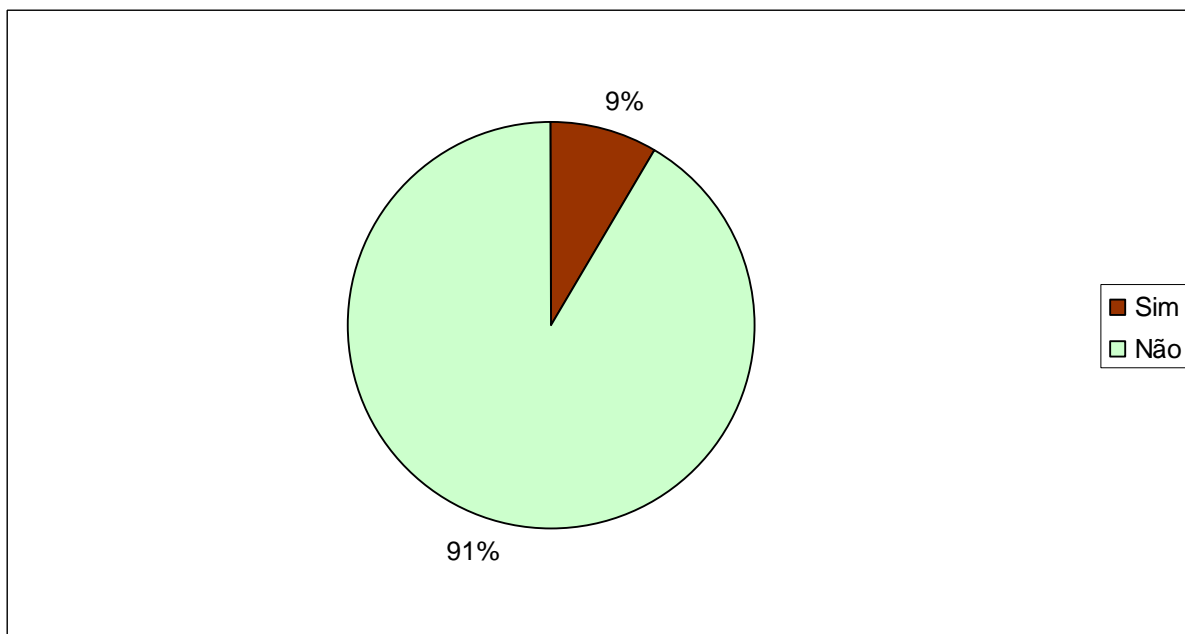


**Gráfico 40 - Participação nas reuniões da escola**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

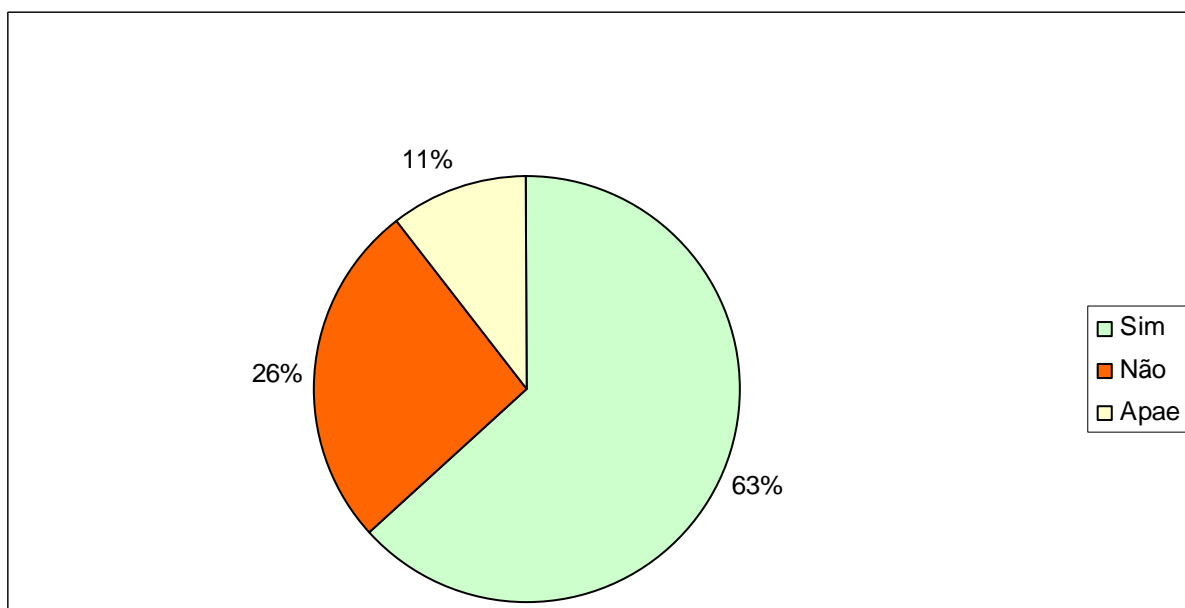
Quanto ao acompanhamento do aprendizado da criança/adolescente 76% afirmaram que acompanham sempre seus filhos nas atividades escolares. Klisksberg (2002, p.25) destaca que fatores como “a organicidade da família, o capital educacional dos pais, a possibilidade e o interesse dos pais em dedicar horas ao acompanhamento dos filhos [...]”, tem relação direta com o desempenho destes na escola.

Observa-se no próximo gráfico o índice de participação dos pais nas reuniões. Do total de entrevistados 76% afirmaram participar “sempre” das reuniões, enquanto 3% participam raramente. A escola configura-se como importante espaço de exercício de cidadania, no qual a interação entre pais e professores auxilia na resolução de problemas escolares. O envolvimento das famílias melhora o sentimento de ligação à comunidade, de modo que são eles os maiores interessados em participar de reuniões e se fazer presentes sempre que solicitados na escola.



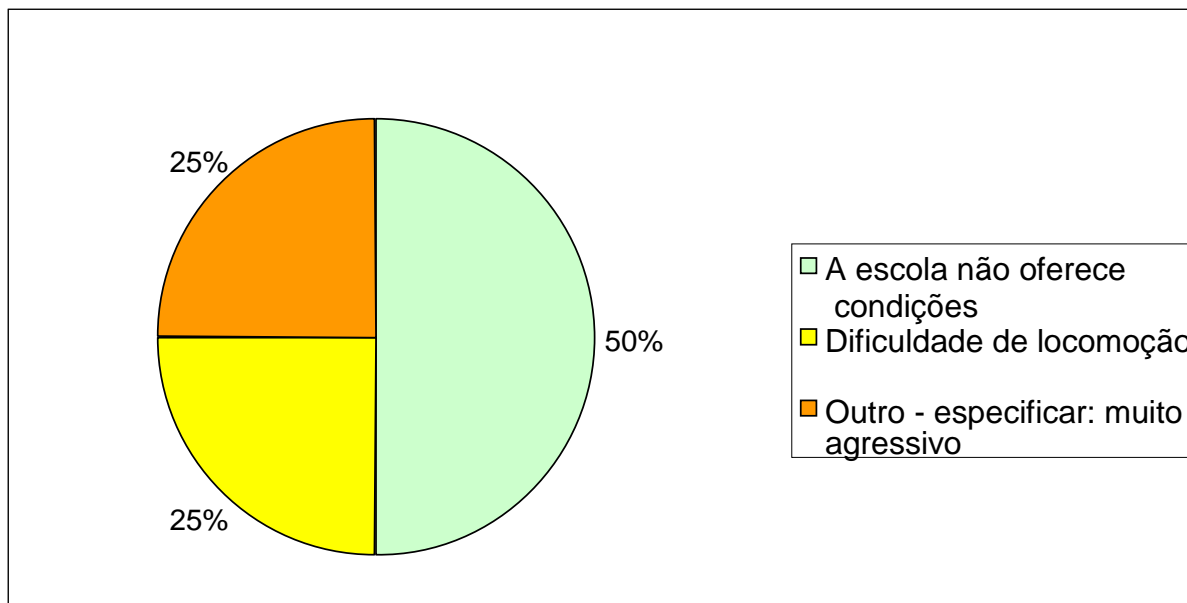
**Gráfico 41 - Crianças e adolescentes com deficiência na família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 42 - Crianças e adolescentes com deficiência na família que frequentam a escola de ensino regular**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

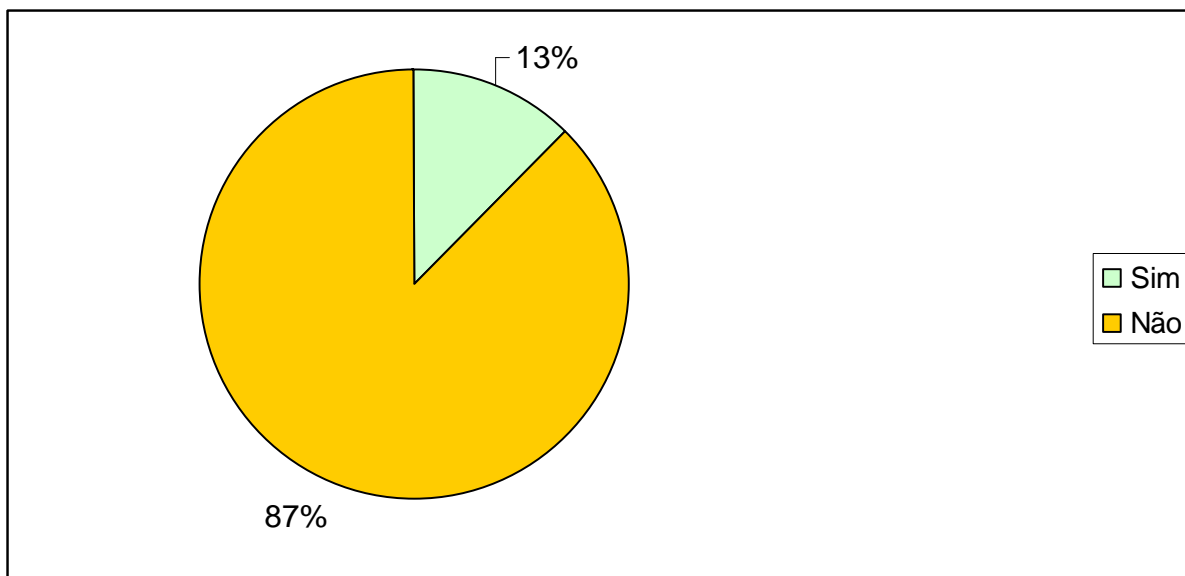


**Gráfico 43 - Principal motivo para a criança e adolescente com deficiência não freqüentar a escola de ensino regular**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

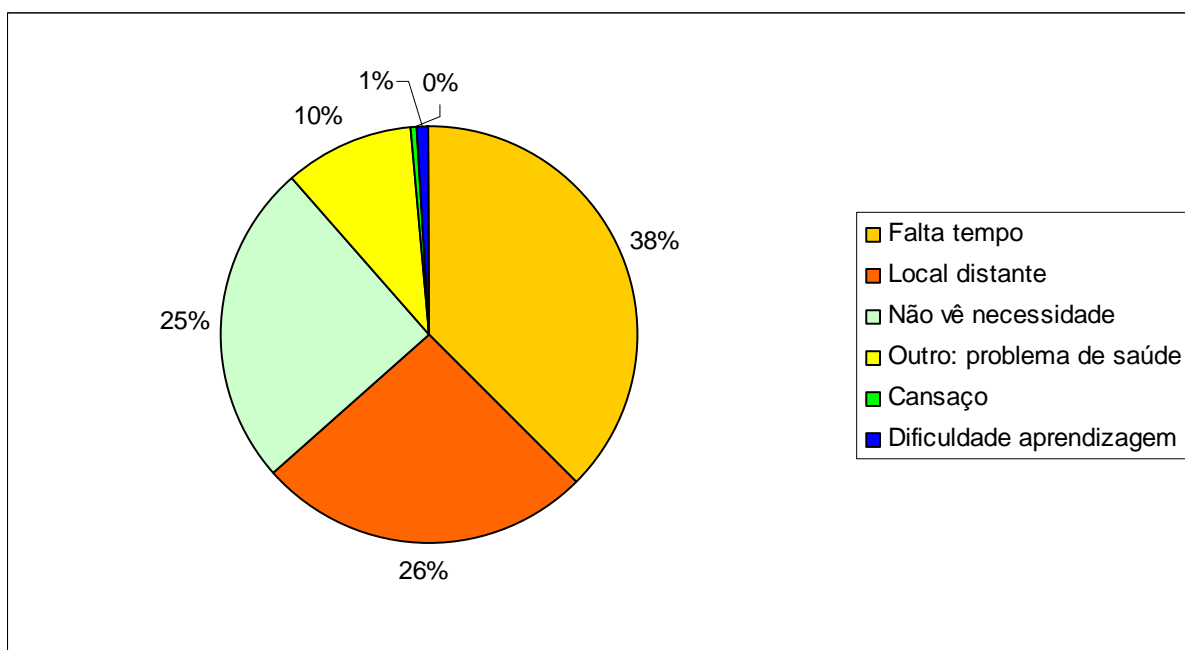
Conforme apresentado no gráfico 41, das famílias entrevistadas 9% possuem criança ou adolescente com algum tipo de deficiência. Destes, 63% estão inseridos na escola de ensino regular e 11% freqüentam a APAE, no entanto, 26% do total da amostra afirmaram que não freqüentam a escola.

Dos motivos apontados pelos entrevistados para o deficiente não freqüentar a escolar, 50% afirmaram que a escola não oferece condições para a inclusão do deficiente, 25% revelaram ter dificuldade para locomoção e ainda, 25% apontaram outros motivos, entre eles comportamento agressivo.



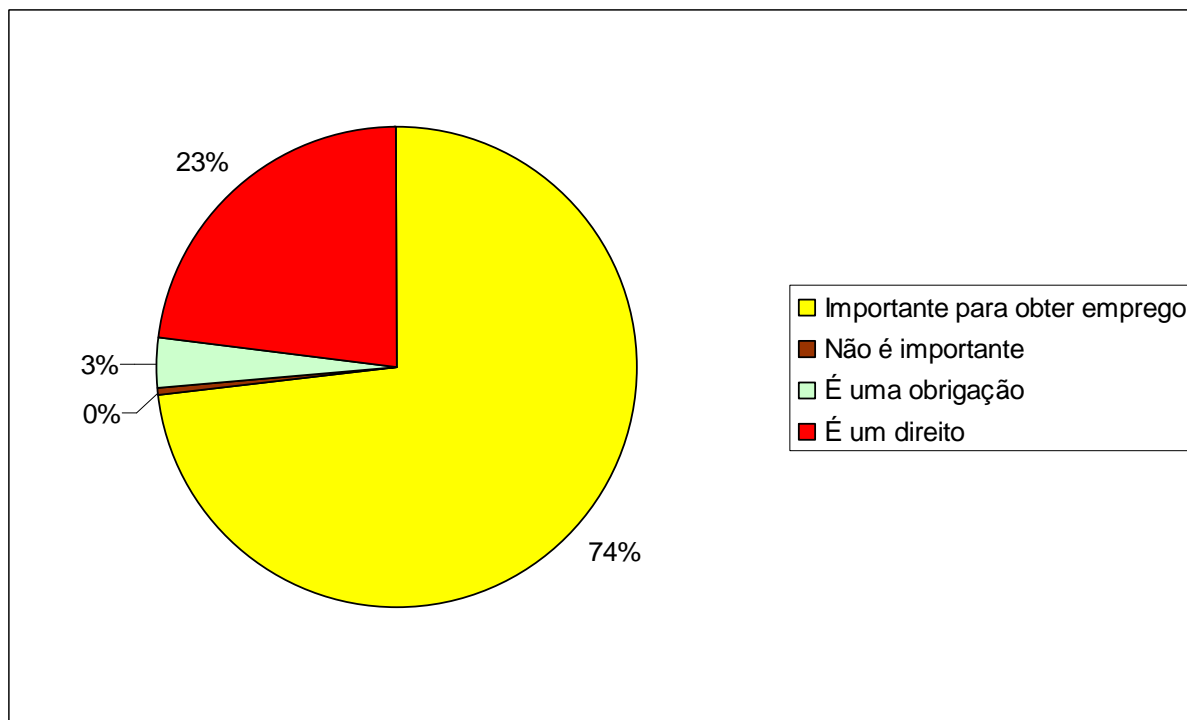
**Gráfico 44 - Curso de alfabetização de jovens e adultos**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 45 - Fator determinante para não continuar estudando**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 46 - Educação**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

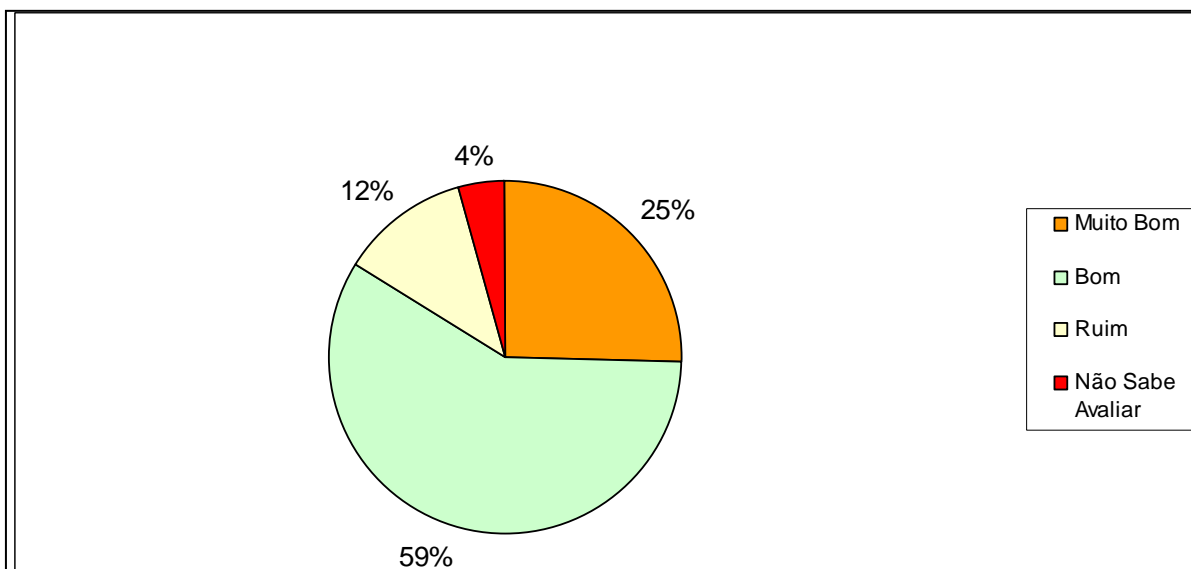
Com relação à alfabetização de adultos, o gráfico 44 indica que em 13% das famílias entrevistadas algum membro frequenta curso de alfabetização e, 74%, reconhecem a importância da educação para obter um emprego conforme demonstra o gráfico 46.

Ao se tratar dos motivos para não frequentar algum tipo de curso de alfabetização, a falta de tempo ou ainda não ter visto a educação como uma necessidade, são fatores que se destacam em um percentual de 63% da amostra, conforme gráfico 45. O problema da distância também se manifesta como um dificultador para 26% dos entrevistados, principalmente aos residentes na área rural.

#### 2.6.2.6 Saúde

O PBF determina condicionalidade relacionada à saúde. De acordo com as diretrizes do programa o cumprimento desta condicionalidade possibilita o acesso das famílias aos serviços sociais básicos, contribuindo desta forma para romper com

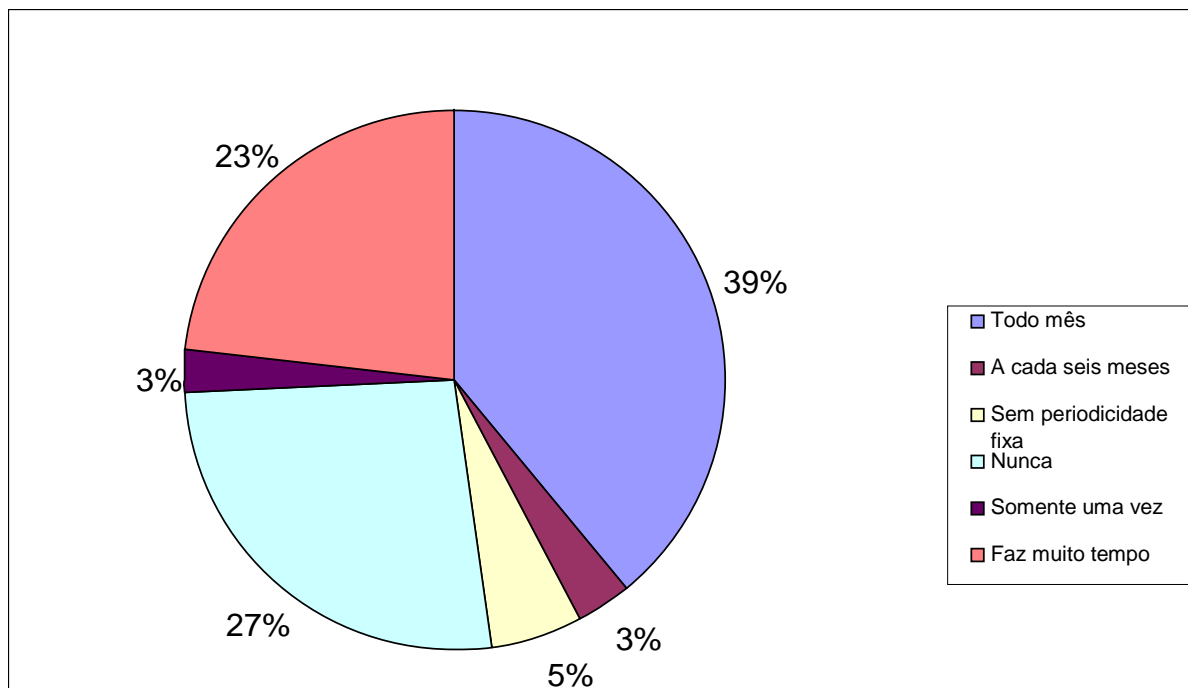
o ciclo de reprodução da pobreza. Neste item apresentar-se-á indicadores referentes à saúde das famílias beneficiadas, bem como sobre o cumprimento desta condicionalidade.



**Gráfico 47 - Saúde da família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

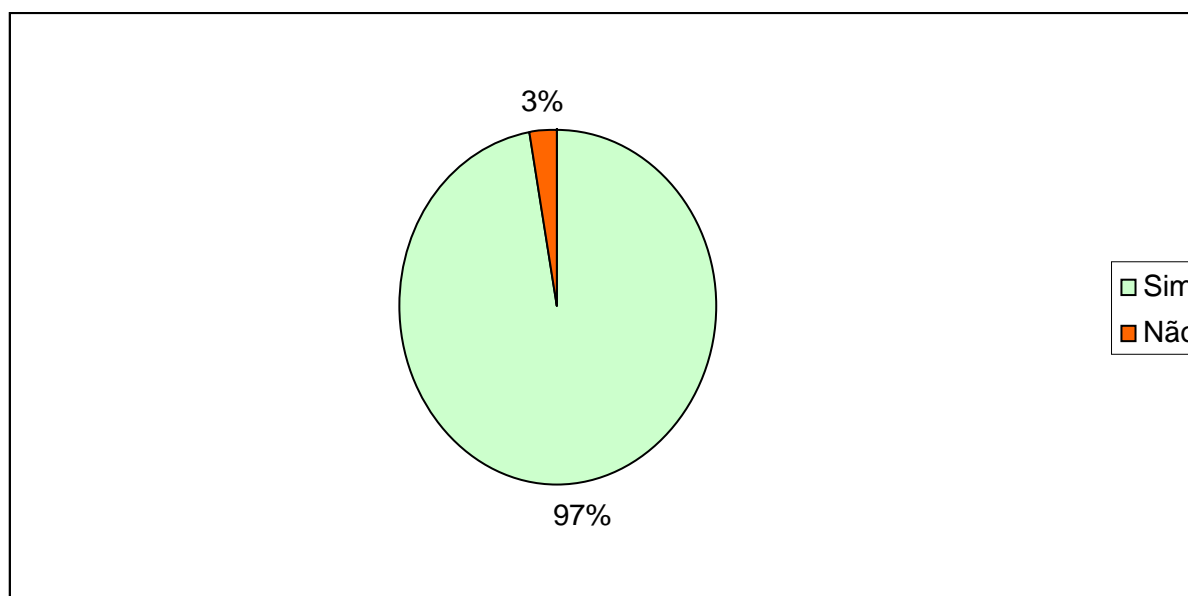
De modo geral, 59% dos entrevistados consideram o estado de saúde da família “bom”, seguidos de 25% “muito bom” e observa-se que apenas 12% acham que a saúde está ruim, enquanto que 4% não souberam avaliar.



**Gráfico 48 - Visita de agentes de saúde**

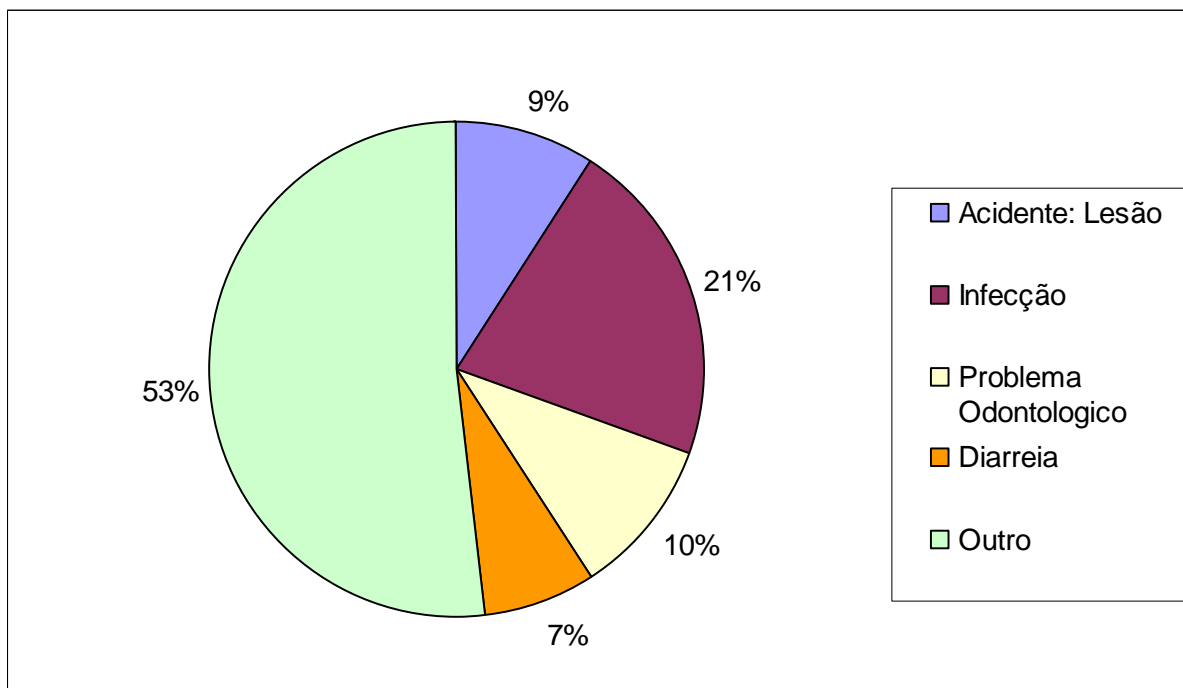
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Conforme o gráfico 48, 39% dos entrevistados recebem visitas regulares dos agentes de saúde. Destaca-se, porém, o índice de 27% dos entrevistados que afirmam nunca ter recebido a visita de um agente de saúde ou, ainda, 23% que afirmam ter recebido uma visita há muito tempo.



**Gráfico 49 - Problemas de saúde na família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

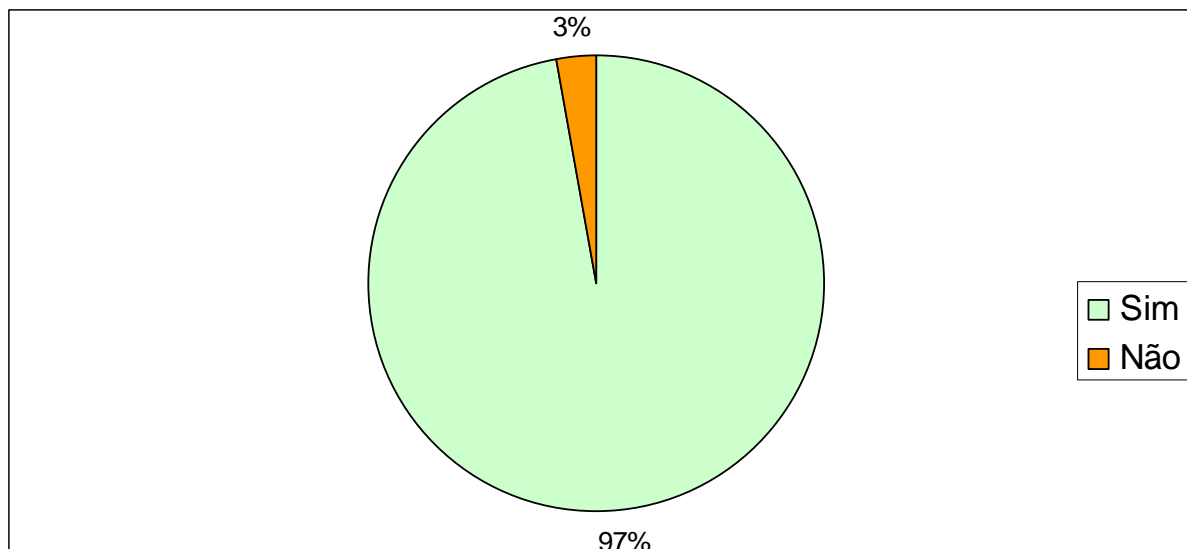


**Gráfico 50 - Principal problema de saúde**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

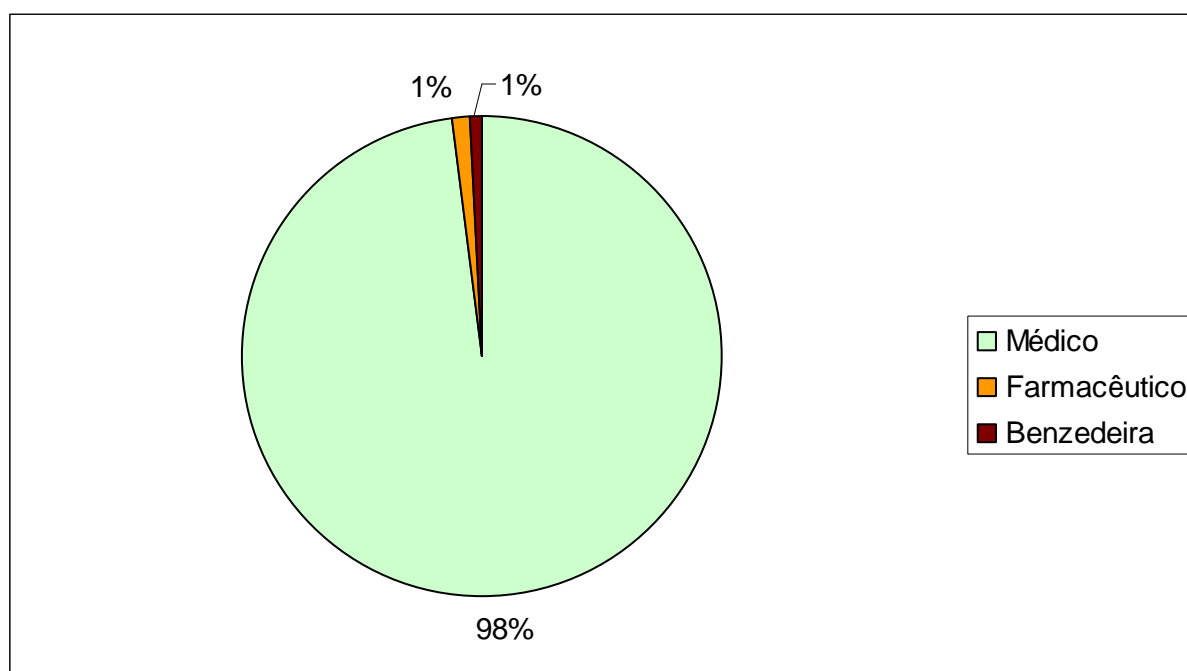
Diante do gráfico 49 e 50 que trata dos problemas de saúde, 97% responderam ter algum tipo de problema de saúde nos últimos trinta dias. Entre os problemas apontados pelos entrevistados 53% do total da amostra respondeu ter problemas como pressão alta, bronquite, asma, rinite, varizes, osteoporose, seguidos de 21,% que tiveram problemas de infecção, 10% problemas odontológicos e 7% problemas de diarreia.





**Gráfico 51 - Atendimento médico**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

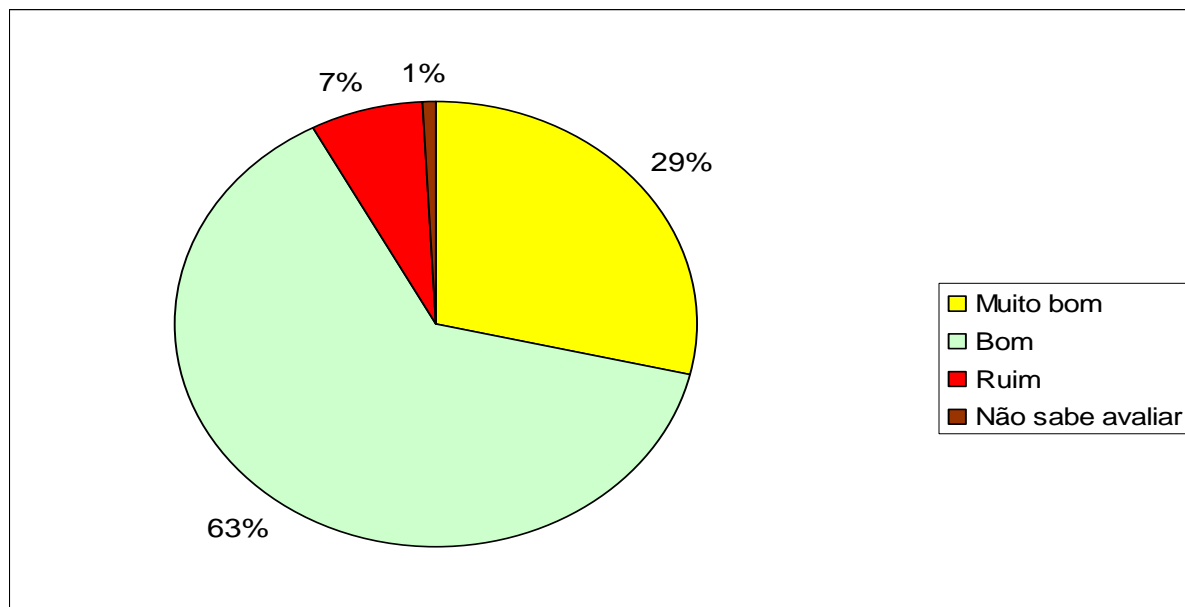


**Gráfico 52 - Tipo de atendimento**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Observa-se que praticamente a totalidade dos entrevistados afirmou ter procurado algum atendimento quando apresentaram problema de saúde, conforme gráfico 51. O próximo gráfico demonstra também que 98,2% procuram atendimento médico, o que demonstra que as famílias inseridas no programa têm acesso a serviços de saúde no município.

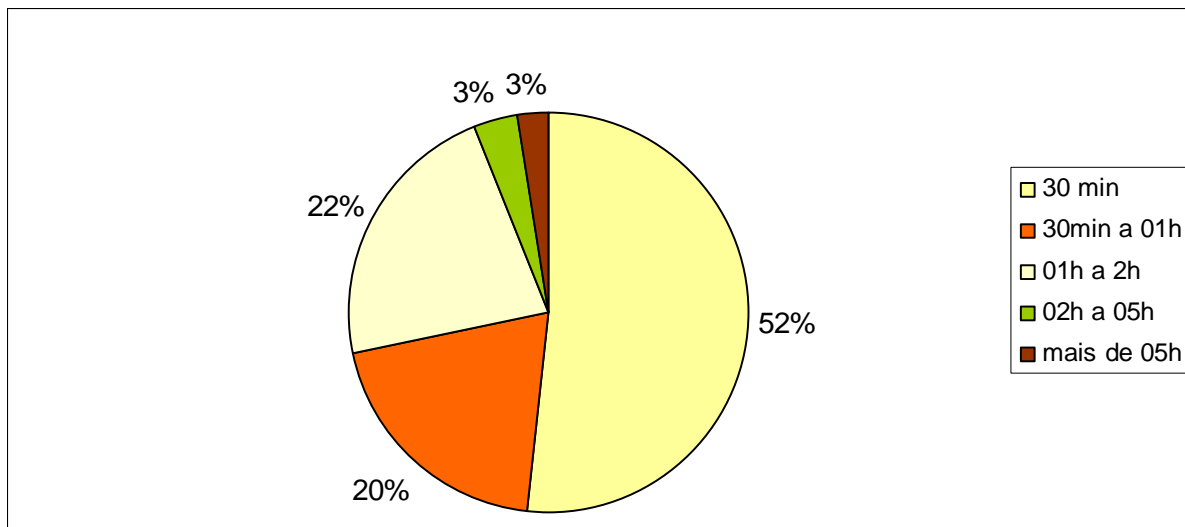
Pode-se afirmar ainda, de acordo com o resultado geral que é praticamente inexpressivo, 1%, o número de entrevistados que procuraram benzedeiros e do mesmo modo e percentual foi apontado àqueles que buscaram atendimento prestado por farmacêuticos, 1%.



**Gráfico 53 - Qualidade do atendimento recebido**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

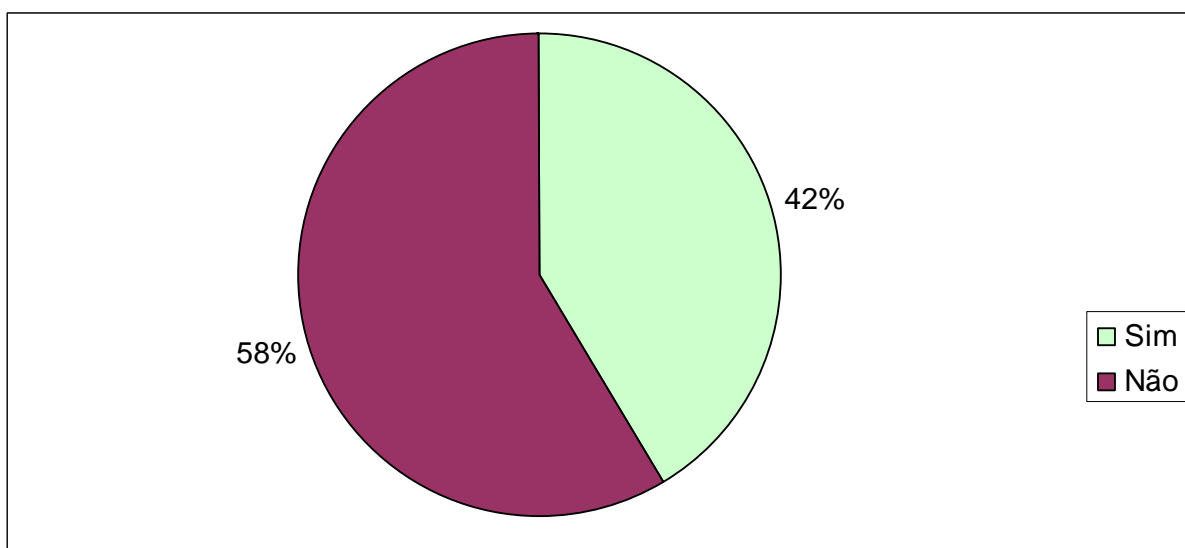
A análise do gráfico 53 permite assegurar que o atendimento na saúde pública no município tem resultado avaliado como positivo, pois 92% apontaram como “bom” ou “muito bom” e apenas 7% consideraram o atendimento ruim.



**Gráfico 54 - Tempo para receber atendimento médico**

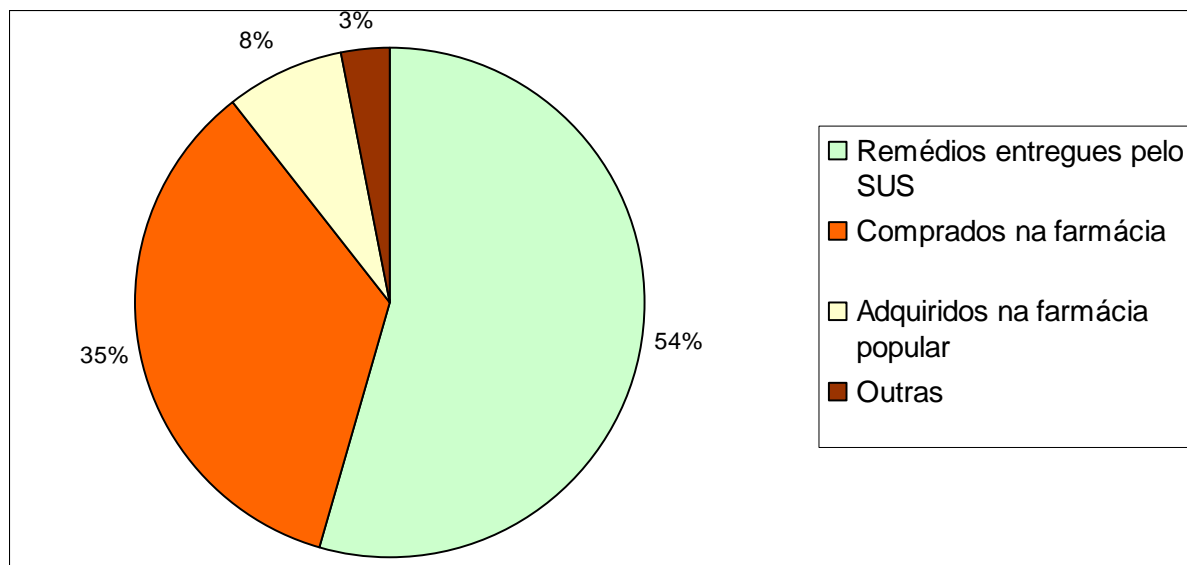
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Com relação ao tempo de atendimento, a avaliação, também foi positiva, 52% dos entrevistados indicam que os atendimentos vêm sendo realizados até 30 minutos, o que pode apontar para uma espera menor em filas por parte dos pacientes. No entanto, 3% indicam que ficam à espera do atendimento por mais de cinco horas.



**Gráfico 55 - Tratamento permanente de saúde**

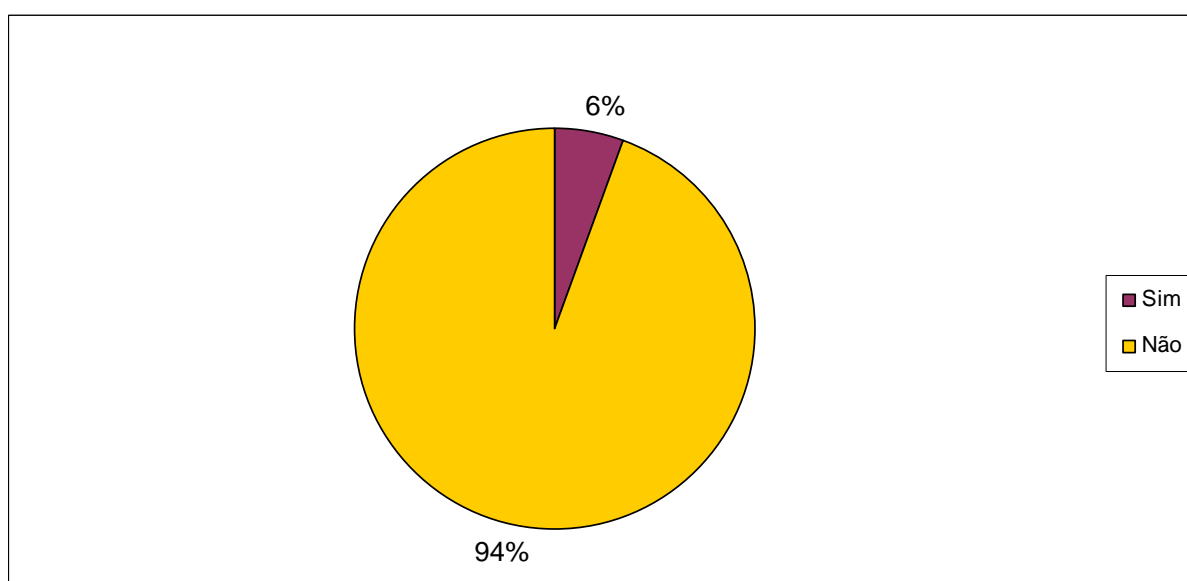
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 56 - Local que adquire os medicamentos**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

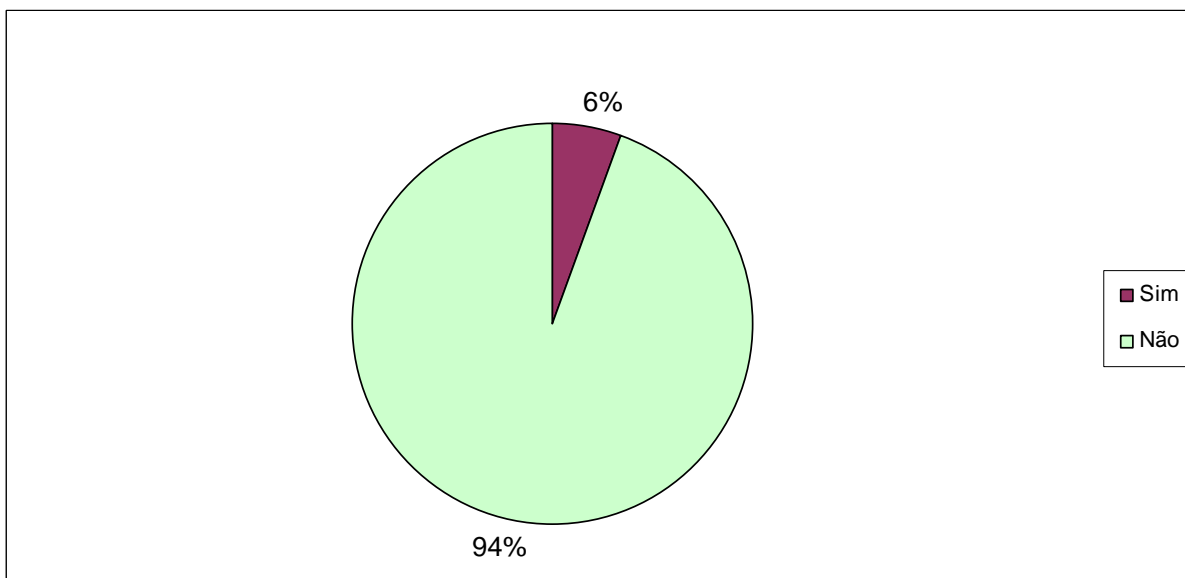
O gráfico 55 apresenta que em 42% das famílias envolvidas na pesquisa existe pelo menos um membro em tratamento permanente de saúde. Destes, 54% recebem medicamentos do SUS, 35% adquirem os medicamentos diretamente em outras farmácias, 8% somente os compram em farmácias populares, enquanto que 3% os adquirem de outros modos ou em outras situações que não foram especificadas.



**Gráfico 57 - Controle de natalidade**

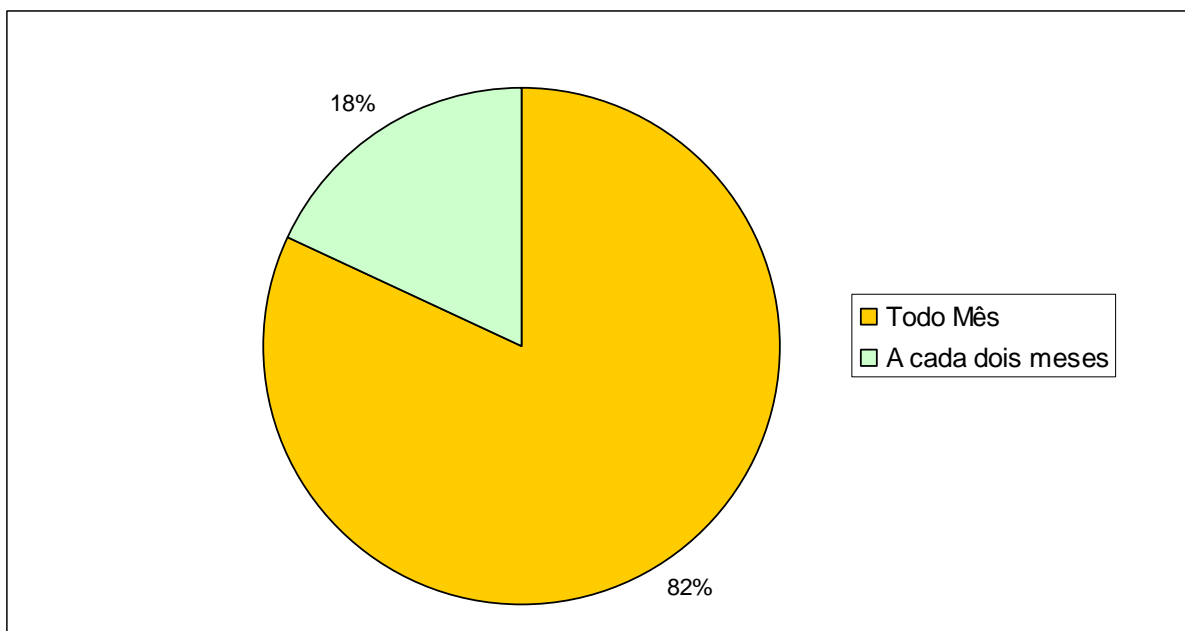
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

No que se refere ao controle de natalidade conforme o gráfico 57, 94% apontam ser importante o uso do anticoncepcional o que demonstra que existe uma preocupação com relação à estrutura familiar.



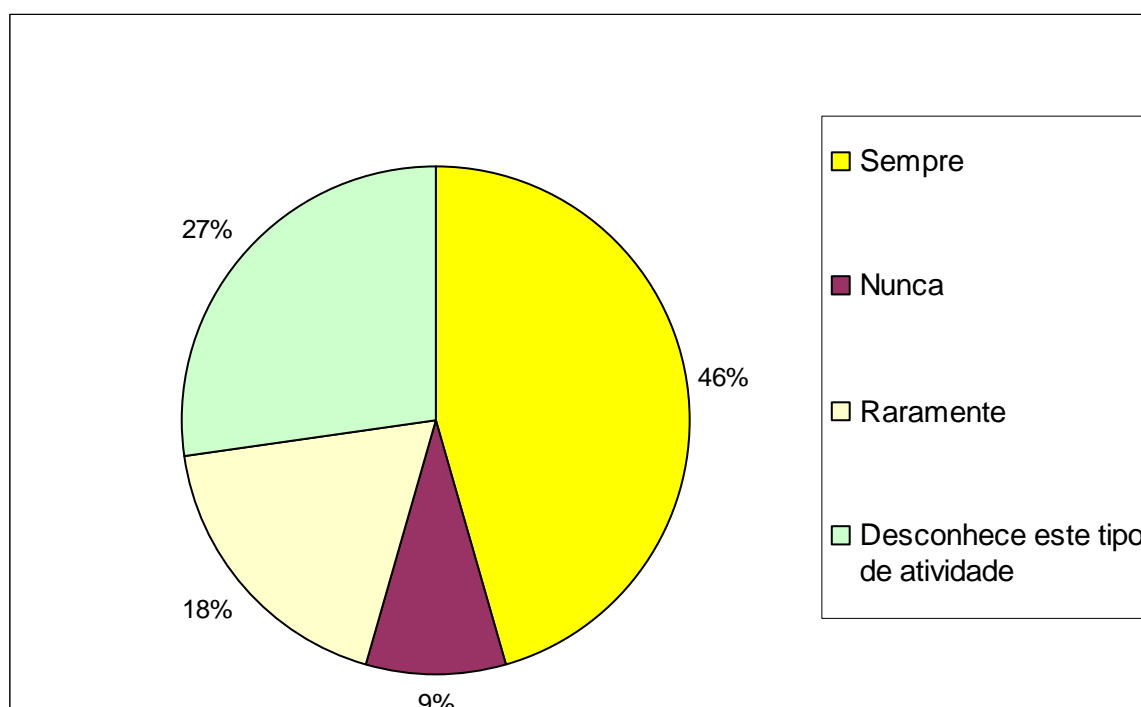
**Gráfico 58 - Gravidez na família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



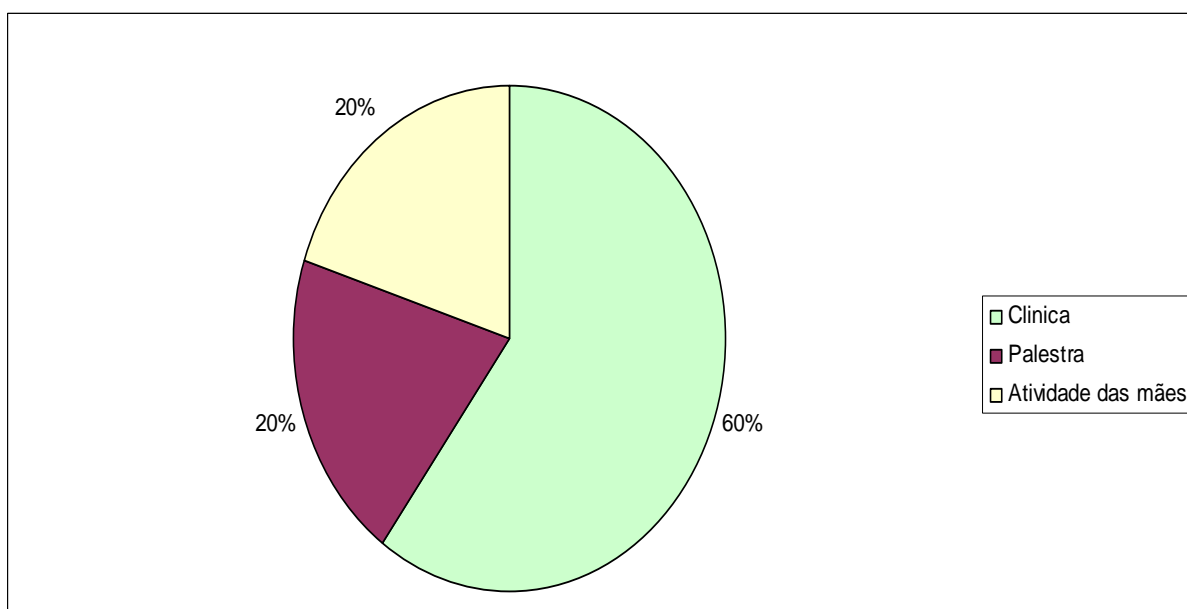
**Gráfico 59 - Consulta pré-natal**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 60 - Participação da gestante em atividades e programas**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

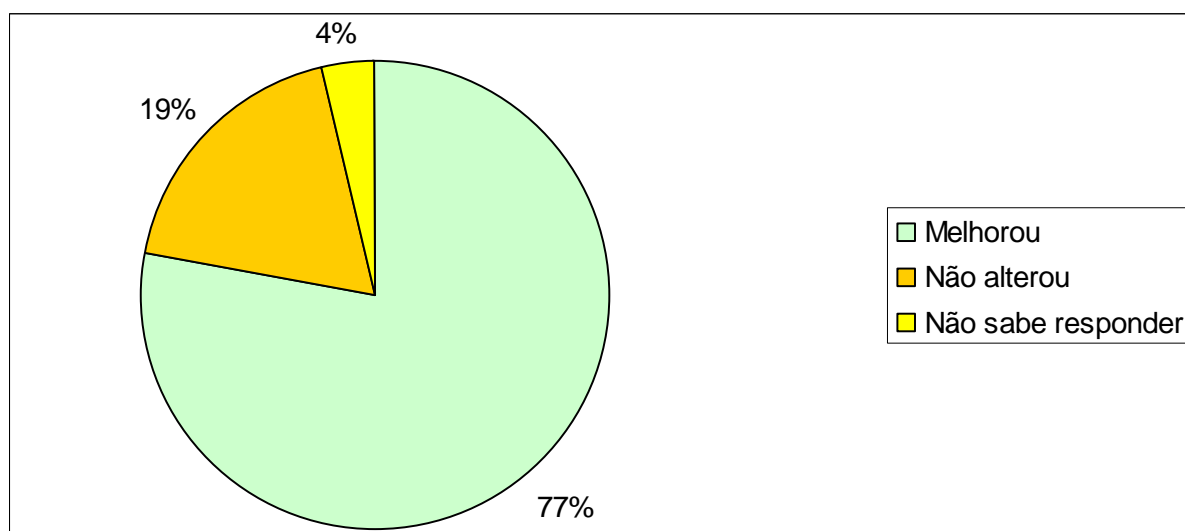


**Gráfico 61 - Programas e atividades para as gestantes**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Conforme o gráfico 58 apenas 6% dos entrevistados têm em sua família alguma pessoa grávida. Destas, 82% recebem acompanhamento a cada mês, e 18% restantes a cada dois meses.

Apresenta-se, no gráfico 60, a indicação de que 46% das gestantes participam de algum programa de aleitamento materno e promoção da alimentação saudável e, de modo estranho ao programa, 36% dizem desconhecer ou nunca ter participado de qualquer programa dirigido às gestantes. Observando-se, porém, no gráfico 61, que 60% do total das famílias entrevistadas as mulheres gestantes participam de programas de saúde na Clínica da Mulher e da Criança.

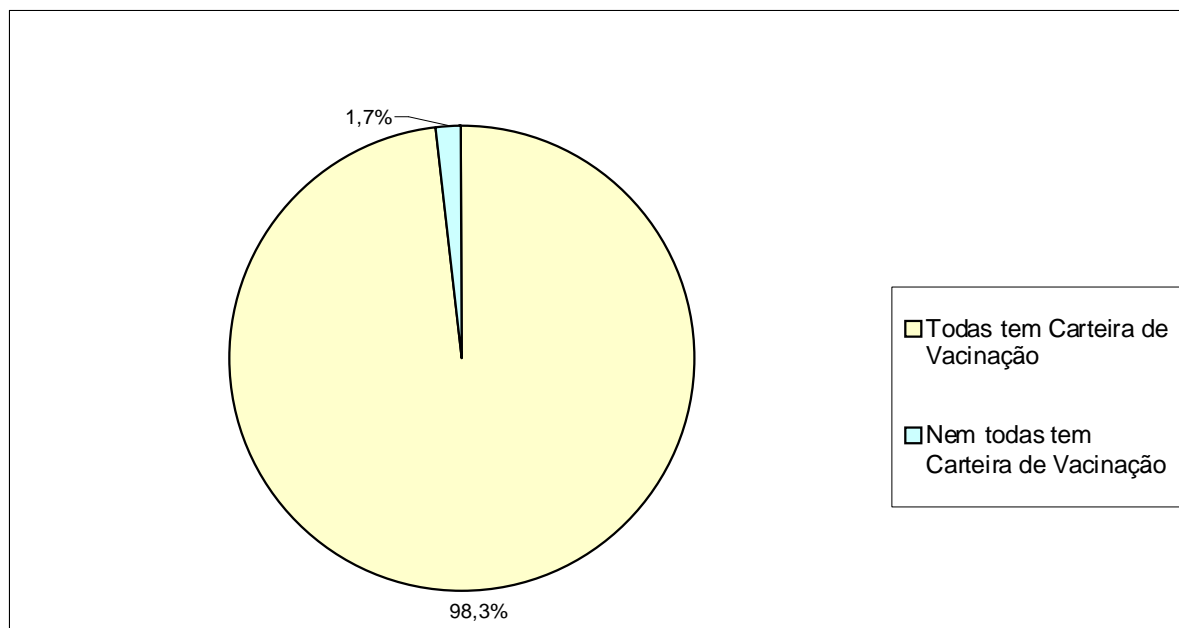


**Gráfico 62 – Saúde da família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

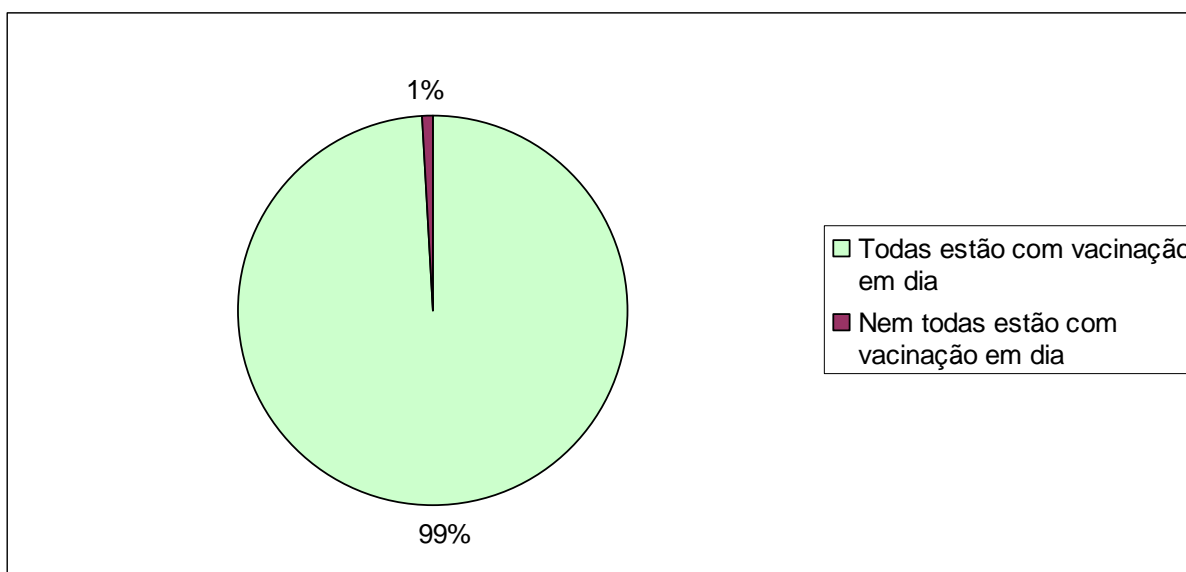
O gráfico 62 indica que 77% dos entrevistados acreditam que a saúde da família melhorou após o ingresso no PBF. Considera-se este, um dado importante porque demonstra que as famílias atendidas pelo programa já tem acesso a políticas de saúde, implicando, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida.

Aliado a este fator, destaca-se, também, que o benefício recebido é utilizado pelas famílias preferencialmente em itens como alimentação, vestuário, educação e saúde, conforme exposto no gráfico 24, fatores que de certa forma interferem na saúde da família.



**Gráfico 63 - Carteira de vacinação**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 64 - Calendário de vacinação**

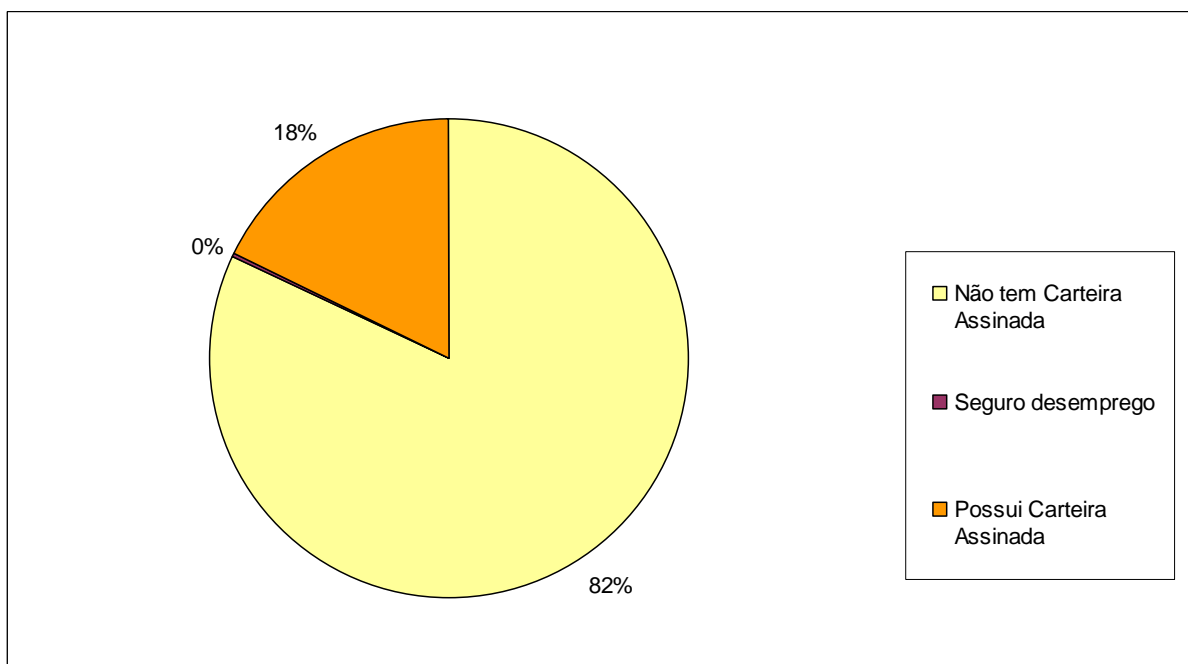
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Com relação à carteira de vacinação 98,3% dos entrevistados afirmaram que todas as crianças da família a possuem. É interessante observar que nesta mesma linha, o gráfico 64 demonstra que 99% das crianças estão com a carteira de vacinação em dia, o que demonstra que as famílias vêm cumprindo as condicionalidades impostas pelo programa.



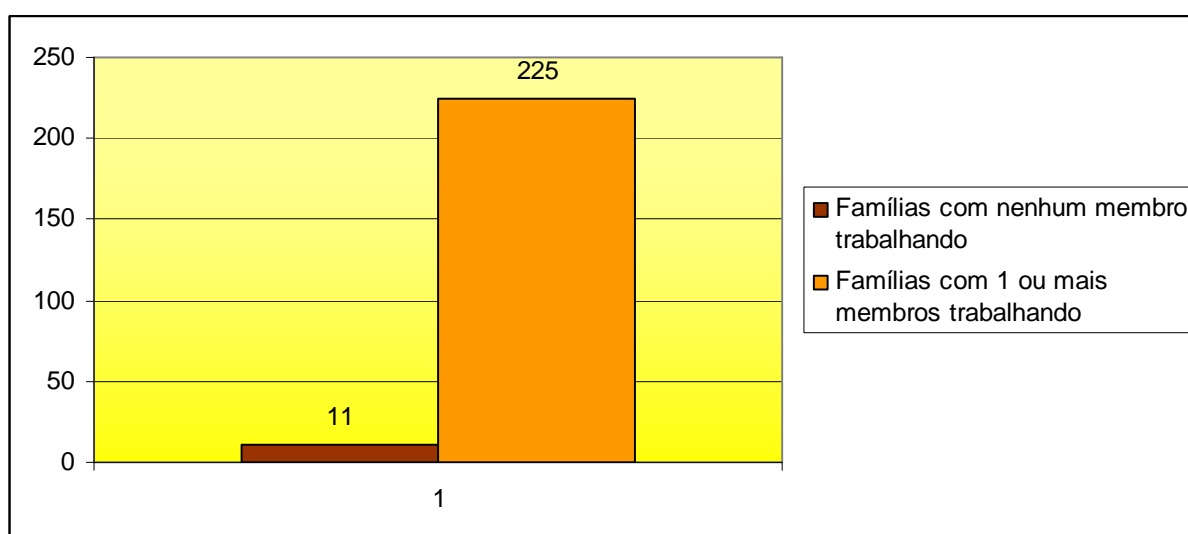
### 2.6.2.7 Ocupação Profissional

Neste item apresentar-se-á informações sobre as condições de trabalho das famílias beneficiadas pelo programa.



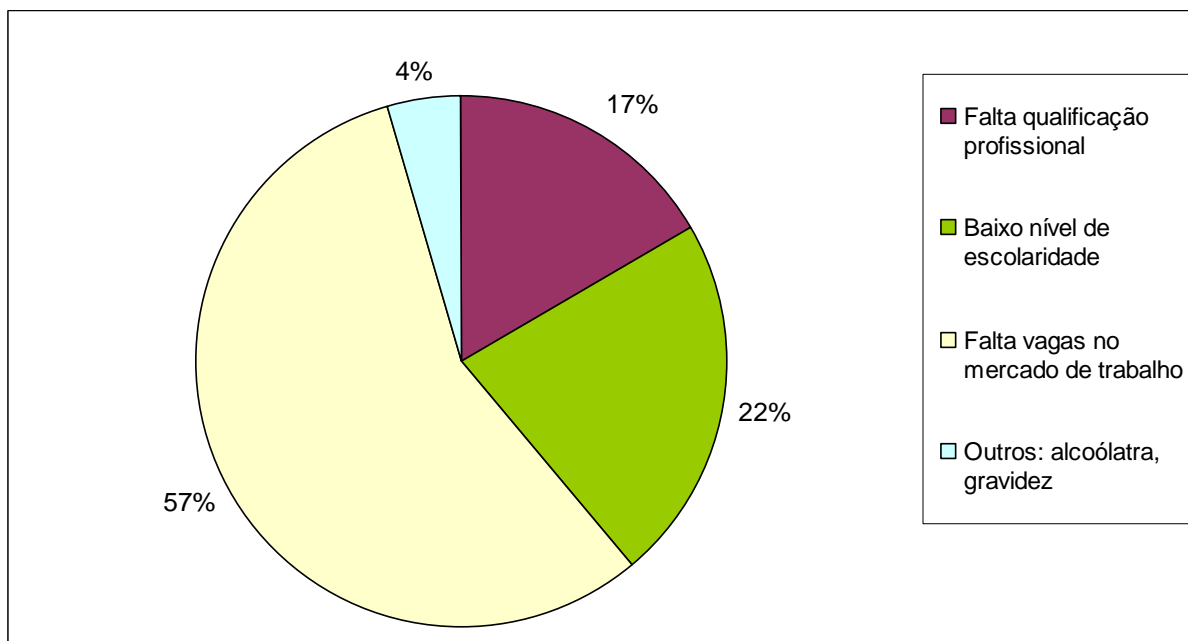
**Gráfico 65 - Carteira de trabalho**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



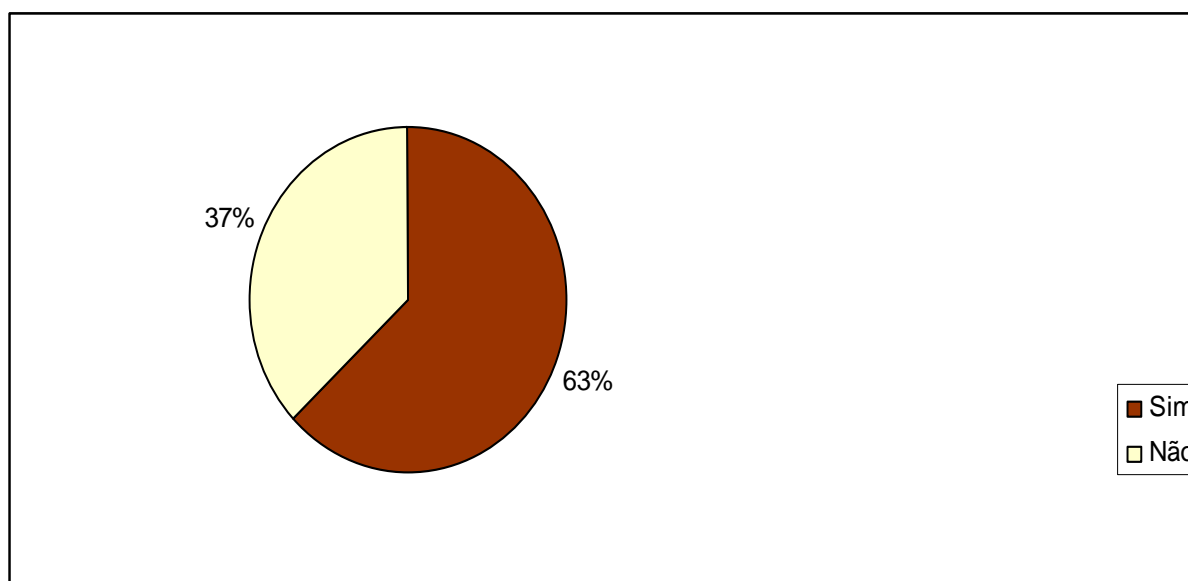
**Gráfico 66 - Famílias inseridas no mercado de trabalho**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



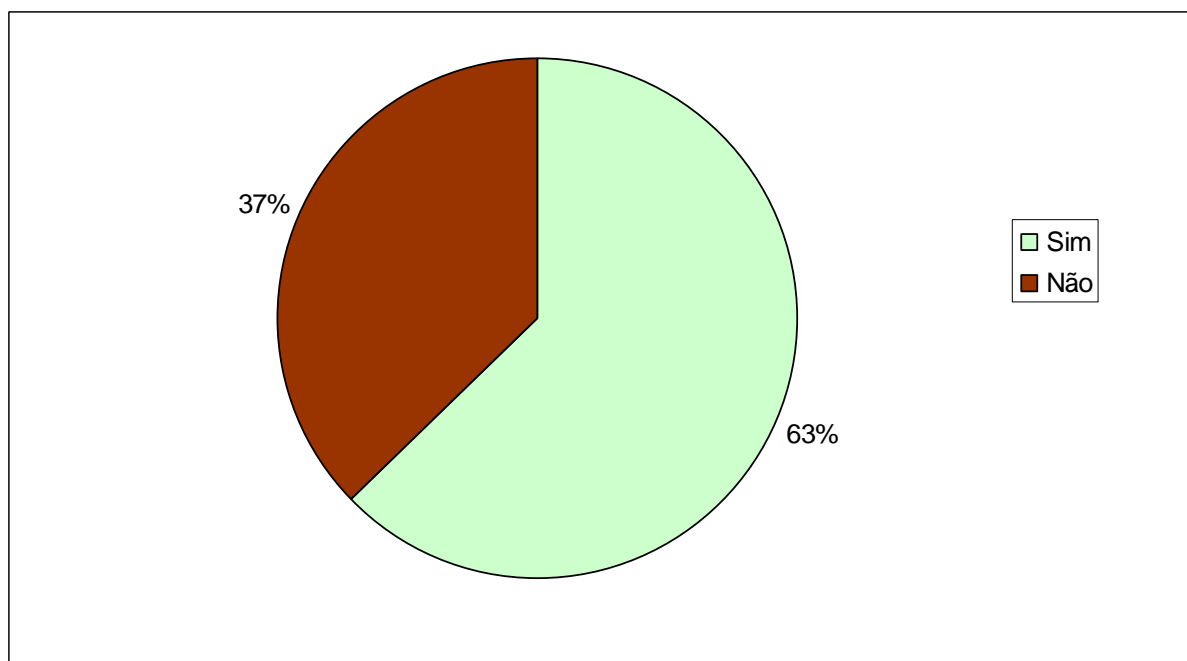
**Gráfico 67 - Fator determinante para desemprego**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



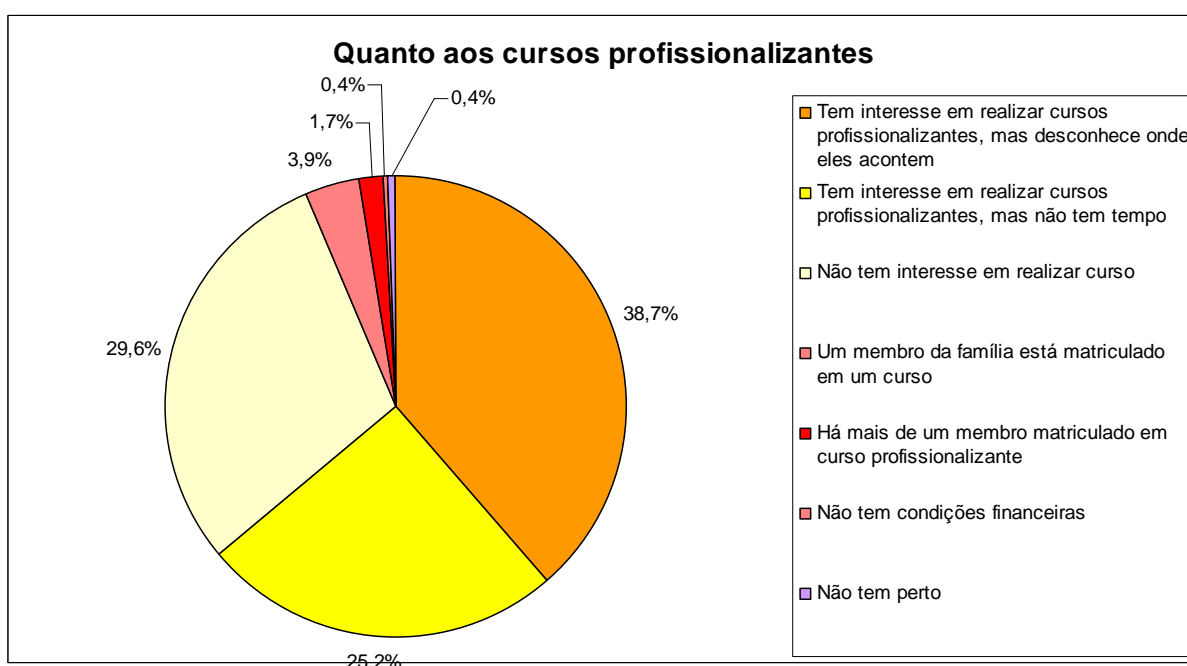
**Gráfico 68 - Procurou ocupação profissional nos últimos 30 dias**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 69 - Após recebimento do benefício alguém deixou de trabalhar**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 70 - Cursos profissionalizantes**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Com relação ao desemprego 57% dos entrevistados apontam a falta de vagas no mercado como fator determinante, seguido de 22% de baixo nível de

escolaridade, 17% a falta de qualificação profissional e 4% indicam outros fatores como alcoolismo, gravidez, conforme apresentado no gráfico 67.

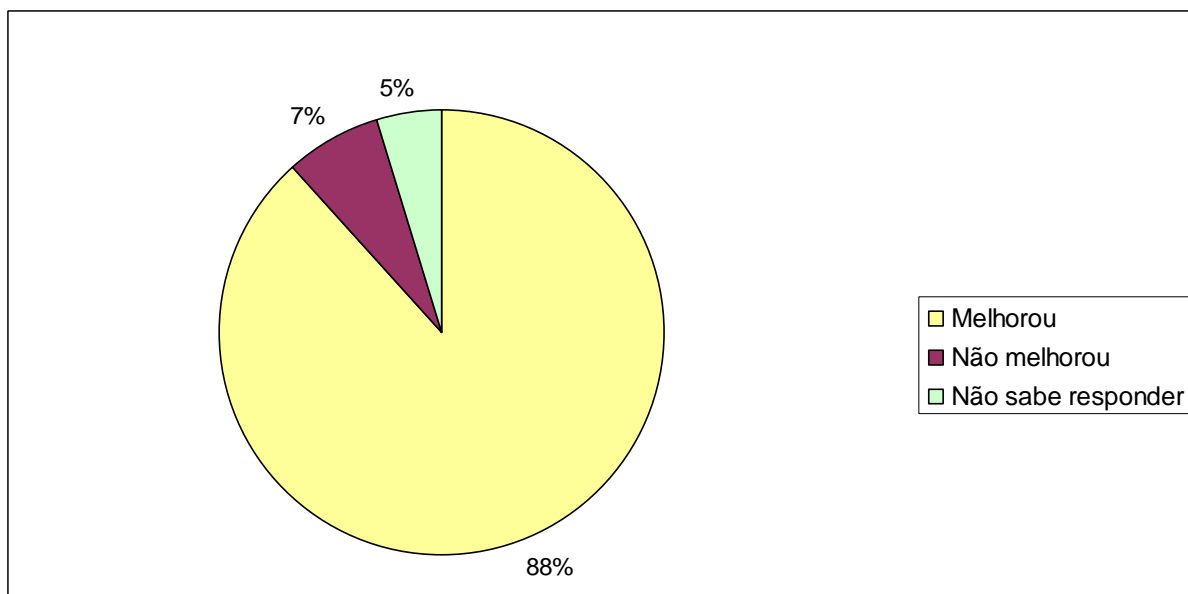
Ainda com relação aos desempregados, conforme apresenta o gráfico 68, 63% procuraram emprego nos últimos trinta dias. Dos entrevistados 82% afirmaram que não têm carteira de trabalho assinada enquanto que 18% trabalham com registro em carteira de trabalho. Das famílias entrevistadas 95% possuem um ou mais membros trabalhando e apenas 5% afirmaram que todos os membros da família estão desempregados.

O gráfico 69 aponta que 98% dos entrevistados afirmaram que ninguém deixou de trabalhar ao receber o benefício do PBF, o que demonstra que o benefício não gera acomodação por aqueles que o recebem. Conforme apresentado no gráfico 4 para as mulheres, titulares do cartão, o acesso fica ainda mais restrito se aliado a tarefas como cuidar da casa e dos filhos.

Quanto aos cursos profissionalizantes, conforme gráfico 70 apenas 3,9% das famílias entrevistadas têm um membro matriculado em algum curso profissionalizante e 1,7% tem mais de dois membros matriculados. Destacam-se os 38,7% que tem interesse em participar de atividades ou cursos profissionalizantes, mas os desconhecem ou não sabem onde os mesmos acontecem. Este dado revela a necessidade de se desenvolver trabalho informativo ou mesmo de cadastramento e colocação das pessoas interessadas em cursos profissionalizantes ou de alfabetização.

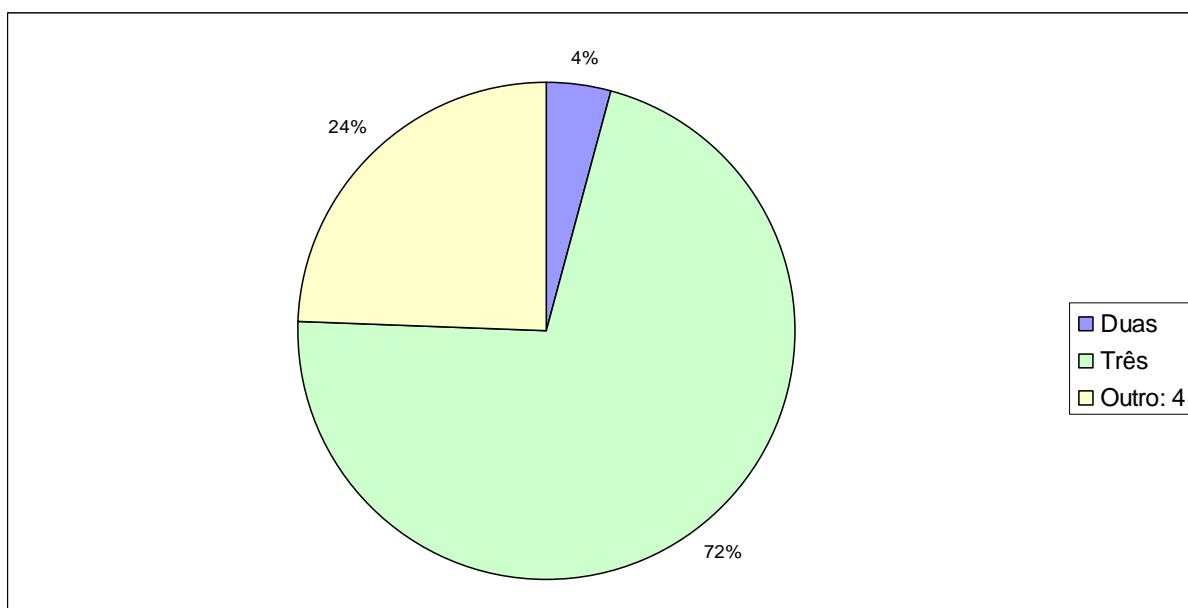
#### 2.6.2.8 Alimentação

Neste item apresentar-se-á dados referentes a alimentação das famílias beneficiadas pelo PBF.



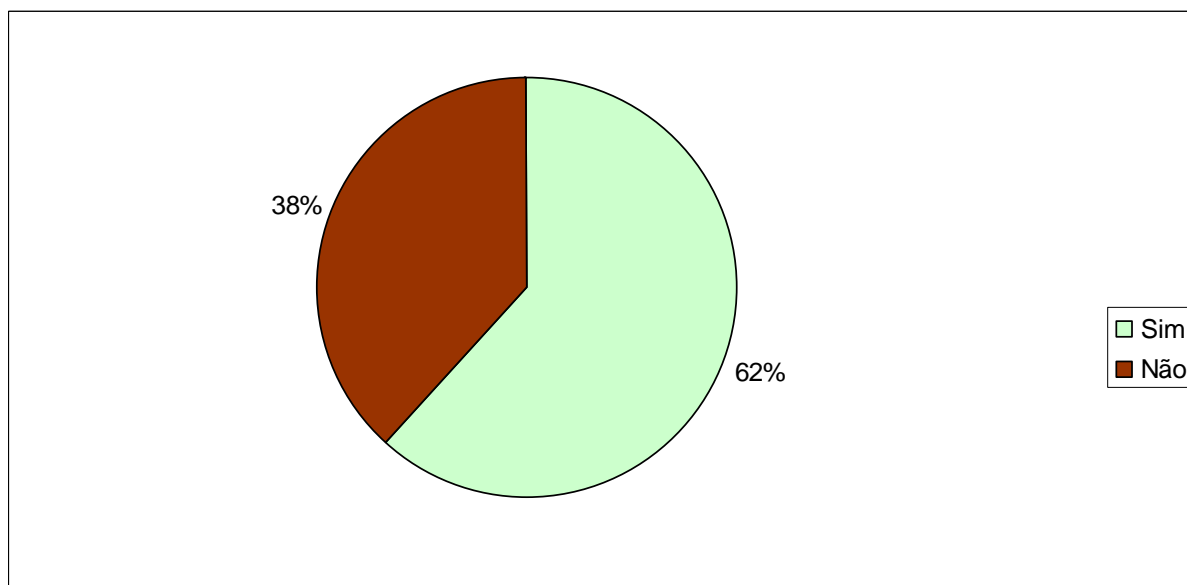
**Gráfico 71 - Qualidade da alimentação após recebimento do benefício**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



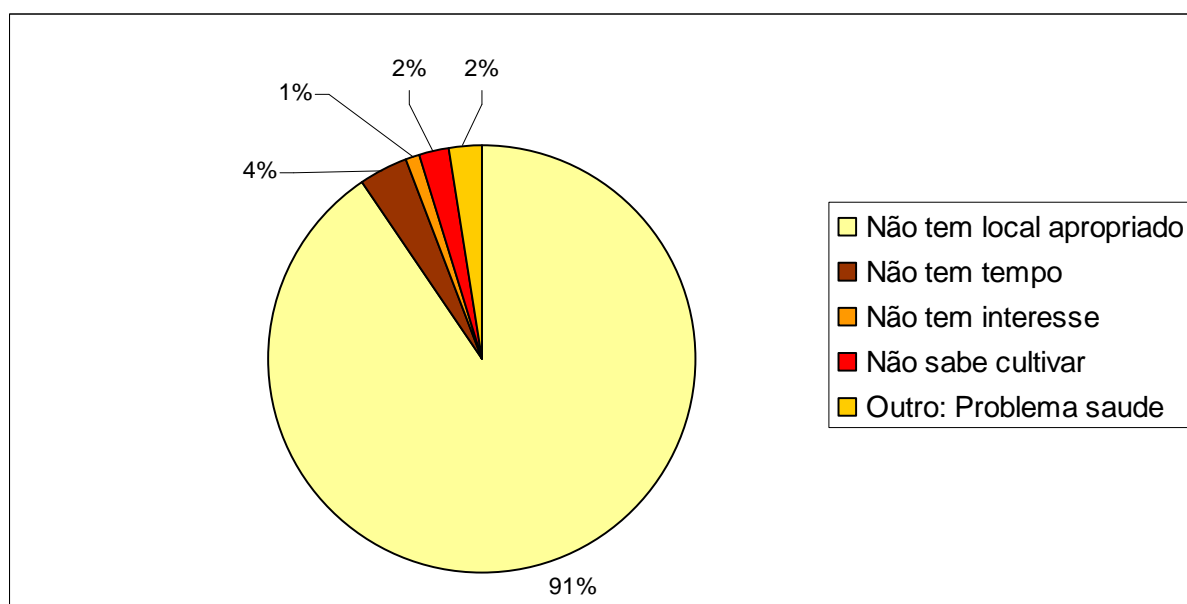
**Gráfico 72 - Média de refeições da família por dia**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 73 - Horta no domicílio**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

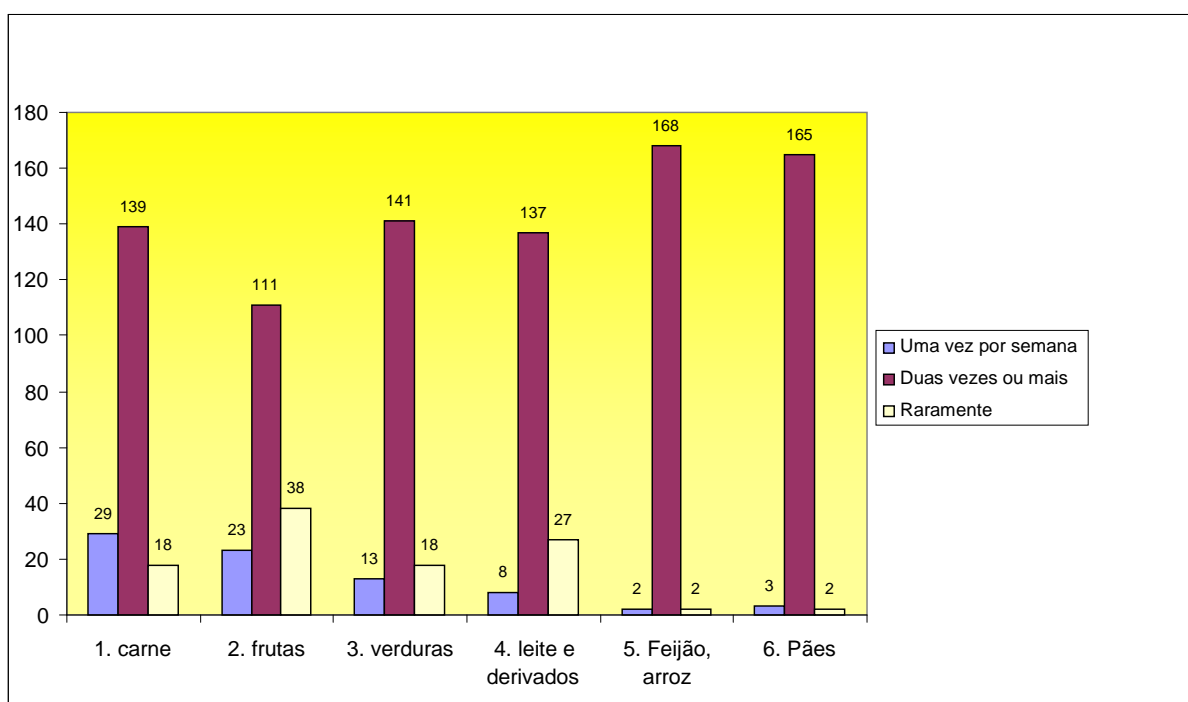


**Gráfico 74 - Motivo por não ter horta no domicílio**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Após o recebimento do benefício a alimentação da família melhorou para 88% das famílias entrevistadas. Observa-se, ainda, no gráfico 72, que 72% das famílias realizam pelo menos três refeições por dia. Importante destacar que conforme apontado no gráfico 20, o benefício recebido é gasto prioritariamente em alimentação em 86,5% das famílias.

Quanto a existência de horta caseira, 62% das famílias afirmaram que cultivam algum tipo de verdura, legumes ou condimentos para o autoconsumo. O número significativo de famílias que possuem horta caseira aponta para a necessidade de investimento em ações que apoiem e orientem a produção. Das famílias que não possuem horta caseira 91% afirmaram não ter local apropriado para o plantio, pois moram em locais extremamente reduzidos e, além disto, animais soltos na região devastam o pouco que é cultivado antes mesmo de sua colheita.



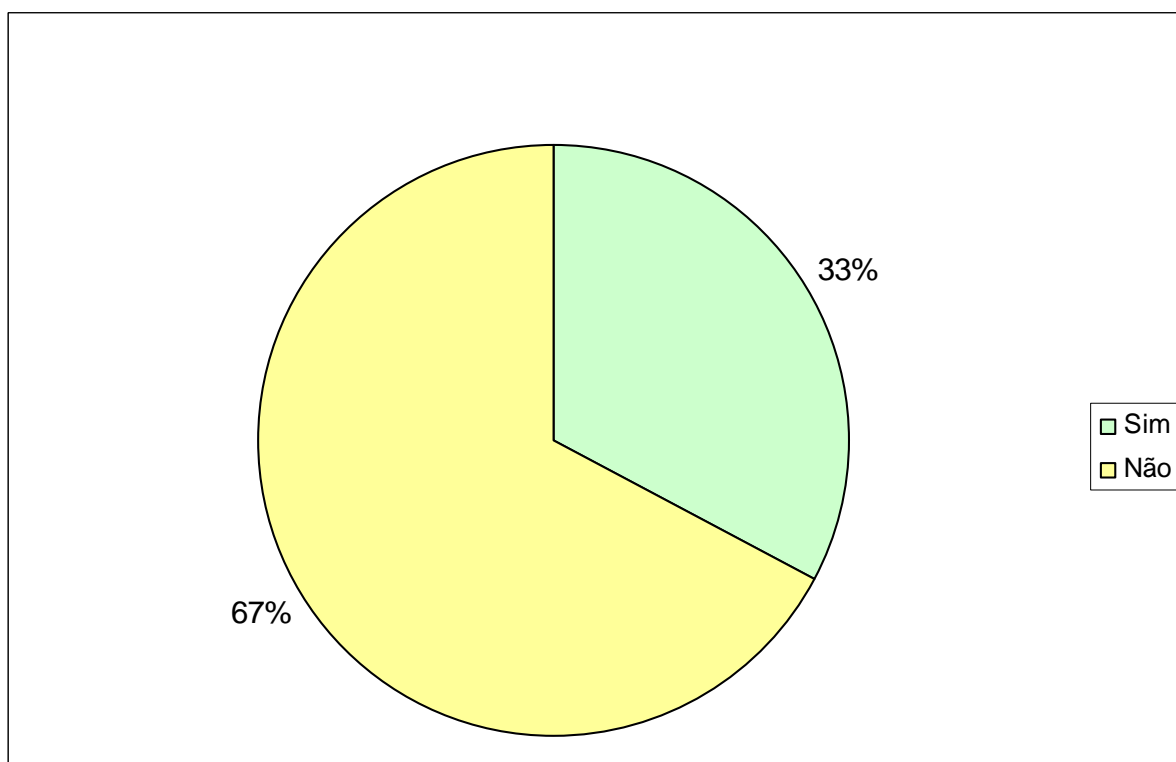
**Gráfico 75 – Quadro resumo alimentação da família**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Quanto aos tipos de alimentos e a frequência na mesa dos cadastrados no PBF, fez-se um gráfico resumo para que este pudesse passar uma visão geral de como vêm se alimentando os entrevistados. De modo geral, percebe-se que a alimentação foi uma das maiores beneficiadas com a inclusão do PBF, com o objetivo de aliviar a pobreza e a fome dos brasileiros com menor qualidade de vida.

### 2.6.2.9 Programas e atividades

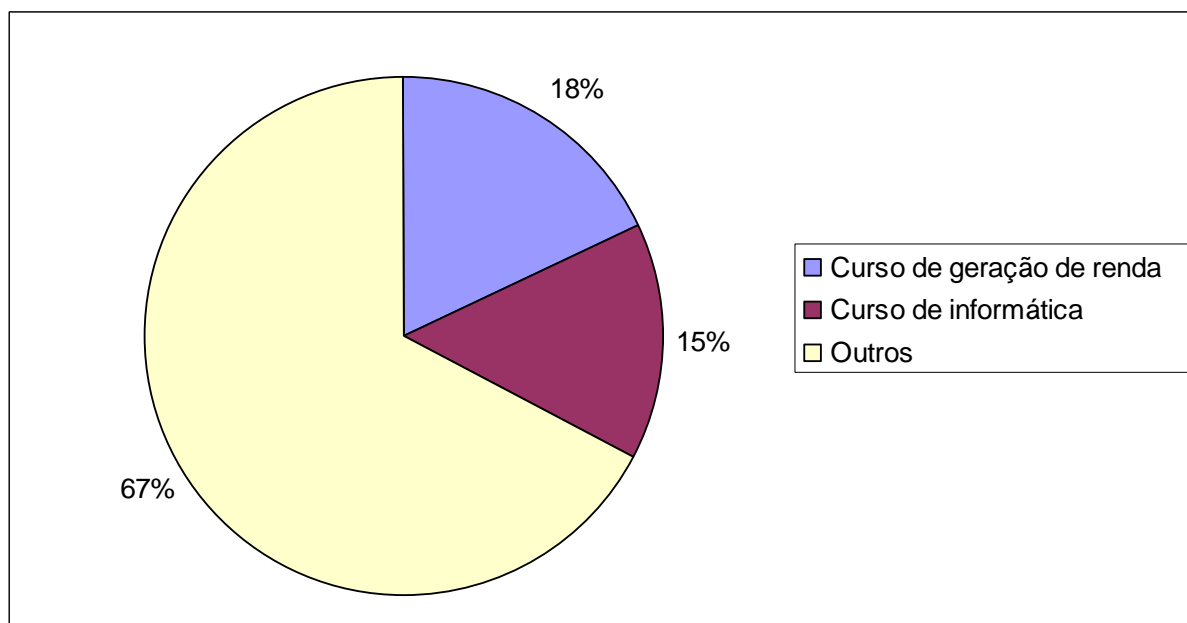
Destaca-se neste item dados referentes a programas e projetos sociais com ênfase nas variáveis: inserção das famílias atendidas pelo PBF em programas e projetos sociais, órgão/instituição responsável pelos programas/projetos e avaliação.



**Gráfico 76 - Programas e projetos sociais**

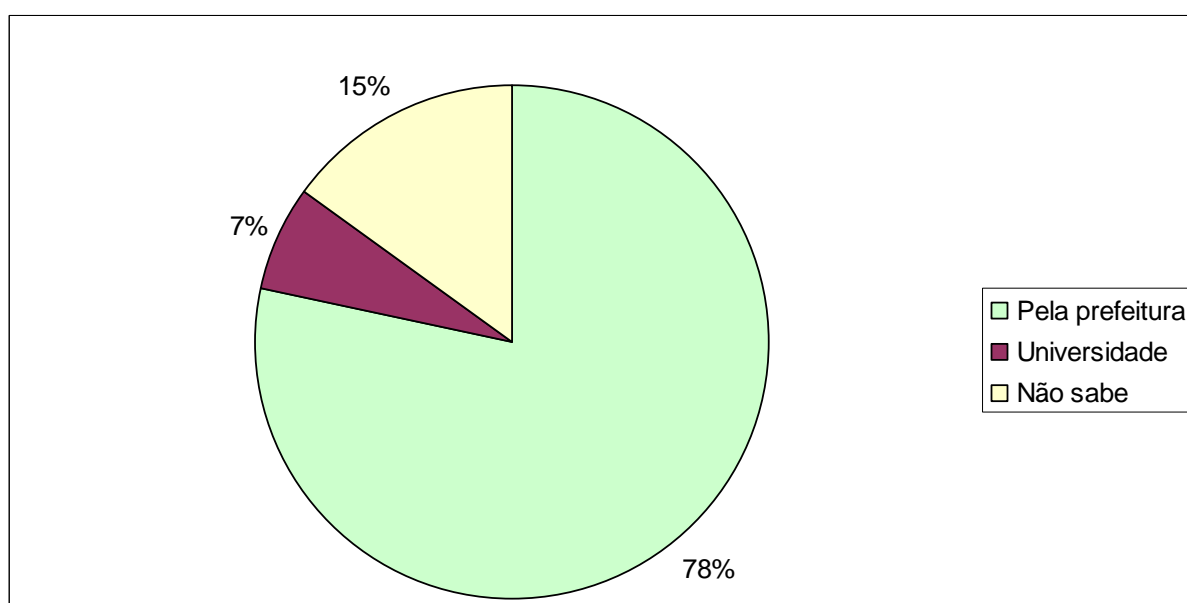
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)





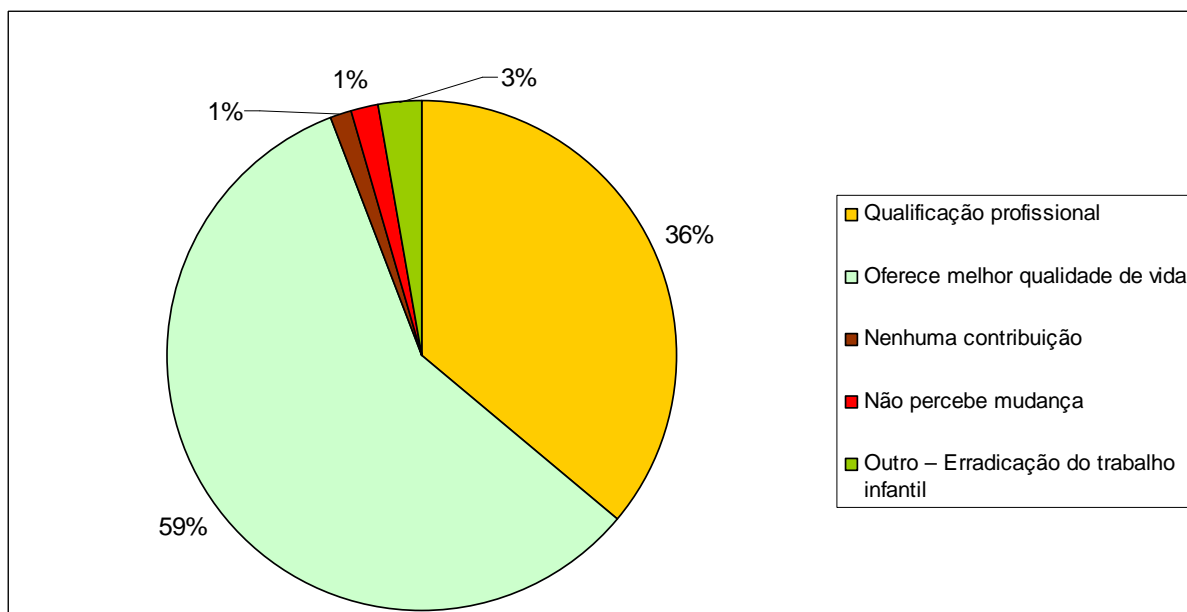
**Gráfico 77 - Programa ou projeto social que a família participa**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



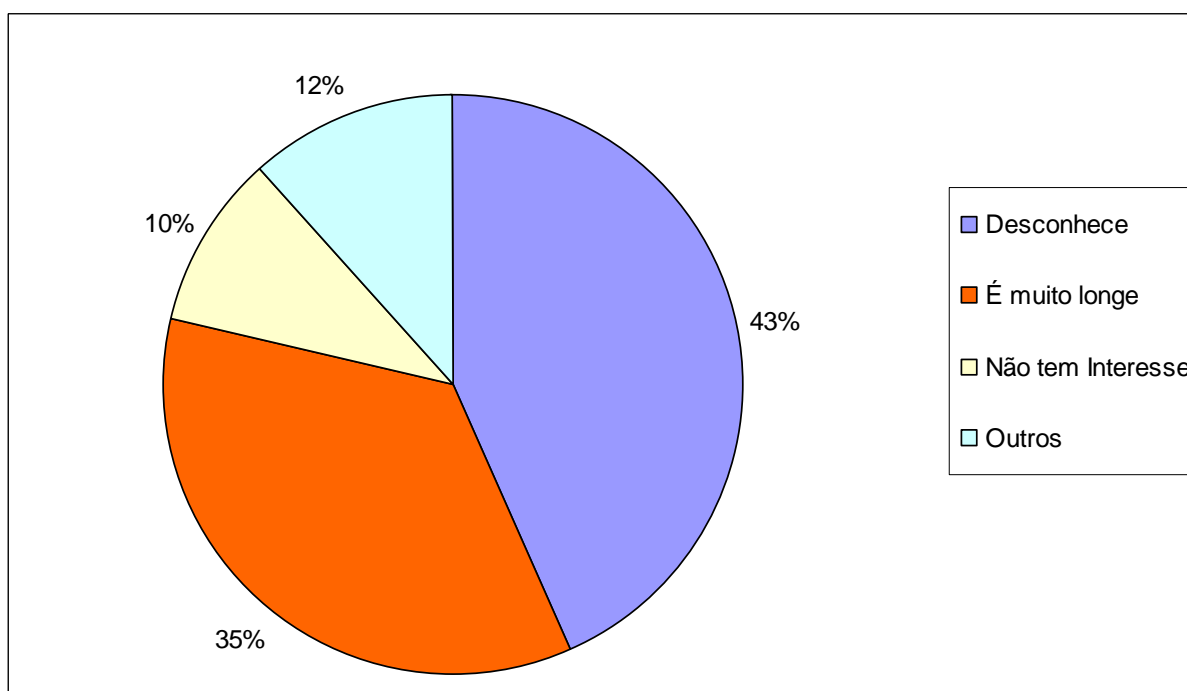
**Gráfico 78 - Órgão ou instituição responsável pelo programa ou projeto social**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 79 - Principal contribuição do projeto ou programa social**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)



**Gráfico 80 - Principal motivo por não participar de programa ou projeto social**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Conforme demonstra o gráfico 76, 67% das famílias não participam de projetos sociais. No entanto, o gráfico 77 indica que das famílias que participam de programas e projetos sociais 67% das famílias estão inseridas em programas

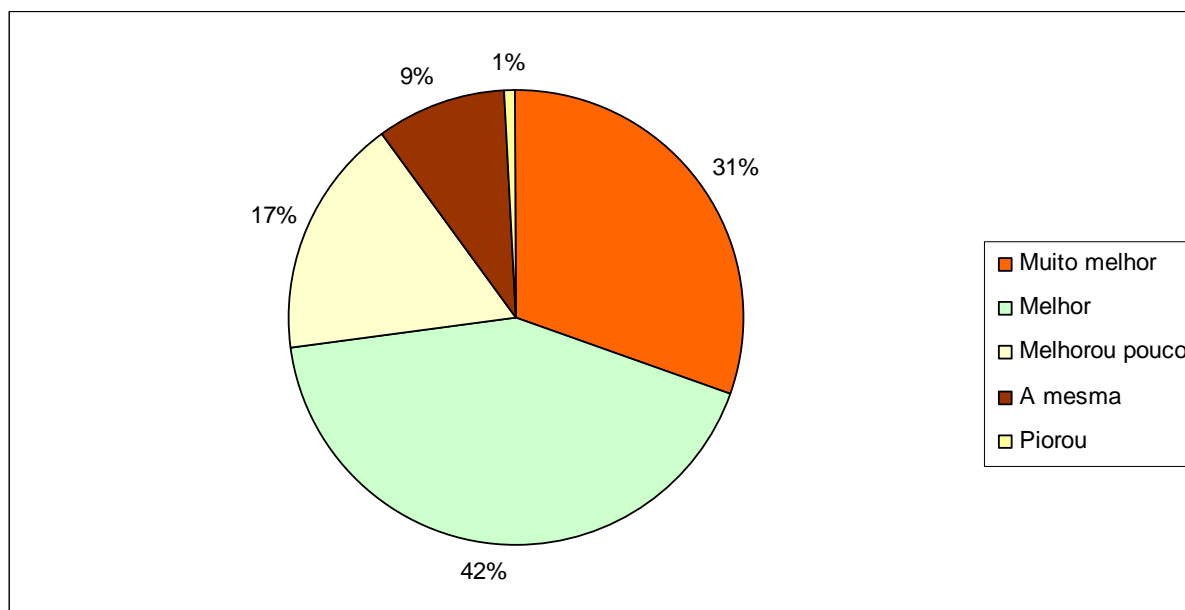
diversos. Observou-se, porém nos dados coletados pela pesquisa que as crianças/adolescentes representam quase a totalidade daqueles que participam em projetos sociais. Entre os projetos citados destacam-se aqueles desenvolvidos nas áreas de esporte, música, dança, Projeto Adolescente Empreendedor, PETI.

Destes programas, 78% são desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Canoinhas, 7% pela UnC, enquanto 15% não souberam informar a instituição responsável, de acordo com o gráfico 78. Com relação à avaliação sobre estes programas e projetos desenvolvidos 97% dos entrevistados afirmaram que proporcionam uma melhor qualidade de vida e qualificação profissional e somente 3% afirmaram que os programas e projetos não oferecem nenhuma contribuição ou mudança conforme disposto no gráfico 79.

Ao serem questionados do porquê não participam de projetos sociais, 43% responderam que não conhecem, enquanto que 35% afirmaram que os cursos são oferecidos muito distante do local onde moram, especialmente para aqueles que residem na área rural.

#### 2.6.2.10 Avaliação do programa

Descreve-se neste item questões referentes à avaliação do PBF sob a ótica das famílias beneficiárias pelo programa federal de transferência de RBF e sobre as condicionalidades impostas pelo programa.

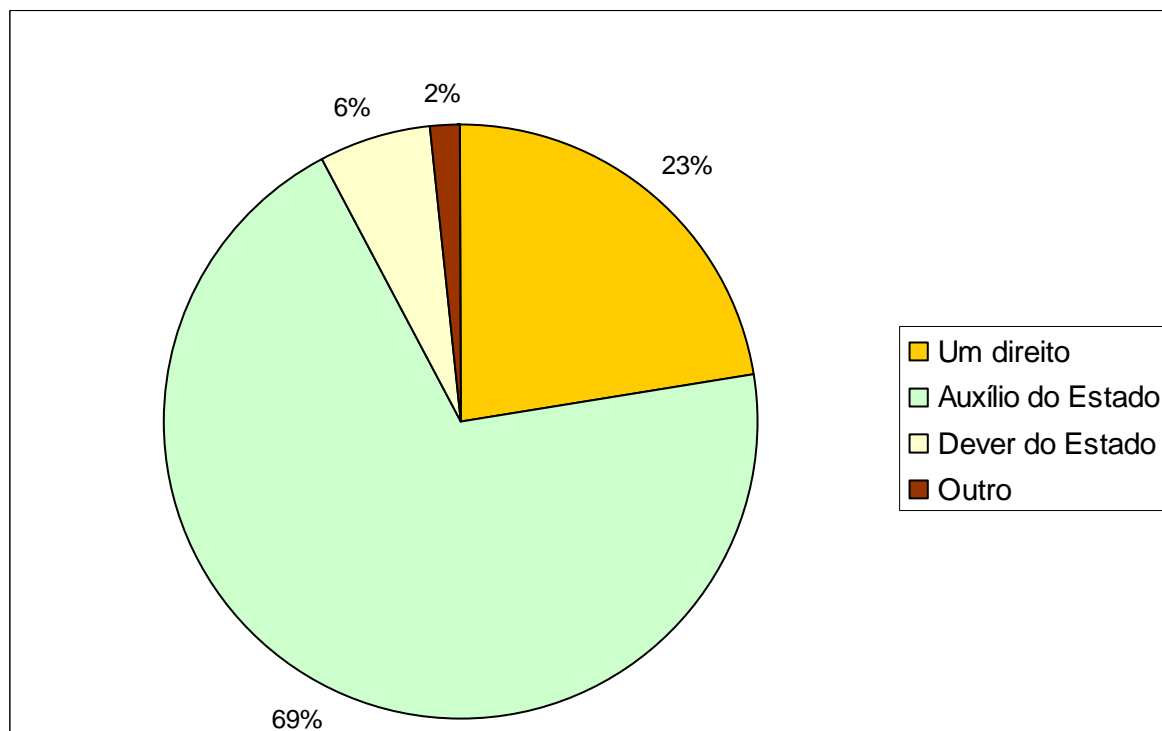


**Gráfico 81 - Avaliação da situação financeira após o recebimento do benefício**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

O PBF teve uma avaliação positiva por parte dos entrevistados. Somando aqueles que avaliaram que a situação financeira está “melhor” ou “muito melhor” totalizou-se 73% dos entrevistados, enquanto que 17% informaram que a situação financeira melhorou pouco.

Apenas 1% avaliaram que a situação financeira da família piorou após o recebimento do benefício.

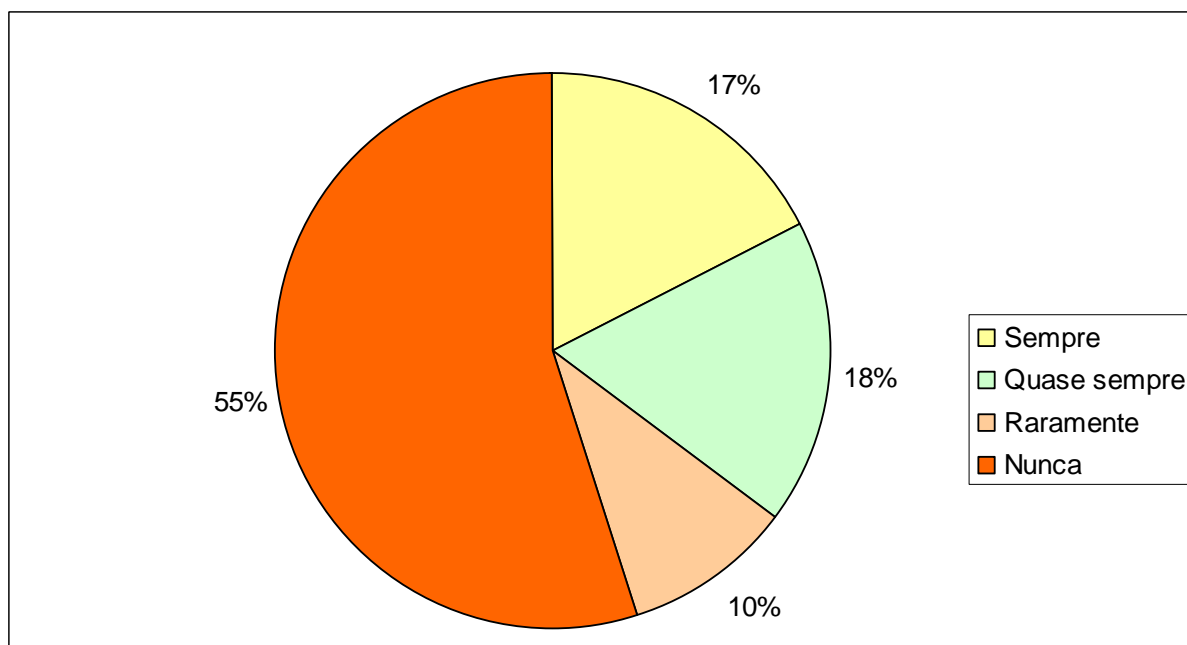


**Gráfico 82 - Análise do benefício**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Para 69% dos pesquisados o benefício é considerado como uma ajuda, seguindo, portanto, a lógica clientelista e paternalistas que historicamente marcou os programas governamentais.

No entanto, uma parcela significativa de 23% informou que o benefício recebido é um direito e revelam ter noções de cidadania e responsabilidade para com os demais atores sociais.

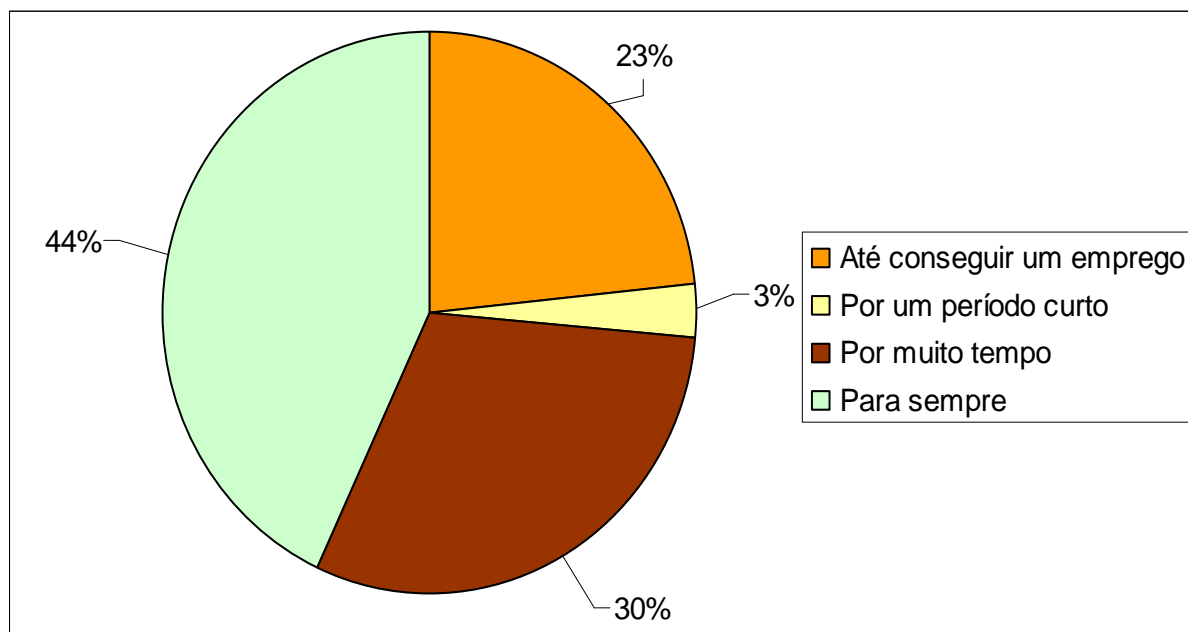


**Gráfico 83 - Cumprimento das condicionalidades do programa**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

De acordo com o gráfico 83 pode-se observar que 55% dos pesquisados desconhece a existência ou a exigência de um acompanhamento das condicionalidades do programa.

Porém, 17% conhecem este processo, enquanto que outros 18% tiveram “quase sempre” acompanhados e 10% raramente sentiram a presença ou o acompanhamento do programa.



**Gráfico 84 - Tempo de recebimento do benefício**

Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Com relação ao tempo de recebimento do benefício, 44% dos entrevistados responderam que gostariam de receber o benefício para sempre, seguido de 30% por muito tempo, 23% até conseguir um emprego e 3% por um curto período de tempo.

### 3 CONCLUSÃO

Ao finalizar a presente dissertação, destacam-se considerações formuladas a partir do objetivo principal que norteou seu desenvolvimento.

Entende-se que os temas da pobreza e da desigualdade social vêm sendo discutidos amplamente por vários setores da sociedade, enfatizando-se as políticas sociais como canais para o desenvolvimento e a inclusão social

Cabe destacar, que um dos papéis que vem sendo redefinido pelo Estado é o de seguir as exigências do próprio sistema capitalista. Neste sentido, entende-se que as transformações econômicas e sociais, expressas em fatores como a globalização dos mercados, os avanços tecnológicos, as novas relações de produção, bem como, do processo de industrialização, provocaram conseqüências de modo a produzir uma nova organização político-administrativa do Estado, resultando no avanço das políticas sociais.

Com a crise econômica que se instaurou no mundo na década 1970, ressurgem, sob a ótica liberal, as discussões sobre o papel do Estado e das políticas de proteção social para o processo de desenvolvimento.

Seguindo o curso deste pensamento, observa-se que diante dos efeitos da reestruturação do Estado e dos processos produtivos, sinalizados em uma série de fatores como cortes nos gastos sociais, desemprego, precarização das relações de trabalho, os indivíduos que até então estavam relativamente protegidos na fase de crescimento econômico, foram, nesta nova ordem, levados à condição de pobreza.

Por sua vez, essas mudanças praticamente determinaram que se pensasse na implantação de estratégias para promover o desenvolvimento social, impulsionado pelas novas exigências do capital e da sociedade.

Retoma-se a idéia central sobre o papel do Estado, como responsável em oferecer alternativas para os desequilíbrios sistêmicos. Torna-se evidente a necessidade de um conjunto de medidas articuladas, tanto econômicas, quanto sociais que favoreçam a inclusão social, considerando-se que a pobreza é um problema que atinge a sociedade como um todo e não apenas ao indivíduo afetado pelas carências sociais, econômicas, políticas, entre outras.

Conforme exposto anteriormente (referencial teórico), no Brasil, a fragilidade das políticas sociais implantadas ao longo da história, fez com que amplos



segmentos da sociedade ficassem desprovidos do atendimento básico às suas necessidades, até mesmo, as mais imediatas.

Ao se reconhecer essa dívida social histórica e com a perspectiva de resgatar a dignidade de pessoas que vivem excluídas, é que foram adotadas, nas últimas décadas medidas para promover a inclusão social destes segmentos. Este fato pode ser observado a partir de 2001, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando foram ampliados os programas de transferência de renda, com a implantação de programas tais como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Estes programas foram intensificados no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), cujas prioridades definidas foram o enfrentamento da fome e da pobreza, tendo como estratégia principal a unificação dos programas de renda existentes, o que resultou na criação do Programa Bolsa Família, em 2003.

Considerando sua magnitude, tanto orçamentária quanto de abrangência nacional, o programa vem sendo alvo de debates por vários segmentos da sociedade. Por críticos, é visto como um programa assistencialista e que gera acomodação. No entanto, estudos têm mostrado o impacto que o PBF causa na vida dos beneficiários e na economia local. Estes apontam que além do alívio imediato da pobreza, a injeção de recursos por meio da transferência direta de renda às famílias proporciona à economia local significativo efeito, transformando-se em aumento dos níveis de consumo, bem como na possibilidade de iniciativas como cooperativas. Um exemplo a ser citado é o projeto desenvolvido no município de São Francisco de Assis (RS), no qual jovens carentes com idade entre 18 e 24 anos e mulheres beneficiadas pelo PBF administram uma incubadora de cooperativa, denominada Incubadora Popular na Querência do Bugio. Tal incubadora é desenvolvida pela Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e Missões em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social deste município.

Não obstante, estudo realizado pelo professor Rodolfo Hoffmann (2009), da Universidade Estadual de Campinas, apresentado em 07 de março de 2008 no 2º Seminário de Análises dos Resultados Nacionais por Amostra de Domicílios do IBGE, demonstra que o PBF tem um impacto três vezes maior do que o salário mínimo na redução da pobreza. Devido a estas análises, Hoffmann afirma, ainda, que “Se o governo tiver que tomar uma decisão entre um e outro, considero mais eficiente destinar mais dinheiro ao Bolsa Família”.

Diante do exposto, retoma-se a questão inicial e que norteou esta pesquisa, a de avaliar o impacto socioeconômico na realidade das pessoas inseridas neste programa no município de Canoinhas (SC)

Após pesquisa em bibliografia pertinente e em campo, pode-se perceber que o programa alterou as condições de vida das famílias em situações de pobreza e extrema pobreza, pois conforme dados coletados na pesquisa, após o recebimento do benefício, houve uma melhoria considerável em indicadores como saúde, educação e alimentação. Também na educação foi reconhecida pelos titulares do cartão uma melhora em itens como rendimento e frequência das crianças na escola, como indicam os percentuais dos gráficos 37 e 38.

No entanto, a vulnerabilidade ainda se expressa nessas famílias pelas condições precárias de moradia, baixa renda familiar, trabalho infantil, somadas à baixa escolaridade e precária inserção no mercado formal de trabalho, fatores que dificultam ou impedem a mobilidade social das famílias. Frente ao gráfico 6, a observação a seguir pode ser vista como uma crítica ao PBF. No entanto, o que se pretende dizer é que há necessidade de se considerar nesta análise, o baixo valor do benefício recebido, que somado à renda da família, em muitos casos não atinge ao estipulado pelo salário mínimo vigente, o que por sua vez dificulta maior índice de mobilidade social.

Por sua vez, o objetivo geral deste estudo, permitiu destacar a necessidade de considerações que se julgam importantes e merecem ir além das já evidenciadas nesta pesquisa. Exemplo disto são os dados coletados e analisados mediante os aportes das reflexões teóricas já existentes e as construídas durante o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional ainda podem ser mais explorados em estudos futuros.

Percebeu-se no que tange às condicionalidades impostas pelo programa que estas constituem em um importante mecanismo para viabilizar a efetivação dos direitos sociais. Neste sentido, a possibilidade das crianças e adolescentes permanecerem na escola e romperem o círculo perverso da pobreza em que estão inseridos, vêm aumentando significativamente. Não obstante, percebe-se que pela primeira vez o país tem uma política seqüencial de transferência sem solução de continuidade desde o FHC o qual tem sido responsável pela diminuição da pobreza e de desconcentração de renda. Políticas que objetivem a diminuição das desigualdades são fundamentais para promover o desenvolvimento. Para um país

que produz riquezas e tem uma concentração de renda histórica como o Brasil, essas políticas são imprescindíveis e fazem parte da história de outros países já desenvolvidos.

No entanto, o programa deve avançar para além das condicionalidades impostas, enfatizando a participação das famílias em ações e programas que promovam a emancipação, ampliem as redes de participação e contribuam para a formação do sujeito em si. Acredita-se, ainda, ser necessário articular as duas dimensões do programa, ou seja, garantir primeiramente direitos que assegurem a dignidade das pessoas na tentativa de suprir as necessidades de ordem básica e as de ordem emergentes: como o direito à alimentação e saúde e em um segundo momento, auxiliar na promoção da dimensão emancipadora, criando condições, mesmo que a longo prazo, para que as futuras gerações vislumbrem perspectivas múltiplas que lhes permitam cambiar e socializar os saberes por todos os cidadãos.

Outro ponto que merece destaque no programa refere-se à autonomia oferecida às famílias para utilizar o benefício de acordo com a sua real necessidade. Conforme o exposto, no município de Canoinhas (SC) o benefício recebido apresentou-se como importante mecanismo de acesso das famílias a bens materiais, o que lhes confere mais dignidade, conseqüentemente, este fator os afasta das possibilidades de viver na vulnerabilidade ou ainda de recorrer à solidariedade alheia na constante busca de suprir, no mínimo, suas necessidades básicas, tais como alimentação, remédios, vestuários, que por longos períodos de tempo estiveram restritos a condição financeira. Nesta perspectiva há que se considerar também, que o impacto decorrente deste benefício não é ainda suficiente para superar a pobreza destas famílias, mas lhes permite sair das ruas, ou ainda afastar as crianças do trabalho, inserindo-as na escola. Esta afirmação se deve ao fato de ter-se observado que as famílias beneficiadas pelo PBF utilizam com maior frequência o benefício em itens como alimentação, saúde e educação, o que conseqüentemente reflete na melhora da qualidade de vida.

A transferência direta de renda às famílias tem de início, o efeito psicológico e político de evitar o constrangimento da rede de dependência do assistencialismo tradicional, além de conferir uma conseqüente autonomia em relação ao uso do dinheiro. Assim, a destinação do uso do recurso financeiro passa a ser de responsabilidade do próprio beneficiado, agora, inclusive, com o status social de titular de uma conta bancária. Além disso, outros efeitos são positivos quais sejam: o

de acabar com a presença do atravessador, evitando tanto a corrupção quanto a interferência do político clientelista que reproduz o assistencialismo e a execrável dependência eleitoral. Além deste fator, estimula o movimento das economias locais, gerando renda local, desconcentrando a riqueza dos grandes centros urbanos, onde se localizam os centros de abastecimento que, com as atuais políticas de transferência de renda, são substituídos por fornecedores locais, onde moram os beneficiados. Somando-se a isso, confirmam-se a tese nada recente de que políticas de distribuição de renda têm efeito de dinamizar a economia, porque aumentam a circulação monetária.

Com relação ao trabalho, no âmbito do senso comum o conceito sobre programas desta natureza, é entendido como gerador de acomodação dos assistidos. Entretanto, os resultados apontam noutra direção. Pode-se, também observar que a maioria dos entrevistados afirmou que não foi possível deixar de trabalhar ao receber o benefício, ao contrário, afirmam que há a necessidade de continuar trabalhando para suprir as necessidades imediatas, porém por falta de vagas ou de qualificação profissional, estes continuam sem emprego fixo ou fazendo parte do grupo que permanece na informalidade. Ao concluir esta pesquisa há que se registrar que 95% das famílias possuem um ou mais membros trabalhando, ou seja, o PBF não tem impacto negativo sobre a oferta de trabalho. Isto mostra que o problema não reside na acomodação das pessoas, mas em fatores como os já descritos anteriormente, na pouca qualificação profissional, bem como na baixa escolaridade, o que dificulta a inserção no mercado onde há empregos e cargos com melhor remuneração.

Ao fazer tal constatação, percebeu-se a importância e necessidade de políticas de geração de emprego e renda, bem como, cursos de profissionalização a fim de preparar estas pessoas para os desafios impostos pelo atual mercado de trabalho que está sendo atingido por uma crise mundial que de algum modo atingiu mesmo as classes mais desfavorecidas. Conforme apresentado na pesquisa, foi possível observar que há um número significativo de famílias que não conseguiram superar o estado de pobreza no meio onde estão inseridos recebendo o benefício desde a implantação do programa. Isto permite afirmar que o PBF, por si só, não garante índices satisfatórios de mobilidade social às famílias.

Isso mostra, mais uma vez, a importância das políticas sociais para o processo de desenvolvimento e equilíbrio do sistema, interferindo diretamente para a

redução ou ampliação das desigualdades sociais. Não obstante, destaca-se a necessidade da efetiva integração do PBF com as demais políticas públicas, tanto econômicas, como sociais, capazes de promover o desenvolvimento. Seguindo esta linha de argumentação e retomando um dos objetivos específicos é que se verificou na amostra analisada, que o PBF apresenta limitações no que se refere à inserção das famílias em programas complementares e de articulação com as demais políticas sociais. Apesar de o município de Canoinhas oferecer uma estrutura para os usuários da política de assistência social, entre eles os beneficiários do PBF, principalmente no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, instalado em dois bairros da cidade (Água Verde e Loteamento Santa Cruz), ainda há um número reduzido de jovens e adultos que participam dos programas e projetos oferecidos, principalmente aqueles voltados para jovens e adultos.

Deve-se considerar nesta análise, além das restrições financeiras que os programas sociais enfrentam, o fato de que o programa demanda das prefeituras, um esforço operacional, limitando a sua capacidade de acompanhamento e mobilização das famílias beneficiadas.

Ainda assim, vale reconhecer que existe um número significativo de crianças e adolescentes inseridos em programas nas diversas áreas, como esporte, cultura, informática, bem como em programas complementares articulados em nível federal, tais como o PETI e o PROJOVEM.

Outra deficiência identificada refere-se ao pouco conhecimento dos beneficiários sobre o programa, principalmente no que se refere aos direitos e compromissos assumidos para o recebimento do benefício, fortalecendo a idéia de que o benefício é apenas uma ajuda do governo e não um direito assegurado em lei.

Importante destacar também, a necessidade de ampliar o PBF para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e, que nele não se enquadram, por se encontrar no limite de renda estabelecido para o recebimento de tal benefício. Ou ainda, pela própria limitação orçamentária já pré-definida pelo referido programa, de modo que mesmo fazendo parte do grupo de famílias que vivem em situação de risco social, são excluídas do Programa.

Apesar de se reconhecer as limitações do PBF, entende-se também que este é um avanço na luta pelo combate a desigualdade no país, ao inserir segmentos desprotegidos em redes de proteção social e garantir o direito que lhes é

assegurado em lei. O PBF é um indicador de que o processo de desenvolvimento de um país demanda, sobretudo, de vontade política e responsabilidade para avançar-se na consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O PBF é hoje um programa internacionalmente reconhecido pela abrangência dos seus resultados; não há quem o critique internacionalmente. Ele representa uma superação histórica de preconceitos da sociedade e das elites brasileiras, cujas opiniões na maioria das vezes se mostram desfavoráveis ao mesmo, isso porque ainda desacreditavam na sua eficácia. Para citar um exemplo recentíssimo, o insuspeito filósofo estadunidense Francis Fukuyama, concedeu entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, de 15 de fevereiro de 2009, quando reconhece a importância do PBF. O autor afirma que estudos de economistas comprovam o seu sucesso, no entanto, teme que com a crise, um programa desses seja uma das primeiras vítimas.

Quando se reconhece que se trata de um passo importante para diminuir desigualdades e com seus amplos resultados é a superação de uma mentalidade antiga e que vai ajudar no amadurecimento político brasileiro.

Ao finalizar este estudo cabe uma reflexão do poeta e dramaturgo alemão Bertold Brecht: “Para quem tem boa posição social falar de comida é coisa baixa. É compreensível: eles já comeram.”

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Estudos e pesquisas n. 82 – A - questão social no Brasil: um balanço do século XX. In: **Seminário Especial** - Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea. Rio de Janeiro – RJ: **INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos** setembro de 2004

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev. Bras. Ci. Soc.** [[online], 1999, v.14, n.402008-10-02], p.111-141.

ARMAND, Claude. **Raio X das desigualdades**. São Paulo: Ibrasa, 2002.

ALMEIDA, Evaristo. **Programas de renda mínima: inserção social ou utopia**. São Paulo: Educ, 2000.

BACHA, Edmar Lisboa; UNGER, Mangabeira. **Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil: a importância da redistribuição de renda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável. **Desigualdade e pobreza no Brasil** – IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. R. Controle social: instrumentos imprescindíveis na construção da política pública de assistência social. In: **I Fórum Brasileiro**, Belo Horizonte, nov. 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Disponível em: <[http://WWW.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm](http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: ago.2008.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.836**, de 09 de janeiro de 2004 - D.O.U. DE 12/01/2004, p.1. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: dez.2008.

\_\_\_\_\_. **Portaria 666**, de 28 de dezembro de 2005 - Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Diário Oficial Da União - Edição n. 30/12/2005. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Gabinete do Ministro, 2005.

\_\_\_\_\_. LOAS - Lei **Orgânica da Assistência**, 1993. **Coletânea de leis**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Seminário internacional**. Bolsa família: 02 anos superando a fome e a pobreza no Brasil. Brasil: Ministério do Desenvolvimento social e Combate a Fome, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social No Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2 ed. Brasília: Brasiliense, 2003

BUARQUE, Cristovam; CASTRO, Vanessa; AGUIAR, Marcelo. Um pouco da história do bolsa família. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 66, ano XXII, Jul. 2001.

BURBULES, Nicholas Carlos.; TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CAMARGO, José Marcio de. Pobreza e garantia de renda mínima. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26;12; 1991.

CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 42-48. 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O lugar da família na política social. In: **Famílias**: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1999.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COHN, Amélia. Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil. In: **Seminário Especial Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do IPEA** - Estudos e Pesquisas n. 85. Rio de Janeiro, set.2004.

COSTA, Lúcia. O estado brasileiro em discussão: análise do plano diretor da reforma do aparelho do estado governo - FHC: 1996. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p-167-208, versão 1998

CRESS – PR. Conselho Regional de Serviço Social do Paraná. **Norma operacional básica** - NOB/SUAS - Resolução Nº 130, de 15 de julho de 2005. Curitiba.(PR), 2005

\_\_\_\_\_. **Legislação social**. Cidadania, políticas públicas e exercício profissional. 2. ed. atualizada. Curitiba.(PR), 2006



DALBELLO, Liliane; GRÜTZMANN, André (Coords). **Normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade do Contestado** - Universidade do Contestado. Caçador: UnC, 2006. 70p.

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.) **Reforma do estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: Unicamp – IE, 1998.

EUZÉBY, Chantal. A inclusão social: maior desafio para os sistemas de proteção social. In: SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2004.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Reprodução social, – natureza e desenvolvimento das política sociais no Brasil. Cfess – Abepss – Cead – UnB. 2000. [Módulo 4].

FIORI, José Luís. Os moedeiros falsos. In: **Os moedeiros falsos**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997. p. 11-21;

\_\_\_\_\_. Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, a.XIX, n.56, p. 9-22, mar. 1998

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRANCO, Augusto de. **Três gerações de políticas sociais. (2003)**. Disponível em: <<http://www.e-agora.org.br>>. Acesso em: ago.2008.

FUKUYAMA, Francis. Nações fora de lugar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, domingo, a.88, n.29173, p.5. 15 de fevereiro de 2009. [Caderno Mais].

GOHN, Maria da Glória. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em serviço social e política social**. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Cfess – Abepss – Cead – UnB. Classes sociais e movimentos sociais. 2001. [Módulo 2].

GOMES, Fábio Guedes. Conflito e Welfare State. Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 40, n. 2, 2006, p. 203 [ISSN 034-7612].

HERINGER, Rosana Rodrigues. Estratégias de descentralização e políticas públicas. In: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Elaine Cavalcante. **Participação social e gestão pública**. As armadilhas da política de descentralização. Belo Horizonte: EFV, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo. **Bolsa Família alia baixo custo à eficácia na redução da pobreza**. Disponível em: <<http://fomezero-ufrj.blogspot.com/2007/03/bolsa-familia-alia-baixo-custo-eficcia.html>>. Acesso em: jan. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais 2004**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005

IINAE - Instituto Nacional de Altos Estudos. Disponível em: <<http://forumnacional.org.br>>. Acesso em: out. 2008.

IPEA – Instituto de pesquisa econômica e aplicada – Políticas sociais. Acompanhamento e análise, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: jan.2008.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Brasília: Unesco 2001.

\_\_\_\_\_. **América Latina: uma região de risco - pobreza, desigualdade e institucionalidade social**. Tradução de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: Unesco, 2002. [Cadernos Unesco Brasil - Série Desenvolvimento Social 1).

KÖCHE, Jose Carlos. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1997.

KOWARICK, Lucio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, fev. 2003.

LAVINAS, Leda. Pobreza e exclusão social: traduções regionais de duas categorias da prática.. **Econômica**, v.4, n.1, p.25-59, jun.2002 – Impressão: out.2003. Disponível em: <http://www.uff.br/cpgeconomia/v4n1/lavinas.pdf>. Acesso em: dez. 2008.

LONARDONI, Eliana. GIMENES, Junia Garcia; SANTOS, Maria Lucia dos; NOZABIELLI, Sonia Regina. **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_sonia.htm)>. Acesso em: out.2008.

MACHADO, Kenys. Implicações teóricas do conceito de pobreza no combate à pobreza. **Revista Volumen 17, n. 1. abr./jun. 2007**.

MPAS – SEAS. **Capacitação a distância para conselheiros e gestores municipais e estaduais de Assistência Social**. Brasília, v.1, 1999. [Série Diálogos].

MARQUES, Rosa; MENDES, Áquilas. Desvendando o social no governo Lula. In: PAULA, João Antonio de (Org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MELLO, Marinilzes Moradillo. Políticas sociais e políticas de bem-estar: algumas considerações. NTERFACEHS – **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v.2, n.4, Artigo 5, ago 2007. Disponível em: <[http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=4&cod\\_artigo=67](http://www.interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=4&cod_artigo=67)>. Acesso em: jan. 2009.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP**, Caxambu (MG), 20 a 24 set. 2004. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/)>. Acesso em: ago.2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MISHRA, Ramesh. O bem-estar das nações. In: BOYER, Robert; DRACHE, D. (Orgs.). **Estado contra mercados**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p.359-377.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Política social, assistência social e cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira. **Revista Desafios Sociais**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a.1, n.2, Natal (RN): Editora da UFRN, Set. 2003. Disponível em: <[http://www.cpihts.com/2003\\_10\\_19/Iris%20Oliveira.htm](http://www.cpihts.com/2003_10_19/Iris%20Oliveira.htm)>. Acesso em: out. 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do Antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. In: **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, RJ: Vozes, p.19-48, 1998.

PASTOR, Márcia. A democratização da gestão da política de assistência social: fragmentos de um estudo. **Rev. katálysis** [online], v.10, n.2, p.222-227, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802007000200010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: out. 2008.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 2002.

RAICHELLIS, Raquel. **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo: Cortez, 1988.

REIS, Elisa Pereira. Dossiê Desigualdade: apresentação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol.15 n.42. Feb. 2000.

ROCHA, Marlene da (Org.). **Segurança alimentar** - desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. [Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo].

SEM, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SCHWARTZMAN, Simon; REIS, Elisa Pereira. **Pobreza e exclusão social: aspectos sócio políticos**. Trabalho preparado por solicitação do Banco Mundial, como contribuição para um estudo em andamento sobre a exclusão social no Brasil. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/causasp.html>, 2004>. Acesso em: nov.2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SANT'ANA, Sarah Mailleux. A perspectiva brasileira sobre a pobreza: um estudo de caso do Programa Bolsa Família. **RSP Revista do Serviço Público**, v. 58, n.1, jan./mar. 2007. [ISSN 0034;9240 – ENAP Brasília].

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A trágica condição da política social**. Política social e combate à pobreza I. Rio de Janeiro: JZE, 1979.

\_\_\_\_\_. **Cidadania e justiça política: política social na ordem brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987a.

SARTRE, Jean Paul. **Diário de uma guerra estranha**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1940.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

SILVA, Ademir Alves da. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais. Capacitação em serviço social e política social. reprodução social, trabalho e serviço social. CFESS – ABEPSS – CEAD – UnB. As relações estado-sociedade e as formas de regulação social, 2000. [Módulo 2].

\_\_\_\_\_. **Capacitação em serviço social e política pública.** Reprodução social, trabalho e serviço social. – as relações estado-sociedade e as formas de regulação social CEAD, Brasília 2000. [Módulo 2].

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estela Muzkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 3. ed. Florianópolis – SC: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p.

SILVA, Maria Ozamira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI.** A prevalência dos programas de transferência de renda. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Antonio Maria da. Redistribuição de renda. In: **Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, abr./jun.1975.

SOUZA, Venceslau Alves de. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 27, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782006000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Set.2008.

SPECHT, Suzimary; RUCKERT, Aldomar Arnaldo; BLUME, Roni. A trajetória das políticas de desenvolvimento no Brasil: do estado desenvolvimentista ao desenvolvimento territorial. In: **XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Londrina (PR), jul. 2007.

SPOSATI, Aldaíza. A inclusão social e o programa de renda mínima. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 66, a. XXII, jul. 2001

STEIN, Rosa Helena. A descentralização: instrumento de ação política e controvérsias (revisão teórico-conceitual). In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 54,jul, 1997 [Série Textos para Debate].

\_\_\_\_\_. **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais.** Capacitação em serviço social e política social. Reprodução social. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil Cfess – Abepss – Cead – UnB, 2000. [Módulo 4].

SUAS - Sistema Único de Assistência Social. **Plano 10.** Brasília, jun. 2007. - ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Políticas sociais: o programa comunidade solidária e o programa de garantia de renda mínima. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, p. 39-62, jun./dez 1995.

\_\_\_\_\_. **Renda básica de cidadania:** a saída é pela porta. São Paulo: Perseu Abrano, 2004.

STANISCI, Silvia Andrade. **Gestão pública democrática:** perspectivas apontadas pelos conselhos dos direitos da criança e do adolescente. 1996. 156 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Católica de São Paulo.

TISCOSKI, Leodegar (2008) - Secretário Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. <[http://www.ipcdigital.com/ver\\_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=14432&codPagina=15060&codSecao=368](http://www.ipcdigital.com/ver_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=14432&codPagina=15060&codSecao=368)>. Acesso em: 20 ago. 2008

THERBON, Goran. Dimensões da globalização e a dinâmica das (des)igualdades. In: **Globalização excludente:** desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ULLRICH, Carsten. **Soziologie des wohlfatstaates.eine eiführung.** Frankfurt: Campus, 2005.

VANDERBORGHT, Yabbick; VAN PARIJS, Philippe. **Renda básica de cidadania:** fundamentos éticos e econômicos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

\_\_\_\_\_. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 53, p.67-73, mar. 1997.

ZIMMERMANN, Clóvis. SILVA, Marina da Cruz. As experiências de renda mínima na redução da pobreza. **Revista Espaço Acadêmico**, a.VII, n.82, p.5, 2008, mar. 2008 [ISSN 1519.6186]. Disponível em: <<http://www.espaçoacademico.com.br;082zimmermann>>. Acesso em: ago.2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambigüidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n.77, a. XXV, mar.2004a.

\_\_\_\_\_. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo Perspectiva.** [online]. abr./jun. 2004b, v.18, n.2 [citado 09 Dezembro 2004], p.104-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: jun.2008.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: Temporalis. **ABEPSS.** Brasília: Grafile, a.2. n.3, jan;jul. 2001.

## Sites consultados

- <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia;cadastro único](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia;cadastro_único)>. Acesso em: 15 fev. 2008.
- <<http://www.mds.gov.br;adesao;mib;matrizview.asp>>. Acesso em: 30 out. 2007.
- <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial>>. Acesso em: jan.2009.
- <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/beneficiarios-do-bolsa-familia-contam-com-projeto-de-microcredito>>. Acesso em: 20 out.2008.
- <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/portarias/port2004/gm/2509.htm>>. Acesso em: Jan.2008.
- <<http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL228822-5604,00.html>>. Acesso em: 14 dez. 2008.
- <<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l33501.htm>>. Acesso em: out. 2008.
- <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-amplia-aco-es-para-11-milhoes-de-familias-em-2008>>. Acesso em: 07 jan. 2009.
- <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu\\_legislacao\\_e\\_instrucoes/portarias](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_legislacao_e_instrucoes/portarias)>. Acesso em: Jan.2008.
- <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/beneficios-e-contrapartidas](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas)>. Acesso em: dez. 2008.
- <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades/o-que-sao-ondicionalidades>>. Acesso em: dez. 2008.
- <<http://www.mds.gov.br/sites/conferencias-1/arquivos/10-direitos-socio-assistenciais>>. Acesso em: 04 Nov. 2008. Acesso em: Jan.2008.
- <<http://www.mds.gov.br;adesao;mib;matrizview.asp>>. Acesso em: Jan.2008.
- <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm>>. Acesso em: Nov. 2008. [Lei Eloy Chaves].
- <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/2001/3877.htm>>. Acesso em: Nov. 2008.
- <[http://www.schwartzman.org.br/simoncausasp\\_files/causasp8.htm](http://www.schwartzman.org.br/simoncausasp_files/causasp8.htm)>. Acesso em: out. 2008.
- <<http://www.mds.gov.br;bolsafamilia;cadastro>>. Acesso em: Jan.2008.
- <<http://www.mpas.gov.br>>. Acesso em: Jan.2008.
- <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 05 maio 2008.
- <<http://www.e-agora.org.br>>. Acesso em: out. 2008.
- <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 05 nov. 2008.
- <<http://www.estado.com.br/editoriais>>. Acesso em: 12 dez.2008.
- <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/2001/2206-1.htm>>. Acesso em: dez.2008.

**ANEXO**



**ANEXO 1**  
**Lista de normas e instruções do Programa Bolsa Família,**  
**programas remanescentes e cadastro único**  
**leis e decretos**

**Lista de normas e instruções do Programa Bolsa Família, programas remanescentes e cadastro único leis e decretos**

- Bolsa Família
  - Lei n. 10.836, de 09/01/2004
  - Lei n. 11.692, de 10/06/2008
  - Decreto n. 5.209, de 17/09/2004
  - Decreto n. 5.749, de 11/04/2006
  - Decreto n. 6.157, de 16/06/2007
  - Decreto n. 6.392, de 12/03/2008
  - Decreto n. 6.491, de 26/06/2008
  
- Bolsa Escola
  - Lei n. 10.219, de 11/04/2001
  - Decreto n. 4.313, de 24/07/2002
  
- Cartão Alimentação
  - Lei n. 10.689, de 13/06/2003
  - Decreto n. 4.675, de 16/04/200
  
- Bolsa Alimentação
  - MP n. 2.206-1, de 6/09/2001
  - Decreto n. 3.934, de 20/09/2001
  
- Auxílio-Gás
  - MP n. 18, de 28/12/2001
  - Decreto n. 4.102, de 24/01/2002
  
- Cadastro Único
  - Decreto n. 3.877, de 24/07/2001
  - Decreto 6.135 de 26/06/2007

**Portarias Ministeriais**

- Portaria SENARC/MDS n. 1, de 3/9/04 – Regulamenta a atuação da fiscalização do PBF efetuada pelos técnicos do MDS.
- Portaria GM/MDS n. 660, de 11/11/04 – Autoriza os CMAS a atuarem temporariamente como instância de controle social do PBF.
- Portaria MEC/MDS n. 3.789, de 17/11/04 – Regulamenta a condicionalidade de educação do PBF.
- Portaria MS/MDS n. 2.509, de 18/11/04 – Regulamenta a condicionalidade de saúde do PBF
- Portaria GM/MDS n. 737, de 15/12/04 – Regulamenta o benefício variável de caráter extraordinário do PBF
- Portaria GM/MDS n. 246, de 20/5/05 – Regulamenta a adesão dos municípios ao PBF

- Portarias GM/MDS n. 360, de 12/7/05, e n. 454, de 6/9/05 – Regulamentam a atualização cadastral com apoio financeiro do Governo Federal aos estados e municípios
- Portaria GM/MDS n. 454, de 6/07/05 – Altera os artigos 6º, 7º e 8º, modifica o anexo I e cria os anexos II e III da Portaria MDS n. 360, de 12/07/05
- Portaria GM/MDS n. 532, de 3/11/05 – Fixa o Calendário de pagamento dos Benefícios Financeiros do PBF
- Portaria GM/MDS n. 551, de 09/11/05 – Regulamenta a Gestão de Condicionais do PBF
- Portaria GM/MDS n. 555, de 11/11/05 – Regulamenta a Gestão de Benefícios do PBF
- Portaria GM/MDS n. 666, de 28/12/05 – Regulamenta a integração entre o PBF e o Peti.
- Portaria GM/MDS n. 672, de 29/12/05 – Altera prazos fixados nas Portarias MDS n.246, de 20/05/05, GM/MDS n. 360, de 12/07/05, e GM/MDS n.º 555, de 11/11/05, e estabelece critérios para remuneração do Cadastro Único das famílias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti.
- Portaria GM/MDS n. 68, de 8/03/06 – Altera prazos nas Portarias GM/MDS n. 246, de 20/05/05, GM/MDS n. 360, de 12/07/05, e MDS n. 555, de 11/11/05.
- Portaria GM/MDS n. 148, de 27/04/06 – Estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família e do CadÚnico no âmbito dos municípios e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa.
- Portaria GM/MDS n. 232, de 29/06/2006 - Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS n.º360, de 12 de julho de 2005
- Portaria GM/MDS n. 256, de 18/07/2006 - Altera dispositivos da Portaria GM/MDS n.º148, de 27 de abril de 2006
- Portaria GM/MDS n. 380, de 12/12/2006 - Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS n.º360, de 12 de julho de 2005
- Portaria GM/MDS n. 40, de 25/01/2007 - Altera Portaria GM/MDS n. 148, de 27 de abril de 2006
- Portaria GM/MDS n. 176, de 18/05/2007 - Altera a Portaria GM/MDS n.º 532, de 3 de novembro de 2005
- Portaria GM/MDS n. 287, de 07/08/2007 - Altera prazo fixado na Portaria GM/MDS n. 360, de 12 de julho de 2005
- Portaria GM/MDS n. 416, de 14/11/2007 - Altera os arts 1º e 2º, caput e § 2º da Portaria GM/MDS n. 360, de 12 de julho de 2005
- Portaria GM/MDS n. 66, de 04/03/2008 - Altera a Portaria GM/MDS n. 148, de 27 de abril de 2006
- Portaria GM/MDS n. 76, de 07 de março de 2008 - Estabelece normas, critérios e procedimentos para a adesão dos estados ao Programa Família e ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e para o apoio à gestão estadual desses programas.
- Portaria GM/MDS n. 87, de 12/03/2008 - Autoriza a realização do Segundo Prêmio Práticas Inovadoras na Gestão do Programa Bolsa Família, aprova

o seu edital e institui o Observatório de Boas Práticas de Gestão do Programa Bolsa Família

- Portaria GM/MDS n. 220, de 25/06/2008 - Altera a Portaria GM/MDS n. 148, de 27 de abril de 2006

### **Instruções Normativas e Operacionais**

- Instrução Normativa n. 1, de 20/5/05 – Divulga regras para criação e funcionamento das instâncias de controle social do PBF
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 1, de 19/5/04 - Divulga procedimentos operacionais aos municípios para tratamento de bloqueios por multiplicidade cadastral
- Instrução Operacional SENARC/MDS n. 4, de 14/02/2005 - Divulga procedimentos operacionais aos municípios para tratamento de bloqueios por multiplicidade cadastral
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 5, de 15/2/05 – Divulga procedimentos para importação da base CadÚnico nos municípios
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 7, de 20/5/05 – Divulga procedimentos sobre o teste de consistência do CadÚnico
- Instrução Operacional SENARC/MDS n. 8, de 20/06/2005 - Divulga auditoria realizada sobre as folhas de pagamento dos programas de transferência de renda do Governo Federal, assim como orientação aos municípios para tratamento de casos de multiplicidade cadastral.
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 9, de 5/08/05 – Divulga procedimentos para adesão dos municípios ao PBF
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 10, de 31/08/05 - Marcação de cadastros ativos e inativos
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 11, de 22/11/05 – Auditoria na base do CadÚnico
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 12, de 03/02/06 – Repercussão de Alteração Cadastral
- Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS n. 1, de 14/03/06 – Divulga instruções sobre o cadastramento de famílias do Peti
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 13, de 20/04/06 – Divulga os critérios utilizados para o processamento do bloqueios dos benefícios dos Programas Remanescentes, com base no Cadbes, e orienta as prefeituras acerca da complementação dos dados
- Instrução Operacional SENARC/MDS n. 14, de 10/08/2006 - Divulga auditoria realizada sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família
- Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS n. 01, de 14/03/2006 - Divulga aos municípios orientações sobre operacionalização da integração entre o Programa Bolsa família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, no que se refere à inserção, no Cadastro Único, das famílias beneficiárias do PETI e famílias com crianças/adolescentes em situação de trabalho
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 15, de 13/12/2006 - Divulga aos Estados e Municípios orientações sobre os procedimentos para

credenciamento de usuários ao Sistema de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família

- Instrução Operacional SENARCMDS n. 16, de 11/01/2007 – Divulga procedimentos operacionais para a concessão do desconto da tarifa social de energia elétrica para unidades domiciliares com consumo médio mensal situado entre 80kWh e 220 kWh (ou o limite regional)
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 17, de 16/04/2007 - Divulga procedimentos operacionais para o Cadastramento de estudantes do ensino fundamental de 9 anos no Cadastro Único de Programas Sociais
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 18, de 15/05/2007 - Divulga auditoria realizada por meio da comparação entre as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família
- Instrução Operacional Conjunta SENARC-SNAS/MDS n. 02, de 31/07/2007 - Divulga procedimentos operacionais para o cadastramento de idosos com 60 anos ou mais, com renda individual mensal igual ou inferior a 2 salários mínimos e sem meios de comprovação de renda, para emissão da Carteira do Idoso
- Instrução Operacional SENARCMDS n. 19, de 1º de agosto de 2007 - Divulga os procedimentos e as orientações para a correta utilização do arquivo denominado "Base CAIXA", disponibilizado aos municípios para importação pelo aplicativo *off-line* no caso de perda total ou parcial de sua base local
- Instrução Operacional Conjunta SENARCMDS – SECAD/MEC n. 01, de 15/08/2007 - Divulga aos gestores municipais do Programa Bolsa Família procedimentos para encaminhamento dos inscritos no CadÚnico às ações de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado
- Instrução Operacional SENARC/MDS n. 20, de 14/12/2007 - Divulga aos municípios orientações sobre o preenchimento das informações referentes aos novos campos constantes na versão 6.0.5 do Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do CadÚnico
- Instrução Operacional SENARC/MDS n. 21, de 29/02/2008 - Divulga auditoria realizada por meio da comparação entre as bases de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua repercussão sobre os benefícios do Programa Bolsa Família.

## APÉNDICE

**APÊNDICE 1**  
**QUESTIONÁRIO**





<b>1.5.Principal destino do lixo domiciliar:</b> <input type="checkbox"/> coleta caminhão lixo <input type="checkbox"/> queimado ou enterrado <input type="checkbox"/> jogado em terreno baldio <input type="checkbox"/> outro - especificar:_____	<b>1.6.Escoamento sanitário</b> <input type="checkbox"/> rede pública <input type="checkbox"/> fossa séptica <input type="checkbox"/> céu aberto <input type="checkbox"/> fossa rudimentar <input type="checkbox"/> vala <input type="checkbox"/> outro especificar:_____
<b>1.7.Número de cômodos no domicílio:</b> _____	
<b>2. Educação – Parte A- Somente para aqueles que têm crianças e adolescentes que freqüentam escola (0-17 anos)</b>	
<b>2.1.Principal meio de transporte habitualmente utilizado para ir para a creche ou escola:</b> <input type="checkbox"/> ônibus público <input type="checkbox"/> não utiliza (vai a pé) <input type="checkbox"/> transporte escolar <input type="checkbox"/> outro - especificar:_____	<b>2.2. Alguma criança ou adolescente deixou de ir à escola ou creche nos últimos 30 dias:</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
<b>2.3. Se afirmativo qual o principal motivo:</b> <input type="checkbox"/> problemas de saúde <input type="checkbox"/> precisou trabalhar <input type="checkbox"/> problema de violência na vizinhança da escola ou domicílio <input type="checkbox"/> precisou ficar em casa para cuidar dos irmãos <input type="checkbox"/> não gosta da escola <input type="checkbox"/> outros_____	
<b>2.4. Alguma criança ou adolescente abandonou ou não freqüenta a escola:</b> <input type="checkbox"/> sim              motivo:_____ <input type="checkbox"/> não, todas freqüentam a escola	<b>2.5. Com o recebimento do benefício Bolsa Família a freqüência escolar:</b> <input type="checkbox"/> melhorou <input type="checkbox"/> melhorou muito <input type="checkbox"/> não alterou <input type="checkbox"/> piorou
<b>2.6. Acompanha o aprendizado da(s) crianças-adolescentes?</b> <input type="checkbox"/> sempre <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> raramente <input type="checkbox"/> nunca	<b>2.7. Participa das reuniões na escola?</b> <input type="checkbox"/> sempre <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> raramente <input type="checkbox"/> nunca
<b>2.8. Com o recebimento do benefício Bolsa Família considera que o rendimento escolar da(s) criança-adolescente(s):</b> <input type="checkbox"/> melhorou pouco <input type="checkbox"/> melhorou <input type="checkbox"/> melhorou muito <input type="checkbox"/> não alterou <input type="checkbox"/> piorou	
<b>Educação – Parte B - Somente para pessoas no domicílio maiores de 17 anos:</b>	
<b>2.9. Algum membro da família freqüenta curso de alfabetização de jovens e adultos ou está matriculado em algum tipo curso?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> não Em caso de outro tipo especificar _____	<b>2.10. Caso negativo, em sua opinião qual o principal fator determinante para não continuar estudando:</b> <input type="checkbox"/> falta de tempo <input type="checkbox"/> local muito distante <input type="checkbox"/> não vê necessidade <input type="checkbox"/> Outro_____
<b>2.11. Considera a educação:</b> <input type="checkbox"/> importante para obter emprego <input type="checkbox"/> não é importante <input type="checkbox"/> é uma obrigação <input type="checkbox"/> é um direito	

<b>Seção 3 – Saúde - Parte A: Saúde da família</b>	
<b>3.1. Como avalia (acha que está) o estado de saúde de sua família:</b> <input type="checkbox"/> muito bom <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> não sabe avaliar	<b>3.2. Este domicílio recebe a visita de agentes de saúde;</b> <input type="checkbox"/> todo mês <input type="checkbox"/> a cada 6 meses <input type="checkbox"/> sem periodicidade fixa <input type="checkbox"/> nunca <input type="checkbox"/> somente uma vez <input type="checkbox"/> faz muito tempo
<b>3.3. Algum membro da família teve algum problema de saúde nos últimos 30 dias:</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>3.4. Se afirmativo qual principal problema:</b> <input type="checkbox"/> acidente:lesão <input type="checkbox"/> problema odontológico <input type="checkbox"/> infecção <input type="checkbox"/> diarreia <input type="checkbox"/> outro: _____
<b>3.5. Procurou atendimento:</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<b>3.6. Qual tipo de atendimento:</b> <input type="checkbox"/> médico <input type="checkbox"/> farmacêutico <input type="checkbox"/> benzedeira <input type="checkbox"/> outro – especificar _____
<b>3.7. Considera o atendimento recebido:</b> <input type="checkbox"/> muito bom <input type="checkbox"/> bom <input type="checkbox"/> ruim <input type="checkbox"/> não sabe avaliar	<b>3.8. Quanto tempo levou para receber atendimento médico:</b> <input type="checkbox"/> até 30 minutos <input type="checkbox"/> de 30 minutos a uma hora <input type="checkbox"/> de 1 a 2 horas <input type="checkbox"/> 2 a 5 horas <input type="checkbox"/> mais de 5 horas
<b>3.8. b) Alguém na família faz tratamento médico permanente:</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não    Que tipo? _____	
<b>3.8. c) Em caso afirmativo:</b> <input type="checkbox"/> os remédios são entregues pelo SUS <input type="checkbox"/> comprados em farmácia aberta a todo público <input type="checkbox"/> adquiridos em farmácia popular (MS) <input type="checkbox"/> amostra grátis Outra situação _____	
<b>3.9. Quanto ao controle de natalidade, você acha bom o uso de anticoncepcionais?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Especificar motivo: _____	<b>3.10. Com o recebimento do benefício Bolsa Família a saúde de sua família em geral:</b> <input type="checkbox"/> melhorou <input type="checkbox"/> não alterou <input type="checkbox"/> não sabe responder <input type="checkbox"/> outro especificar _____
<b>Parte B: A saúde das crianças com até 07 anos de idade</b>	
<b>3.11. Com relação à carteira de vacinação:</b> <input type="checkbox"/> todas tem carteira de vacinação <input type="checkbox"/> nem todas tem a carteira de vacinação	<b>3.12. Com relação à vacinação das crianças</b> <input type="checkbox"/> todas estão com a vacinação em dia <input type="checkbox"/> nem todas estão com a vacinação em dia.
<b>Seção 4 – Trabalho e trabalho infantil Parte A - Trabalho infantil</b>	



6.3.Com que frequência a família consome	Uma vez por semana	Duas vezes ou mais	Raramente	
1. carne				
2. frutas				
3. verduras				
4. leite e derivados				
5. Feijão, arroz				
6. Pães				
<b>6.4. A família tem horta no domicílio para consumo?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Responda questão 6.4-B	<b>6.5. Se não possui quais os motivos:</b> <input type="checkbox"/> não tem local apropriado <input type="checkbox"/> não tem tempo <input type="checkbox"/> não tem interesse <input type="checkbox"/> não sabe cultivar <input type="checkbox"/> outros - especificar: _____			
<b>6.4-B. O que produz na horta caseira?</b>				
<b>Seção 7 – Programas e Atividades</b>				
<b>7.1. Alguém da família participa de algum programa - projeto social:</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quem: _____	<b>7.2. Caso afirmativo qual programa – projeto participa:</b> <input type="checkbox"/> curso de geração de renda <input type="checkbox"/> curso de informática <input type="checkbox"/> outros – especificar: _____			
<b>7.3. O programa-projeto é desenvolvido:</b> <input type="checkbox"/> pela prefeitura <input type="checkbox"/> universidade <input type="checkbox"/> Ong <input type="checkbox"/> não sabe responder: _____	<b>7.4. Caso participe, qual a principal contribuição do programa:</b> <input type="checkbox"/> qualificação profissional <input type="checkbox"/> oferece melhor qualidade de vida <input type="checkbox"/> nenhuma contribuição <input type="checkbox"/> não percebe mudança <input type="checkbox"/> outro – especificar : _____			
<b>7.5. Caso não participe de nenhum programa qual o principal motivo:</b> <input type="checkbox"/> desconhece <input type="checkbox"/> é muito longe <input type="checkbox"/> não tem interesse <input type="checkbox"/> outros - especificar: _____				
<b>Seção 8 – Avaliação do programa Bolsa Família</b>				
<b>8.1. Como avalia a situação financeira do seu domicílio quando comparada com o período em que não recebia o benefício</b> <input type="checkbox"/> muito melhor <input type="checkbox"/> melhor <input type="checkbox"/> melhorou pouco <input type="checkbox"/> a mesma <input type="checkbox"/> piorou - Por que? _____	<b>8.2. Considera o benefício que recebe:</b> <input type="checkbox"/> um direito <input type="checkbox"/> uma ajuda do governo <input type="checkbox"/> um dever do Estado <input type="checkbox"/> outro			
<b>8.3. Quem decide sobre como gastar o benefício:</b> <input type="checkbox"/> esposa <input type="checkbox"/> marido <input type="checkbox"/> não sabe <input type="checkbox"/> outro _____	<b>8.4. Sua família recebe algum acompanhamento para verificar se estão sendo cumpridas as condicionalidades do programa (educação, saúde)?</b> <input type="checkbox"/> sempre <input type="checkbox"/> quase sempre <input type="checkbox"/> raramente <input type="checkbox"/> nunca			
<b>8.5. Por quanto tempo você gostaria de receber o Bolsa Família ?</b> <input type="checkbox"/> Até conseguir um emprego <input type="checkbox"/> Por um período curto <input type="checkbox"/> Por muito tempo <input type="checkbox"/> Para sempre <input type="checkbox"/> Por que? _____				

<b>9 . Só para Gestantes na família que moram na mesma casa:</b>	
<b>9.1. Existe alguma mulher grávida na família nuclear:</b> ( ) sim      ( ) não Idade: _____	<b>9.2. Realiza consultas pré-natal:</b> ( ) todo mês      ( ) a cada dois meses ( ) outro: _____
<b>9.3. Participa de atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável</b> ( ) sempre ( ) nunca ( ) raramente ( ) desconhece este tipo de atividade	<b>9.4.Em caso afirmativo qual tipo programa participa:</b> _____
<b>10. Crianças- adolescentes com deficiência na mesma casa</b>	
<b>10.1.Tem alguma criança-adolescente com deficiência:</b> ( ) sim      ( ) não	<b>10.2.Em caso afirmativo frequenta a escola de ensino regular:</b> ( ) sim      ( ) não
<b>10.3.Caso não frequente a escola regular qual o principal motivo:</b> ( ) a escola não oferece condições ( ) dificuldade de locomoção ( ) outro – especificar _____ _____	

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)